

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	10
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	11
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	12
Demonstração do Valor Adicionado	13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	16
Demonstração do Resultado	19
Demonstração do Resultado Abrangente	20
Demonstração do Fluxo de Caixa	21

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	24
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	25
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	26
Demonstração do Valor Adicionado	27

Relatório da Administração	29
Notas Explicativas	43
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	172

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	173
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	176

Índice

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	177
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	178

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	556.405.096
Preferenciais	0
Total	556.405.096
Em Tesouraria	
Ordinárias	13.390.149
Preferenciais	0
Total	13.390.149

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	21/02/2018	Dividendo	12/03/2018	Ordinária		0,90000
Reunião do Conselho de Administração	01/08/2018	Dividendo	20/08/2018	Ordinária		0,56000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	11.641.720	10.584.729	9.754.038
1.01	Ativo Circulante	1.041.922	179.832	524.748
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	172.315	93.174	127.944
1.01.02	Aplicações Financeiras	565.930	21.657	1.052
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	565.930	21.657	1.052
1.01.03	Contas a Receber	262.010	30.334	358.034
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	262.010	30.334	358.034
1.01.03.02.01	Demais Contas a Receber	1.527	2.404	3.884
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	260.483	27.930	354.150
1.01.06	Tributos a Recuperar	39.705	33.070	37.620
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	39.705	33.070	37.620
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.962	1.597	98
1.02	Ativo Não Circulante	10.599.798	10.404.897	9.229.290
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	824.037	840.553	830.045
1.02.01.07	Tributos Diferidos	14.034	29.158	22.462
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	14.034	29.158	22.462
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	30	0	0
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	761.288	762.562	772.425
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	761.288	762.562	772.425
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	48.685	48.833	35.158
1.02.01.10.03	Impostos a Recuperar	48.685	48.685	35.010
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	0	148	148
1.02.02	Investimentos	9.529.598	9.318.181	8.153.082
1.02.02.01	Participações Societárias	9.529.598	9.318.181	8.153.082
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	9.509.480	9.263.442	8.107.673
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	20.118	54.739	45.409
1.02.04	Intangível	246.163	246.163	246.163

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	11.641.720	10.584.729	9.754.038
2.01	Passivo Circulante	342.114	1.162.071	352.946
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	228	244	204
2.01.02	Fornecedores	272	461	330
2.01.03	Obrigações Fiscais	20.801	343	726
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	34.504	817.654	32.479
2.01.04.02	Debêntures	34.504	817.654	32.479
2.01.05	Outras Obrigações	286.309	343.369	319.207
2.01.05.02	Outros	286.309	343.369	319.207
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	282.334	335.930	316.848
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	3.975	7.439	2.359
2.02	Passivo Não Circulante	1.851.501	176.444	955.896
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.722.450	0	799.904
2.02.01.02	Debêntures	1.722.450	0	799.904
2.02.02	Outras Obrigações	5.158	4.003	679
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.158	4.003	679
2.02.04	Provisões	123.893	172.441	155.313
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	798	982	1.884
2.02.04.02	Outras Provisões	123.095	171.459	153.429
2.02.04.02.04	Bônus de Subscrição - Indenização	123.095	171.459	153.429
2.03	Patrimônio Líquido	9.448.105	9.246.214	8.445.196
2.03.01	Capital Social Realizado	5.171.752	5.171.752	3.838.686
2.03.02	Reservas de Capital	546.709	550.314	552.038
2.03.02.07	Reservas de Capital	542.400	549.778	552.038
2.03.02.08	Instrumento Patrimonial Outorgado	4.309	536	0
2.03.03	Reservas de Reavaliação	4.712	4.930	5.339
2.03.04	Reservas de Lucros	3.723.064	3.311.333	4.065.601
2.03.04.01	Reserva Legal	686.665	629.144	550.428
2.03.04.02	Reserva Estatutária	3.412.427	3.000.707	2.500.471

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	1.333.066
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	109.355	163.742	165.515
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-485.383	-482.260	-483.879
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-63.989	154.824	-23.987
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	65.857	53.061	7.519

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.174.672	1.536.389	1.579.439
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	1	36
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-313	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.174.985	1.536.388	1.579.403
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.174.672	1.536.389	1.579.439
3.06	Resultado Financeiro	26.237	-12.483	-26.257
3.06.01	Receitas Financeiras	146.137	95.218	140.895
3.06.02	Despesas Financeiras	-119.900	-107.701	-167.152
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.200.909	1.523.906	1.553.182
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-50.488	2.599	8.403
3.08.01	Corrente	-35.363	-4.098	-5.379
3.08.02	Diferido	-15.125	6.697	13.782
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.150.421	1.526.505	1.561.585
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.150.421	1.526.505	1.561.585
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,12230	2,81690	2,88440
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	2,10830	2,79680	2,86260

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	1.150.421	1.526.505	1.561.585
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-206.017	26.984	-102.346
4.02.01	Ajustes de Avaliação de Instr. Financ. de Controladas, Líquido de Imposto de IR e CS	-213.916	-4.016	-33.653
4.02.02	Ajustes de Avaliação de Instr. Financ. de Empreend. Controlados em Conjunto, Líquido de IR e CS	-2.329	3.535	-1.014
4.02.03	Ajustes Acum. de Conversão de Controladas, Líquidos dos Efeitos do Hedge de Invest. e de IR e CS	12.796	45.542	-59.406
4.02.04	Ganhos (Perdas) Atuariais de Benef. Pós-Emprego de Controladas, Líquido de IR e CS	-1.193	-18.621	-8.647
4.02.05	Ganhos (Perdas) Atuariais de Benef. Pós-Emprego de Empreend. Contr. em Conjunto, Líquido de IR e CS	-1.375	544	374
4.03	Resultado Abrangente do Período	944.404	1.553.489	1.459.239

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	528.888	996.209	1.046.084
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-7.669	86.526	127.534
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	1.150.421	1.526.505	1.561.585
6.01.01.02	Equivalência Patrimonial	-1.174.985	-1.536.388	-1.579.403
6.01.01.03	Juros, Variações Monetárias e Cambiais	1.776	103.106	159.134
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.125	-6.697	-13.782
6.01.01.12	Demais provisões e ajustes	-6	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	539.441	924.260	952.161
6.01.02.01	Impostos a Recuperar (AC)	-6.635	4.550	10.399
6.01.02.02	Demais Contas a Receber (AC)	877	1.480	2.167
6.01.02.03	Despesas Antecipadas (AC)	-365	-1.499	-9
6.01.02.04	Fornecedores (PC)	-190	131	-2.306
6.01.02.05	Salários e Encargos Sociais (PC)	-16	40	9
6.01.02.06	Obrigações Tributárias (PC)	11.220	-383	-151
6.01.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social (PC)	9.238	0	0
6.01.02.08	Seguro e Demais Contas a Pagar (PC)	-3.466	-2.360	1.000
6.01.02.09	Dividendos recebidos de controladas e empreendimentos controlados em conjunto (AC)	528.778	922.301	941.052
6.01.03	Outros	-2.884	-14.577	-33.611
6.01.03.01	Impostos a recuperar (ANC)	0	-13.675	-30.973
6.01.03.02	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (PNC)	-184	-902	-2.337
6.01.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	0	0	-301
6.01.03.04	Depósitos judiciais (ANC)	148	0	0
6.01.03.05	Despesas antecipadas (ANC)	-30	0	0
6.01.03.06	Demais contas a pagar (PNC)	-2.818	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-544.273	-20.605	-4.957
6.02.01	Aplicações Financeiras, Líquidas de Resgates	-544.273	-20.605	5.656
6.02.03	Aporte de Capital em Controladas	0	0	-10.613
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	94.526	-1.010.374	-961.244
6.03.01	Financiamentos e Debêntures - Captação	1.721.596	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.03.02	Financiamentos e Debêntures - Amortização	-800.336	0	0
6.03.03	Financiamentos e Debêntures - Juros Pagos	-86.806	-99.803	-118.669
6.03.04	Dividendos Pagos	-789.378	-930.557	-865.661
6.03.06	Sociedades Relacionadas	55.976	13.187	10.653
6.03.08	Compra de ações em tesouraria	-6.526	0	0
6.03.09	Venda de ações em tesouraria	0	6.799	12.433
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	79.141	-34.770	79.883
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	93.174	127.944	48.061
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	172.315	93.174	127.944

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.171.752	434.095	3.629.851	0	10.516	9.246.214
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.171.752	434.095	3.629.851	0	10.516	9.246.214
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-61.115	0	-684.565	0	-745.680
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	3.773	0	0	0	3.773
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-10.501	0	0	0	-10.501
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-684.565	0	-684.565
5.04.09	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	0	-163.742	0	0	0	-163.742
5.04.10	Dividendos adicionais propostos	0	109.355	0	0	0	109.355
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.150.421	-206.017	944.404
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.150.421	0	1.150.421
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-206.017	-206.017
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-216.245	-216.245
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-2.568	-2.568
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	12.796	12.796
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-218	469.241	-465.856	0	3.167
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	465.856	-465.856	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-218	0	218	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-3	0	-3
5.06.04	Dividendos Prescritos	0	0	0	3.170	0	3.170
5.06.05	Transferência para Reserva Estatutária	0	0	3.385	-3.385	0	0
5.07	Saldos Finais	5.171.752	372.762	4.099.092	0	-195.501	9.448.105

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.838.686	239.013	4.466.392	0	-16.468	8.527.623
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-82.427	0	0	-82.427
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.838.686	239.013	4.383.965	0	-16.468	8.445.196
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.333.066	195.491	-1.333.066	-950.895	0	-755.404
5.04.01	Aumentos de Capital	1.333.066	0	-1.333.066	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-7.440	0	0	0	-7.440
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	6.799	0	0	0	6.799
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-787.153	0	-787.153
5.04.08	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos Dividendos Adicionais	0	-165.515	0	0	0	-165.515
5.04.09	Dividendos Adicionais Propostos	0	163.742	0	-163.742	0	0
5.04.10	Instrumento Patrimonial Outorgado	0	536	0	0	0	536
5.04.11	Mudança de Participação de Acionistas não Controladores - CBLSA	0	197.369	0	0	0	197.369
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.526.505	26.984	1.553.489
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.526.505	0	1.526.505
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	26.984	26.984
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-481	-481
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	45.542	45.542
5.05.02.06	Perda atuarial em Benefícios Pós-Emprego, Líquido de IR e CS	0	0	0	0	-18.077	-18.077
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-409	578.952	-575.610	0	2.933
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	578.952	-575.610	0	3.342
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-409	0	409	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-96	0	-96
5.06.04	Dividendos Prescritos	0	0	0	3.029	0	3.029
5.06.05	Transferência para Reserva Estatutária	0	0	0	-3.342	0	-3.342
5.07	Saldos Finais	5.171.752	434.095	3.629.851	0	10.516	9.246.214

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.838.686	218.478	3.801.999	0	85.878	7.945.041
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.838.686	218.478	3.801.999	0	85.878	7.945.041
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	20.786	0	-907.269	0	-886.483
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	12.433	0	0	0	12.433
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-741.754	0	-741.754
5.04.08	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos Dividendos Adicionais	0	-157.162	0	0	0	-157.162
5.04.09	Dividendos Adicionais Propostos	0	165.515	0	-165.515	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.561.585	-102.346	1.459.239
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.561.585	0	1.561.585
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-102.346	-102.346
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-34.667	-34.667
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-59.406	-59.406
5.05.02.06	Perda Atuarial em Benefícios Pós-Emprego, Líquido de IR e CS	0	0	0	0	-8.273	-8.273
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-251	664.393	-654.316	0	9.826
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	654.316	-654.316	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-251	0	251	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-42	0	-42
5.06.04	Dividendos Prescritos	0	0	0	9.868	0	9.868
5.06.05	Transferência para Reserva Estatutária	0	0	10.077	-10.077	0	0
5.07	Saldos Finais	3.838.686	239.013	4.466.392	0	-16.468	8.527.623

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	7.306	8.142	6.427
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	7.306	8.142	6.427
7.03	Valor Adicionado Bruto	7.306	8.142	6.427
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	7.306	8.142	6.427
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.321.122	1.631.606	1.720.334
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.174.985	1.536.388	1.579.403
7.06.02	Receitas Financeiras	146.137	95.218	140.895
7.06.03	Outros	0	0	36
7.06.03.01	Dividendos de Investimentos a Custo	0	0	36
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.328.428	1.639.748	1.726.761
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.328.428	1.639.748	1.726.761
7.08.01	Pessoal	6.218	6.921	5.378
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	66.114	136	-1.523
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	105.675	106.186	161.321
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.150.421	1.526.505	1.561.585
7.08.04.02	Dividendos	684.565	950.895	907.269
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	465.856	575.610	654.316

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	30.499.395	28.284.346	24.074.516
1.01	Ativo Circulante	16.211.707	15.490.111	13.366.127
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.938.951	5.002.004	4.274.156
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.853.106	1.283.498	1.412.588
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.696.087	1.151.647	1.271.827
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	157.019	131.851	140.761
1.01.03	Contas a Receber	4.496.194	4.203.056	3.784.035
1.01.03.01	Clientes	4.436.569	4.147.894	3.388.167
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	4.069.307	3.861.325	3.177.112
1.01.03.01.02	Financiamentos a Clientes	367.262	286.569	211.055
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	59.625	55.162	395.868
1.01.03.02.01	Demais Contas a Receber	58.561	44.025	387.252
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	1.064	11.137	8.616
1.01.04	Estoques	3.354.532	3.513.710	2.781.377
1.01.06	Tributos a Recuperar	896.881	881.584	541.772
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	896.881	881.584	541.772
1.01.07	Despesas Antecipadas	187.570	150.046	123.883
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	484.473	456.213	448.316
1.01.08.03	Outros	484.473	456.213	448.316
1.01.08.03.01	Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	484.473	456.213	448.316
1.02	Ativo Não Circulante	14.287.688	12.794.235	10.708.389
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.510.381	3.768.173	2.878.648
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	129.260	10.955	7.655
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	73.089	73.471	7.449
1.02.01.04	Contas a Receber	431.248	337.909	229.763
1.02.01.04.01	Clientes	81.569	46.301	49.601
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	349.679	291.608	180.162
1.02.01.07	Tributos Diferidos	514.187	614.061	459.618
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	514.187	614.061	459.618

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	399.095	346.886	222.518
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	490	490	490
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	490	490	490
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.963.012	2.384.401	1.951.155
1.02.01.10.03	Impostos a Recuperar	852.782	313.242	182.617
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	881.507	822.660	778.770
1.02.01.10.05	Ativo de indenização - combinação de negócios	194.719	202.352	0
1.02.01.10.06	Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	1.034.004	1.046.147	989.768
1.02.02	Investimentos	129.087	150.194	141.687
1.02.02.01	Participações Societárias	129.087	150.194	141.687
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	24.338	25.341	22.731
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	104.749	124.853	118.956
1.02.03	Imobilizado	7.278.865	6.637.826	5.796.418
1.02.04	Intangível	2.369.355	2.238.042	1.891.636

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	30.499.395	28.284.346	24.074.516
2.01	Passivo Circulante	6.336.798	7.009.688	5.484.299
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	428.192	388.118	362.718
2.01.02	Fornecedores	2.731.677	2.155.498	1.709.653
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.152.179	1.973.668	1.620.388
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	2.079.010	0	0
2.01.02.01.02	Fornecedores Nacionais - convênio	73.169	0	0
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	579.498	181.830	89.265
2.01.02.02.01	Fornecedores Estrangeiros	472.597	0	0
2.01.02.02.02	Fornecedores Estrangeiros - convênio	106.901	0	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	323.482	308.365	308.367
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.273.997	3.503.675	2.475.604
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.007.430	1.819.766	1.821.398
2.01.04.02	Debêntures	263.718	1.681.199	651.591
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	2.849	2.710	2.615
2.01.05	Outras Obrigações	451.591	554.624	545.760
2.01.05.02	Outros	451.591	554.624	545.760
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	284.024	338.845	320.883
2.01.05.02.04	Demais Contas a Pagar	137.494	125.150	102.714
2.01.05.02.05	Receita Diferida	26.572	18.413	22.300
2.01.05.02.06	Contas a Pagar - Indenização de Seguradoras	3.501	72.216	99.863
2.01.06	Provisões	127.859	99.408	82.197
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	77.822	64.550	52.694
2.01.06.02	Outras Provisões	50.037	34.858	29.503
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	4.382	4.799	4.563
2.01.06.02.04	Benefícios Pós-Emprego	45.655	30.059	24.940
2.02	Passivo Não Circulante	14.362.568	11.650.620	10.114.166
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	12.932.152	10.086.919	8.941.526
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	6.487.400	6.113.545	6.800.135

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.02.01.02	Debêntures	6.401.535	3.927.569	2.095.290
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	43.217	45.805	46.101
2.02.02	Outras Obrigações	178.330	179.915	91.666
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.071	4.185	4.272
2.02.02.02	Outros	174.259	175.730	87.394
2.02.02.02.03	Demais Contas a Pagar	162.409	162.834	74.884
2.02.02.02.04	Receita Diferida	11.850	12.896	12.510
2.02.03	Tributos Diferidos	9.297	83.642	7.645
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.297	83.642	7.645
2.02.04	Provisões	1.242.789	1.300.144	1.073.329
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	865.249	861.246	727.088
2.02.04.02	Outras Provisões	377.540	438.898	346.241
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	50.285	59.975	73.001
2.02.04.02.04	Benefício Pós-Emprego	204.160	207.464	119.811
2.02.04.02.05	Bônus de Subscrição - Indenização	123.095	171.459	153.429
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	9.800.029	9.624.038	8.476.051
2.03.01	Capital Social Realizado	5.171.752	5.171.752	3.838.686
2.03.02	Reservas de Capital	546.709	550.314	552.038
2.03.02.07	Reservas de Capital	542.400	549.778	552.038
2.03.02.08	Instrumento Patrimonial Outorgado	4.309	536	0
2.03.03	Reservas de Reavaliação	4.712	4.930	5.339
2.03.04	Reservas de Lucros	3.723.064	3.311.333	4.065.601
2.03.04.01	Reserva Legal	686.665	629.144	550.428
2.03.04.02	Reserva Estatutária	3.412.427	3.000.707	2.500.471
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	1.333.066
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	109.355	163.742	165.515
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-485.383	-482.260	-483.879
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-63.989	154.824	-23.987
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	65.857	53.061	7.519

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	351.924	377.824	30.855

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	90.697.983	79.230.014	77.352.955
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-84.537.368	-72.431.473	-70.342.723
3.03	Resultado Bruto	6.160.615	6.798.541	7.010.232
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.276.040	-3.985.126	-3.897.046
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.670.867	-2.486.389	-2.651.501
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.625.839	-1.576.528	-1.445.859
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	35.445	57.118	192.838
3.04.04.01	Outros Resultados Operacionais, Líquidos	57.533	59.360	198.972
3.04.04.02	Resultado na Venda de Bens	-22.088	-2.242	-6.134
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-14.779	20.673	7.476
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.884.575	2.813.415	3.113.186
3.06	Resultado Financeiro	-113.536	-474.296	-842.576
3.06.01	Receitas Financeiras	681.235	585.101	513.243
3.06.02	Despesas Financeiras	-794.771	-1.059.397	-1.355.819
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.771.039	2.339.119	2.270.610
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-638.719	-813.254	-699.992
3.08.01	Corrente	-476.302	-922.458	-800.497
3.08.02	Diferido	-162.417	109.204	100.505
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.132.320	1.525.865	1.570.618
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.132.320	1.525.865	1.570.618
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.150.421	1.526.505	1.561.585
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-18.101	-640	9.033
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,12230	2,81690	2,88440
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	2,10830	2,79680	2,86260

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.132.320	1.525.865	1.570.618
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-210.127	21.749	-102.346
4.02.01	Ajustes de Avaliação de Instr. Financ. de Controladas, Líquido de Imposto de IR e CS	-213.937	-4.016	-33.653
4.02.02	Ajustes de Avaliação de Instr. Financ. de Empreend. Controlados em Conjunto, Líquido de IR e CS	-2.329	3.535	-1.014
4.02.03	Ajustes Acum. de Conversão de Controladas, Líquidos dos Efeitos do Hedge de Invest. e de IR e CS	12.796	45.542	-59.406
4.02.04	Ganhos (Perdas) Atuariais de Benef. Pós-Emprego de Controladas, Líquido de IR e CS	-5.282	-23.856	-8.647
4.02.05	Ganhos (Perdas) Atuariais de Benef. Pós-Emprego de Empreend. Contr. em Conjunto, Líquido de IR e CS	-1.375	544	374
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	922.193	1.547.614	1.468.272
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	944.404	1.553.489	1.459.239
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-22.211	-5.875	9.033

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.888.959	1.739.038	2.513.670
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.630.625	3.581.089	3.339.383
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	1.132.320	1.525.865	1.570.618
6.01.01.02	Equivalência Patrimonial	14.779	-20.673	-7.476
6.01.01.03	Amortiz. de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusiv	371.825	463.049	0
6.01.01.04	Depreciações e amortizações	812.489	704.544	1.103.538
6.01.01.05	Créditos de PIS e COFINS s/ Depreciação	15.721	13.134	12.581
6.01.01.06	Juros, variações monetárias e cambiais	1.026.515	854.671	763.793
6.01.01.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	162.417	-109.204	-100.505
6.01.01.08	Resultado na venda de bens	22.088	2.242	6.134
6.01.01.09	Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	69.250	132.756	0
6.01.01.10	Provisão para perda em estoques	-1.498	-802	0
6.01.01.11	Provisão para benefício pós-emprego	4.854	13.968	0
6.01.01.12	Demais provisões e ajustes	-135	1.539	-9.300
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	598.789	-100.903	5.835
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes (AC)	-355.854	-725.240	-326.695
6.01.02.02	Estoques (AC)	168.704	-606.484	-262.993
6.01.02.03	Impostos a Recuperar (AC)	-11.467	-334.217	87.006
6.01.02.04	Seguro e Demais Contas a Receber (AC)	-14.536	358.682	-309.725
6.01.02.05	Despesas Antecipadas (AC)	-37.525	-23.016	-39.980
6.01.02.07	Fornecedores (PC)	576.164	412.393	249.121
6.01.02.08	Salários e encargos sociais (PC)	40.074	7.149	-41.595
6.01.02.09	Obrigações tributárias (PC)	46.476	33.054	2.229
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social (PC)	166.527	783.663	567.286
6.01.02.11	Benefícios pós-emprego (PC)	15.596	5.119	11.193
6.01.02.12	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (PC)	13.272	11.857	7.372
6.01.02.13	Seguro e demais contas a pagar (PC)	-59.237	-49.387	56.811
6.01.02.14	Receita diferida (PC)	8.159	-3.887	-2.120
6.01.02.15	Dividendos recebidos de controladas e empreendimentos controlados em conjunto (AC)	42.436	29.411	7.925

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01.03	Outros	-1.340.455	-1.741.148	-831.548
6.01.03.01	Contas a Receber e Financiamentos a clientes (ANC)	-99.622	-102.905	-74.846
6.01.03.02	Impostos a Recuperar (ANC)	-539.539	-130.200	-47.168
6.01.03.03	Depósitos Judiciais (ANC)	-58.757	-39.795	-37.935
6.01.03.04	Demais Contas a Receber (ANC)	6.350	-4.356	13.829
6.01.03.05	Despesas Antecipadas (ANC)	-58.735	-116.735	-65.847
6.01.03.07	Benefícios pós-emprego (PNC)	-8.457	-759	-40
6.01.03.08	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (PNC)	11.811	-68.193	42.428
6.01.03.09	Demais contas a pagar (PNC)	-4.397	87.950	-19.255
6.01.03.10	Receita diferida (PNC)	-1.046	385	1.474
6.01.03.11	Pagtos de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-390.177	-529.732	0
6.01.03.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-197.886	-836.808	-644.188
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.177.633	-1.371.755	-1.848.776
6.02.01	Aplicações Financeiras, Líquidas de Resgates	-1.669.937	60.859	-163.625
6.02.02	Caixa e equivalentes de caixa de controlada adquirida	3.662	59.863	0
6.02.03	Aquisição de imobilizado	-1.178.312	-1.302.187	-1.015.199
6.02.04	Aquisição de intangível	-237.593	-221.960	-651.171
6.02.05	Aquisição de empresas	-103.373	0	0
6.02.06	Aporte de capital em empreendimentos controlados em conjunto	-31.908	-16.000	-47.281
6.02.07	Receita com a venda de bens	38.578	47.670	28.500
6.02.08	Redução de capital em coligadas	1.250	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-801.007	340.349	928.388
6.03.01	Financiamentos e Debêntures - Captação	4.461.112	4.510.694	3.676.874
6.03.02	Financiamentos e Debêntures - Amortização	-3.710.718	-2.462.200	-812.520
6.03.03	Financiamentos e Debêntures - Juros Pagos	-737.564	-769.740	-1.057.580
6.03.04	Contraprestação de Arrendamento Mercantil	-5.120	-5.191	-5.016
6.03.05	Dividendos Pagos	-808.603	-940.250	-873.270
6.03.07	Sociedades Relacionadas	-114	7.036	-100
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	26.628	20.214	-22.017

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.063.053	727.846	1.571.265
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.002.004	4.274.158	2.702.893
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.938.951	5.002.004	4.274.158

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.171.752	434.095	3.629.851	0	10.516	9.246.214	377.824	9.624.038
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.171.752	434.095	3.629.851	0	10.516	9.246.214	377.824	9.624.038
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-61.115	0	-684.565	0	-745.680	-3.689	-749.369
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	3.773	0	0	0	3.773	0	3.773
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-10.501	0	0	0	-10.501	0	-10.501
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-684.565	0	-684.565	0	-684.565
5.04.08	Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	0	-163.742	0	0	0	-163.742	0	-163.742
5.04.09	Dividendos adicionais propostos	0	109.355	0	0	0	109.355	0	109.355
5.04.10	Dividendos adicionais atribuíveis a acionistas não controladores de controladas	0	0	0	0	0	0	-3.689	-3.689
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.150.421	-206.017	944.404	-22.211	922.193
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.150.421	0	1.150.421	-18.101	1.132.320
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-206.017	-206.017	-4.110	-210.127
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-216.245	-216.245	-21	-216.266
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-2.568	-2.568	0	-2.568
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	12.796	12.796	0	12.796
5.05.02.06	Perdas Atuariais em Benefício Pós-Emprego, líquidas	0	0	0	0	0	0	-4.089	-4.089
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-218	469.241	-465.856	0	3.167	0	3.167
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	465.856	-465.856	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-218	0	218	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-3	0	-3	0	-3
5.06.04	Dividendos Prescritos	0	0	0	3.170	0	3.170	0	3.170
5.06.05	Transferência para Reserva Estatutária	0	0	3.385	-3.385	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.171.752	372.762	4.099.092	0	-195.501	9.448.105	351.924	9.800.029

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.838.686	239.013	4.466.392	0	-16.468	8.527.623	30.935	8.558.558
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-82.427	0	0	-82.427	-81	-82.508
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.838.686	239.013	4.383.965	0	-16.468	8.445.196	30.854	8.476.050
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.333.066	195.491	-1.333.066	-950.895	0	-755.404	352.845	-402.559
5.04.01	Aumentos de Capital	1.333.066	0	-1.333.066	0	0	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-7.440	0	0	0	-7.440	0	-7.440
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	6.799	0	0	0	6.799	0	6.799
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-787.153	0	-787.153	0	-787.153
5.04.08	Aprovação em assembleia Geral Ordinária dos Dividendos Adicionais	0	-165.515	0	0	0	-165.515	0	-165.515
5.04.09	Dividendos Adicionais Propostos	0	163.742	0	-163.742	0	0	0	0
5.04.10	Instrumento Patrimonial Outorgado	0	536	0	0	0	536	0	536
5.04.11	Mudança de Participação de Acionistas não Controladores - CBLSA	0	197.369	0	0	0	197.369	178.972	376.341
5.04.12	Adição de Acionistas não Controladores em Função de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	182.603	182.603
5.04.13	Dividendos Adicionais Atribuíveis a Acionistas não Controladores	0	0	0	0	0	0	-8.730	-8.730
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.526.505	26.984	1.553.489	-5.875	1.547.614
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.526.505	0	1.526.505	-640	1.525.865
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	26.984	26.984	-5.235	21.749
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-481	-481	0	-481
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	45.542	45.542	0	45.542
5.05.02.06	Perda Atuarial em Benefícios Pós-Emprego, Líquido de IR e CS	0	0	0	0	-18.077	-18.077	-5.235	-23.312
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-409	578.952	-575.610	0	2.933	0	2.933
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	578.952	-575.610	0	3.342	0	3.342
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-409	0	409	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-96	0	-96	0	-96
5.06.04	Dividendos Prescritos	0	0	0	3.029	0	3.029	0	3.029
5.06.05	Transferência para Reserva Estatutária	0	0	0	-3.342	0	-3.342	0	-3.342
5.07	Saldos Finais	5.171.752	434.095	3.629.851	0	10.516	9.246.214	377.824	9.624.038

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.838.686	218.478	3.801.999	0	85.878	7.945.041	29.088	7.974.129
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.838.686	218.478	3.801.999	0	85.878	7.945.041	29.088	7.974.129
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	20.786	0	-907.269	0	-886.483	-7.186	-893.669
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	12.433	0	0	0	12.433	0	12.433
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-741.754	0	-741.754	0	-741.754
5.04.08	Aprovação em Assembléia Geral Ordinária Dos Dividendos Adicionais	0	-157.162	0	0	0	-157.162	0	-157.162
5.04.09	Dividendos Adicionais Propostos	0	165.515	0	-165.515	0	0	0	0
5.04.10	Dividendos de Acionistas Não Controladores de Controladas	0	0	0	0	0	0	-7.186	-7.186
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.561.585	-102.346	1.459.239	9.033	1.468.272
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.561.585	0	1.561.585	9.033	1.570.618
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-102.346	-102.346	0	-102.346
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-34.667	-34.667	0	-34.667
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-59.406	-59.406	0	-59.406
5.05.02.06	Perda Atuarial de Benefício Pós-Emprego Líquido de IR e CS	0	0	0	0	-8.273	-8.273	0	-8.273
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-251	664.393	-654.316	0	9.826	0	9.826
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	654.316	-654.316	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-251	0	251	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-42	0	-42	0	-42
5.06.04	Dividendos Prescritos	0	0	0	9.868	0	9.868	0	9.868
5.06.05	Transferência para Reserva Estatutária	0	0	10.077	-10.077	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.838.686	239.013	4.466.392	0	-16.468	8.527.623	30.935	8.558.558

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	93.548.685	81.249.223	79.314.977
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	93.954.315	81.793.240	79.157.941
7.01.02	Outras Receitas	-336.380	-405.931	192.838
7.01.02.01	Resultado na Venda de Bens e Outras Resultados Operacionais, Líquidos	35.445	57.118	192.838
7.01.02.02	Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-371.825	-463.049	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-69.250	-138.086	-35.802
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-86.878.595	-74.088.965	-72.454.200
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-78.330.739	-66.434.670	-65.660.157
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.351.100	-2.293.904	-2.254.447
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-23.141	-27.090	-8.572
7.02.04	Outros	-6.173.615	-5.333.301	-4.531.024
7.02.04.01	Matérias-Primas Consumidas	-6.173.615	-5.333.301	-4.531.024
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.670.090	7.160.258	6.860.777
7.04	Retenções	-828.210	-717.678	-1.116.119
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-812.489	-704.544	-1.103.538
7.04.02	Outras	-15.721	-13.134	-12.581
7.04.02.01	Créditos de PIS e COFINS sobre Depreciação	-15.721	-13.134	-12.581
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.841.880	6.442.580	5.744.658
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	809.546	742.800	645.021
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-14.779	20.673	7.476
7.06.02	Receitas Financeiras	681.235	585.101	513.243
7.06.03	Outros	143.090	137.026	124.302
7.06.03.01	Aluguéis e Royalties	143.090	137.026	124.302
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.651.426	7.185.380	6.389.679
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.651.426	7.185.380	6.389.679
7.08.01	Pessoal	2.187.994	1.924.541	1.771.287
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.312.328	2.476.497	1.574.291
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.018.784	1.258.477	1.473.483
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.132.320	1.525.865	1.570.618

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.08.04.02	Dividendos	688.254	959.625	914.455
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	444.066	566.240	656.163

Mensagem da Administração 2018

O ano de 2018 foi marcado por importantes avanços na gestão e governança da Ultrapar.

Como parte de um processo planejado e consistente com a boa governança da Companhia, Paulo Guilherme Aguiar Cunha, após mais de três décadas de inestimáveis contribuições, foi nomeado Presidente Emérito do Conselho de Administração, posição honorífica e vitalícia. Para sucedê-lo foi eleito Pedro Wongtschowski, Vice-Presidente do Conselho de Administração e que atuou como Diretor Presidente da Ultrapar entre 2007 e 2012.

Outras importantes sucessões ocorreram na Diretoria, na liderança das empresas Extrafarma, Ultragaz e Ipiranga, igualmente em um processo sucessório planejado e que combinou promoção de talentos internos e atração de talentos externos.

Ao longo do ano, dedicamos tempo e recursos para aprimorar nosso processo de planejamento estratégico, visando uma melhor integração e dinâmica das análises de nossos negócios, com extensão do horizonte de planejamento, harmonização de premissas e parâmetros entre as empresas, acompanhamento dos resultados de modo mais próximo e frequente, consolidação dos orçamentos anuais e planos de investimentos, e uma sistemática de análise do portfólio de investimentos da Ultrapar.

Em uma outra frente, foram formalizadas ou aperfeiçoadas importantes políticas corporativas, como a de Gestão de Riscos (de caráter geral), Gestão de Riscos Financeiros, Divulgação de Fatos Relevantes, Negociação de Valores Mobiliários e Política Concorrencial, consistentemente com o compromisso inabalável de nossa organização com a melhoria contínua das práticas de governança e o comportamento ético e transparente de nossas pessoas.

Do ponto de vista macroeconômico, o ano iniciou-se sob a expectativa positiva do País recuperar-se da recessão mais profunda de sua história. Entretanto, a escalada nos preços do petróleo, em conjunto com uma forte desvalorização cambial, ocasionou um significativo aumento nos preços de combustíveis e, conseqüentemente, dos custos de transporte rodoviário, culminando na greve dos caminhoneiros que paralisou o País e impactou praticamente todos os setores da economia. Esse problema, aliado às incertezas das eleições majoritárias, levou o Brasil a ter um crescimento apenas moderado em 2018.

Nesse contexto, considerando que nossos negócios guardam grande correlação com o desempenho da economia nacional, atuamos firmemente na gestão de custos, despesas e de emprego de capital, buscando aumentar a eficiência de nossas operações, otimizar investimentos e reduzir o capital de giro de nossas empresas. Nesse ambiente de pouca expansão econômica e conseqüente acirramento da competição, tivemos impacto em alguns de nossos resultados. Em 2018, a Ultrapar registrou R\$ 3.069 milhões de EBITDA Ajustado e R\$ 1.132 milhões de lucro líquido, que, embora configurem resultados sólidos, ficaram aquém das nossas expectativas e foram inferiores àqueles registrados em 2017.

Por outro lado, as iniciativas voltadas ao controle de custos e maior seletividade nos investimentos de capital, nos levaram a um excelente resultado de geração operacional de caixa, que atingiu R\$ 1,4 bilhão em 2018, inclusive superior ao de 2017.

Na Ipiranga, fortalecemos o modelo de gestão para garantir mais agilidade frente às oportunidades e desafios do mercado. Reforçamos o relacionamento com nossos revendedores e modificamos a organização com vistas a facilitar a captura de valor nos negócios adjacentes à distribuição de combustível, como a franquia de lojas de conveniência am/pm e as plataformas de relacionamento com o Cliente, com destaque para o KMV – Km de Vantagens, maior programa de fidelidade do país. Após um primeiro semestre difícil, inclusive em função da greve dos caminhoneiros, a Ipiranga iniciou um processo de recuperação gradual e consistente na segunda metade do ano, que fortalece nossa convicção de uma melhoria de resultados a partir de 2019. Em 2018, adicionamos 67 padarias e 54 *beer caves* à nossa rede, além de 78 novas lojas am/pm e 37 unidades Jet Oil, que se consolidaram como 2ª e 6ª maiores redes de franquias do país, respectivamente, segundo a Associação Brasileira de Franchising. Entre outras iniciativas, o aplicativo *Abastece aí* já é utilizado por mais de 1,4 milhão de pessoas como meio de pagamento e troca de pontos do programa KMV.

Relatório da Administração 2018

A Oxiteno iniciou sua operação na nova planta de alcoxilação no Texas, EUA, com uma fábrica no estado da arte tecnológico e de automação, completando, assim, esse importante projeto de cerca de US\$ 200 milhões em investimentos para sua presença no maior mercado de tensoativos do mundo. Adicionalmente, a Companhia segue comprometida com suas atividades de pesquisa e desenvolvimento para continuamente ampliar seu portfólio de especialidades químicas, com maior potencial de valor agregado, tendo lançado 22 novos produtos em 2018.

Ao longo de 2018, a Ultragas continuou investindo com pioneirismo em inovação e excelência operacional, que, associados à uma forte disciplina na gestão de custos e despesas, vem consolidando a Companhia como uma referência mundial em distribuição de GLP. Com soluções digitais para seus clientes, automação da força comercial e vendas informatizadas, a Companhia deve seguir crescendo organicamente no Brasil, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, enquanto analisa eventuais oportunidades para sua expansão no mercado internacional. Em 2018, a Ultragas desenvolveu e lançou sete novas aplicações de GLP para a indústria, agronegócio e comércio e serviços, resultando em mais de 900 novos clientes no ano.

A Ultracargo teve um excelente desempenho em 2018, mesmo no cenário de redução das importações de combustíveis que afetou todo o setor de armazenamento de grânéis líquidos. Sua agilidade e flexibilidade a permitiram aproveitar oportunidades no mercado de etanol e de químicos, compensando a redução de demanda por armazenamento e movimentação de combustíveis. Para 2019, a Companhia continuará investindo na expansão de sua capacidade, principalmente nos portos de Santos (SP) e Itaquí (MA).

No que tange à Extrafarma, o ano de 2018 foi de acirramento do ambiente competitivo do mercado de varejo farmacêutico, com pressão sobre as margens e processos de expansão das principais redes. Nesse sentido a Companhia reduziu seu ritmo de abertura de novas lojas, aplicando maior seletividade em sua localização e potencial rentabilidade, priorizando o adensamento da rede e a otimização logística. Adicionalmente, a Extrafarma implementou um novo sistema de varejo, que permitirá ganhos de produtividade e melhor gestão de estoques nos centros de distribuição e nas lojas, além de proporcionar uma melhor experiência de compra aos seus clientes.

Para 2019, nossa expectativa é de melhora no cenário macroeconômico brasileiro, com mais geração de emprego e renda, impulsionando a expansão da demanda no mercado interno. Essa combinação de fatores será benéfica para nossos negócios, que têm potencial de alavancagem em relação ao crescimento do PIB e também se beneficiarão da maturação dos investimentos realizados nos últimos anos. Na Ultrapar, portanto, projetamos crescimento em todos os nossos negócios nos próximos anos, com melhoria de rentabilidade e rápida redução da alavancagem financeira, o que nos permitirá aumentar nosso potencial de investimentos e prospecção de oportunidades de mercado.

Acreditamos em nossa capacidade de criação de valor através de nossa atuação na gestão de empresas de qualidade, que se caracterizam por um bom posicionamento de mercado, diferencial competitivo tangível, boa capacidade de geração de caixa e de retorno sobre o capital empregado, e equipe de liderança competente. Definimos, ainda, que nossos negócios sejam conduzidos em estreita aderência aos princípios do Ultra – segurança em primeiro lugar; governança, integridade e transparência de gestão; disciplina e solidez financeira; satisfação do Cliente como base do sucesso; diferenciação como fator de competitividade; excelência operacional e times de alta competência e desempenho.

Assim, estamos determinados a assegurar que a Companhia siga sua trajetória bem-sucedida de contribuição para o desenvolvimento do País, com respeito a nossos clientes, consumidores, acionistas, parceiros de negócios, funcionários, fornecedores, mercado de capitais e sociedade em geral. Aproveitamos para agradecer a cada um de nossos *stakeholders* por sua confiança e contribuição para o aprimoramento da Ultrapar e de negócios.

Pedro Wongtschowski

Presidente do Conselho de Administração

Frederico Curado

Diretor Presidente

Perfil da Companhia

A Ultrapar mantém, desde 1999, ações listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (New York Stock Exchange – NYSE), com ADRs Nível III, e na Bolsa de Valores de São Paulo (Brasil, Bolsa, Balcão – B3), tendo ingressado em 2011 no Novo Mercado.

Com mais de 80 anos de história a Ultrapar ocupa posições de destaque nos cinco segmentos em que atua.

Ipiranga

Uma das maiores redes de distribuição de combustíveis e lubrificantes do país, reúne uma rede de mais de 7 mil postos cada vez mais completos e digitais, além da maior franquia de lojas de conveniência do Brasil, a am/pm, com 2,5 mil lojas. Conta também com um dos maiores programas de fidelidade do país, o Km de Vantagens, que encerrou 2018 com mais de 29 milhões de participantes.

Oxiten

Líder na produção de tensoativos e especialidades químicas na América Latina, inaugurou recentemente uma fábrica nos Estados Unidos e amplia cada vez mais sua atuação internacional. A nova unidade industrial soma-se a seis no Brasil, três no México, uma no Uruguai e uma na Venezuela. A Oxiten possui escritórios comerciais na Argentina, Bélgica, China e Colômbia.

Ultragas

Pioneira e líder no mercado nacional de distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), é referência em inovação e na criação constante de soluções para uso do produto. Além do GLP possui um moderno laboratório de pesquisa e desenvolvimento para gases especiais, segmento no qual também é líder de mercado.

Ultracargo

Maior empresa de armazenagem para granéis líquidos do Brasil, com presença em seis portos, todos instalados em locais estratégicos das regiões Nordeste, Sudeste e Sul.

Extrafarma

Em 2018, atingiu a marca de 433 lojas onde atuam 7 mil colaboradores. Originada nos estados do Norte e Nordeste, hoje está presente em 13 estados brasileiros.

Responsabilidade socioambiental

A Ultrapar está diretamente presente no cotidiano de milhões de brasileiros através das redes de postos, lojas de conveniência e farmácias e, também, da distribuição do GLP e produção de especialidades químicas que são insumos para uma infinidade de produtos de consumo. O sucesso dessa relação está ligado à forma como os negócios são conduzidos, sempre com ética e transparência, com apoio constante a iniciativas de desenvolvimento socioambiental e cultural.

Ipiranga

Preocupada em monitorar os impactos de suas operações, a Ipiranga realiza análise de riscos para 100% de suas instalações. Como resultado, nenhuma das unidades operacionais possui risco social não aceitável para os padrões dos órgãos ambientais. Além disso, o SIGA+, Sistema de Gestão de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Responsabilidade Social gerencia os indicadores relacionados aos temas citados e implementa ações de forma a garantir a melhoria contínua de seus processos e da confiabilidade das operações. Para fortalecer sua cultura de segurança, a Ipiranga possui diversas iniciativas consolidadas em um programa que busca promover condições físicas adequadas, procedimentos eficientes e comportamento seguro de forma a tornar suas operações cada vez mais seguras. Para a garantia das condições físicas são realizadas análises de risco, auditorias nas medidas de controle, testes nos sistemas de incêndio e inspeções com foco em legislação que são os orientadores para os investimentos de segurança. No pilar de Procedimentos, o

Relatório da Administração 2018

Manual de Operações reúne os procedimentos operacionais e de segurança que devem ser seguidos e são auditados anualmente.

Os caminhoneiros são público alvo de dois programas da Ipiranga. O primeiro é uma ação itinerante, chamada Saúde na Estrada que, desde o lançamento, já proporcionou a mais de 430 mil pessoas, de 180 municípios em 23 estados, serviços como exames médicos preventivos, vacinações, avaliação da composição corporal, entre outros. O segundo trata de ações no âmbito do programa Na Mão Certa, iniciativa conduzida pela Childhood Brasil para erradicar a exploração sexual de crianças e adolescentes nas estradas.

A Ipiranga assina ainda o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (InPACTO) desde 2014 e mantém Plano de Ação para formalizar as iniciativas vinculadas aos compromissos assumidos, esforço que envolve as áreas Jurídica e de Suprimentos e o Comitê de Sustentabilidade.

No fim de 2018, 16% da rede de postos era composta por postos ecoeficientes, que adotam soluções para o uso racional de água, energia e materiais e para assegurar a destinação correta de resíduos.

No ano, a Ipiranga passou a integrar o Programa Logística Verde Brasil (PLVB), coordenado pelo Laboratório de Transporte de Carga (LTC), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O PLVB quer capturar, integrar, consolidar e aplicar conhecimentos para reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) por meio de ganhos de eficiência no transporte de carga.

Em relação às emissões de GEE, desde 2012 a Ipiranga elabora o Inventário de Emissões de Gases do Efeito Estufa, em linha com a norma ISO 14064, as especificações do Programa Brasileiro GHG Protocol e os dados do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). Todos os indicadores são verificados por empresa externa e publicados na plataforma do Registro Público de Emissões do GHG Protocol.

Além disso, por meio do programa Carbono Zero, promove a medição, busca a redução e realiza a compensação de emissões de GEE resultantes de suas operações diretas e indiretas, o que inclui as provenientes da equipe Ipiranga Racing nas provas da Stock Car. Desde o seu lançamento, em 2012, o programa já possibilitou a compensação de 350 mil toneladas de CO₂.

Oxitenó

Em 2018 a Oxitenó participou da construção da Carta de Contribuição aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), através da Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM), da qual a Companhia é conselheira. Na carta, associados da ABIQUIM oficializaram o engajamento dos Conselhos Comunitários Consultivos (CCCs) vinculados ao setor com a agenda global da ONU e com sua divulgação e implementação. Os CCCs servem como canal de comunicação e desenvolvimento de projetos entre as empresas e os moradores das localidades onde elas operam e são integrados por voluntários das comunidades. A Oxitenó mantém pessoas integradas aos conselhos em todas as suas unidades industriais no Brasil e, em Tremembé (SP), o CCC é administrado 100% pela Companhia.

A Oxitenó avançou na utilização da plataforma Greenformance, que orienta para a priorização de desenvolvimento de produtos baseados em matérias-primas de fontes renováveis. Sempre que possível, a Companhia substituiu o uso de insumos sintéticos e derivados petroquímicos por outros de origem vegetal. Além disso, preconiza a elaboração de produtos concentrados e biodegradáveis e aliados na redução do uso de energia, consumo de água e de embalagens.

A Oxitenó também realiza a Avaliação do Ciclo de Vida (ACV) de seus produtos ecoeficientes. A metodologia, normatizada pelas ISOs 14040 e 14044, permite quantificar o desempenho ambiental de uma solução e identifica em qual etapa da sua existência se concentram os principais impactos sobre a natureza. Com base no diagnóstico, são experimentadas alterações nos processos. Em 2018, três estudos de ciclo de vida foram realizados.

A Companhia patrocina o projeto social Integrar Arte e Vida, em Mauá (SP), desenvolvido na Escola Municipal Cora Coralina em parceria com a Secretaria Municipal de Educação. A ação, que envolve mensalmente cerca de 220 alunos, estimula crianças e jovens a permanecerem na escola e completarem sua jornada educacional através da oferta de oficinas culturais e esportivas nas modalidades dança, futsal e judô, no contraturno do colégio.

Relatório da Administração 2018

Por fim, a Oxiteno ingressou no projeto Baú das Artes em Camaçari (BA), iniciativa governada pela Evoluir – Educação Transformadora. A ação promove a distribuição de baús com kits de livros infantis, jogos educativos, brinquedos, fantasias e instrumentos musicais.

Ultragaz

Os projetos sociais apoiados e/ou desenvolvidos pela Ultragaz dividem-se em três frentes: a) educação, cultura para crianças, jovens e adultos de classes menos favorecidas, de abrangência nacional ou regional; b) apoio ao desenvolvimento sociocultural dedicado às comunidades do entorno das unidades da Companhia; c) e campanhas educativas sobre saúde, bem-estar e preservação ambiental, direcionadas à sociedade como um todo e de abrangência nacional.

Em 2018, a Companhia destinou recursos a projetos com foco no empoderamento feminino. Nesse sentido, iniciou parceria com a Associação Feminina de Estudos Sociais e Universitários (Afesu), cujo foco é o apoio a mulheres em condição de vulnerabilidade social por meio da oferta de capacitação para o mercado de trabalho. A Companhia também estabeleceu vínculos com a Rede Mulher Empreendedora (RME), para oferecer oportunidades e fomentar o empreendedorismo e o resgate da autoestima entre mulheres vítimas de violência doméstica.

Outro destaque é a participação de colaboradores na parceria com a Junior Achievement, uma das mais importantes organizações de empreendedorismo, meio ambiente e negócios do mundo, com foco no desenvolvimento da cultura empreendedora entre crianças e adolescentes com orientações em temas como educação e sustentabilidade, finanças pessoais e ética. Ao todo, 298 colaboradores são voluntários em projetos espalhados pelo Brasil.

Em 2018, a Companhia foi parceira do Fundo das Nações Unidas pela Infância (Unicef) na divulgação sobre a missão do órgão da ONU. Ela levou a seus clientes e funcionários informações sobre o acesso a material exclusivo sobre brinquedos e brincadeiras para crianças, atingindo 5 milhões de famílias em todo o País.

Assim como a Ipiranga, a Ultragaz integra o pacto empresarial Na Mão Certa, desenvolvido pela ONG Childhood Brasil. A Ultragaz divulga as causas da ONG para seus colaboradores e sua rede de revendedores, atingindo 10 milhões de clientes do segmento domiciliar.

Desde 2012, a Ultragaz compensa as emissões de gás carbônico decorrentes dos projetos que patrocina. Em trabalho conjunto com a ONG Iniciativa Verde, e como parte do Programa Carbon Free, promove o plantio de árvores para neutralizar o CO2 produzido.

Teve continuidade ainda a Campanha Junte Óleo: Ultragaz Coleta e Soya Recicla, em parceria com a Bunge e o Instituto Triângulo. Uma parte do óleo coletado é usado para fabricar o sabão e outra é direcionada à produção de biodiesel. A campanha ocorre no Ceará, na Bahia, em Minas Gerais, em Pernambuco, no Rio Grande do Sul e em São Paulo.

Ultracargo

A Ultracargo manteve o patrocínio ao Polo de Cidadania, evento organizado pelo Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (Cofic), em parceria com o Serviço Social da Indústria (Sesi), Cidade do Saber e Prefeitura de Camaçari (BA). A iniciativa proporciona o acesso a uma série de serviços e atividades gratuitas para a comunidade, especialmente nas áreas de saúde, educação, cultura, esportes e lazer.

A Companhia também apoiou a iniciativa Comunidade em Ação, do jornal Tribuna de Santos, premiação que divulga e dá visibilidade a projetos que contribuem para melhorar a vida de milhares de pessoas da Baixada Santista.

A Companhia investe para garantir os menores impactos possíveis de suas operações sobre o meio ambiente e todas suas unidades são certificadas pela ISO. Em 2018, por exemplo, no âmbito do Plano de Otimização e Uso Racional da Água (Prua), apresentado em 2017 no Terminal de Santos – e aprovado pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) –, foi instalado na unidade um sistema de captação e reúso de águas pluviais.

Relatório da Administração 2018

Extrafarma

Pelo 3º ano consecutivo, a Extrafarma patrocinou em 2018 o evento da CowParade em Fortaleza, promovendo a cultura local e a responsabilidade social. Ao final da edição, as “vaquinhas” foram leiloadas e todo valor arrecadado, destinado a instituições beneficentes locais.

A Extrafarma possui Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde e conta com assessoria de empresas terceirizadas habilitadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para o transporte, tratamento e destinação final adequada de medicamentos vencidos e avariados, seringas, agulhas e gazes.

Pessoas

O Ultra considera pessoas como diferencial e fator determinante no sucesso das companhias e buscou intensificar e aprimorar seus processos de avaliação de desempenho, planejamento de carreira e sucessão. As iniciativas mencionadas acima fazem parte do modelo de gestão, que envolve um sistema de remuneração variável atrelado à meritocracia e à geração de valor, que busca fortalecer os processos de atração, capacitação e retenção de talentos, com o objetivo de atrair e desenvolver pessoas com as competências necessárias para o sucesso da estratégia.

Número de colaboradores			
	2018	2017	Δ (%) 2018v2017
Ipiranga	3.318	3.051	9%
Oxitenó	1.943	1.901	2%
Ultragas	3.511	3.633	-3%
Ultracargo	710	715	-1%
Extrafarma	7.112	6.698	6%
Centro Corporativo	440	450	-2%
Ultrapar	17.034	16.448	4%

O modelo de operações, alinhado com a cultura na área de pessoas, tornou o Ultra referência no desenvolvimento de colaboradores e lideranças, promovendo investimentos contínuos e busca permanente por talentos. Em 2018, aproximadamente 350 jovens fizeram parte dos programas de jovens profissionais, estágio e *trainee* e, nesse mesmo ano, foram proporcionadas cerca de 500 mil horas de treinamentos para os colaboradores. Dos três movimentos de sucessão promovidos na diretoria executiva dos negócios em 2018, dois foram protagonizados por sucessores internos que ingressaram no Ultra como estagiários e construíram suas carreiras passando por diferentes áreas e negócios da Companhia. O investimento constante no desenvolvimento dos colaboradores aliado ao portfólio do Ultra, com operações em 5 segmentos, resulta na frequente criação de oportunidades e, em 2018, mais de 500 funcionários movimentaram-se internamente e 593 empregos diretos foram criados. Além disso, todos os negócios possuem programas voltados para seus colaboradores, segmentados em focos de atuação como desenvolvimento e educação, saúde e segurança.

Ipiranga

Universidade Ipiranga (UI) – proporciona ferramentas estratégicas para formação, capacitação e autodesenvolvimento. Com conteúdo presencial e virtual, ajuda a desenvolver as competências e conhecimentos tanto dos funcionários, como dos revendedores e de suas equipes. Um dos destaques da UI em 2018 foi a oferta de curso sobre o tema *compliance* concorrencial a 28 turmas, integradas por funcionários e clientes. O curso visa prevenir práticas que possam ferir a livre concorrência.

Viva Mais – programa de qualidade de vida, constituído por ações e campanhas de orientação em benefício do bem-estar.

Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) – oferece a realização anual de diversos exames médicos com o objetivo de prevenir possíveis doenças e promover a saúde.

Programa de Segurança – inclui inspeções em unidades, investimentos no aprimoramento das instalações e diretrizes a serem seguidas também por prestadoras de serviço. Ao longo do ano, um dos focos foi a promoção do Atitude do Dono, direcionado às lideranças para as estimular na atuação como agentes de mudança de comportamento. Também foram realizadas campanhas para o engajamento sobre Equipamento de Proteção Individual (EPI), comportamento seguro no trânsito e cuidado ativo. Os resultados estão traduzidos na redução de 81% dos acidentes típicos com afastamento, na comparação com 2017.

As Vantagens de Permanecer na Escola e Conectados com o Amanhã (Junior Achievement) – voltados para os jovens aprendizes, o primeiro reforçou a importância de continuar estudando, com foco nos

Relatório da Administração 2018

conceitos de empregabilidade, educação e qualificação e o segundo estimulou a reflexão sobre o futuro e a preparação para o mercado de trabalho e orientou sobre perspectivas de carreira.

Oxiten

Portal DNA – plataforma de *e-learning* que, além de disponibilizar cursos para os funcionários, é utilizada em aproximadamente 50% das ações vinculadas aos planos de desenvolvimento elaborados para cada funcionário, alinhados ao resultado no processo de avaliação de desempenho.

Fórum What's Next – evento transmitido ao vivo com a apresentação/participação das principais lideranças da Oxiten em intervalos de dois a três meses. O programa informa sobre as principais realizações do negócio, seus objetivos e próximos passos, além de abrir espaço para perguntas e respostas. O evento é transmitido em português, com tradução simultânea para o inglês e o espanhol, e o programa-piloto, que foi ao ar em agosto, foi acompanhado por 1,2 mil profissionais.

Facebook corporativo – solução oferecida pela própria operadora da rede social que amplia o sentimento de participação nos negócios uma vez que, além de poder formar comunidades, os funcionários são informados, de forma universal e tempestiva, sobre os principais acontecimentos da Companhia. Com dois meses de operação do canal, 96% dos colaboradores já estavam integrados à plataforma.

Ultragaz

Academia Ultragaz On-Line – a Ultragaz tem academias educacionais que contemplam treinamentos para todos os negócios e públicos, com foco técnico ou comportamental. Em 2018 investiu em uma nova ferramenta de *e-learning*, a Academia *On-line*, uma plataforma educacional que passou a ser acessada também via celular para estimular o autodesenvolvimento, que inclui treinamentos, além de uma biblioteca de arquivos e vídeos para pesquisa.

Outro foco em 2018 foi o desenvolvimento de gerentes e coordenadores, por meio da Academia de Liderança, composta por uma trilha de aprendizado presencial e à distância que visa garantir aos líderes da Ultragaz conhecimento e recursos para que eles consigam fazer a gestão do capital humano de acordo com a estratégia desenhada para a empresa e seus colaboradores.

Guia de Autodesenvolvimento Ultragaz – a estratégia da Ultragaz é trabalhar o protagonismo dos colaboradores, disponibilizando recursos que possibilitam que o colaborador se autodesenvolva, crie seu plano de desenvolvimento individual e cresça a partir desses desenvolvimentos. O Guia de Autodesenvolvimento apresenta um amplo acervo de soluções e dicas relativas a cursos *on-line* gratuitos ofertados por instituições de ensino renomadas, como Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituto Endeavor, assim como filmes, livros e séries que podem ajudá-lo a trabalhar competências essenciais para a Ultragaz.

Ultracargo

DNA Ultracargo – programa que visa reforçar a cultura de segurança e a disciplina operacional entre os colaboradores para que a Companhia alcance o estágio Interdependente da Curva de Bradley, em que a segurança é responsabilidade efetivamente compartilhada e incorporada por todos.

Programa de Formação do Operador (PFO) – visa unificar o aprendizado e garantir mais qualidade e segurança à operação. Os responsáveis pela divulgação do conhecimento são colaboradores da Ultracargo conhecidos como Multiplicadores e Operadores de Referência, que são nomeados por seus superiores diretos em razão de adotarem as práticas de segurança, conduta, processos e procedimentos de forma correta e padronizada.

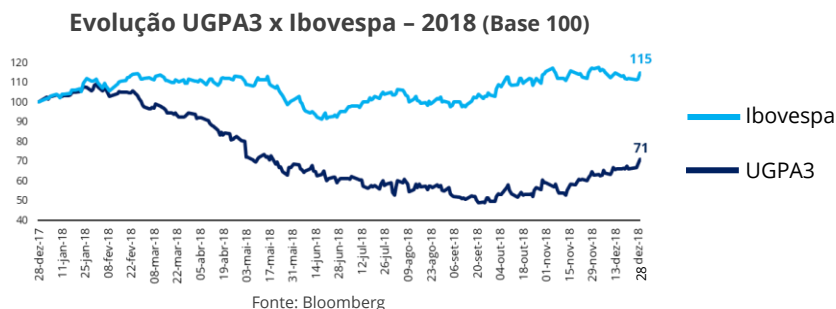
Extrafarma

Programa Maturidade – possui a finalidade de dar oportunidade de trabalho a pessoas com mais de 50 anos. Profissionais mais experientes fortalecem a equipe de loja e conseguem estabelecer uma boa conexão com os clientes, contribuindo para uma melhor experiência de compra em nossas lojas.

Programa de Excelência Extrafarma – busca estimular a qualidade e melhorar os processos no atendimento aos clientes e nas operações das farmácias. As lojas que mais se destacam no programa são homenageadas na convenção anual e são reconhecidas pela direção da Companhia.

Mercado de capitais

O volume financeiro negociado da Ultrapar, considerando as negociações ocorridas na B3 (UGPA3) e na NYSE (UGP), foi de R\$ 139 milhões por dia (+6%) em 2018. As ações da Companhia encerraram 2018 cotadas a R\$ 53,20 na B3, redução de 29% no período, e a Ultrapar encerrou o ano com valor de mercado de R\$ 30 bilhões. Já o índice Ibovespa valorizou 15% no ano. Na NYSE, as ações da Ultrapar se desvalorizaram 40% no ano, enquanto o índice Dow Jones apresentou, em 2018, desvalorização de 6%.



Dividendos

O Estatuto Social da Ultrapar estabelece distribuição de dividendo mínimo obrigatório a seus acionistas de 50% do lucro líquido ajustado. Nos últimos cinco anos, a parcela do lucro líquido destinada ao pagamento de dividendos foi, em média, de 60%.

Em 2018, a Ultrapar declarou dividendos de R\$ 685 milhões, um payout de 60% sobre o lucro líquido do ano e um dividend yield de 2,5% sobre o preço médio das ações de emissão da Ultrapar.

Histórico de dividendos

Exercício	Total distribuído (R\$ milhões)	Valor por ação (R\$)	Payout
2018	685	1,26	60%
2017	951	1,75	62%
2016	907	1,67	58%
2015	871	1,60	58%
2014	779	1,42	62%

ANÁLISE DO DESEMPENHO FINANCEIRO DE 2018

Ambiente econômico-operacional

O ano de 2018 foi marcado pela greve dos caminhoneiros, que paralisou o país e impactou diversos setores da economia, reduzindo a intensidade da recuperação da atividade econômica brasileira observada até meados de maio, com reflexos negativos nos índices de confiança dos consumidores e dos empresários, que voltaram a apresentar crescimento após a definição das eleições nacionais.

Indicadores

	2018	2017	Δ (%) 2018v2017
Dólar médio (R\$/US\$)	3,65	3,19	14%
Taxa de juros (CDI)	6,4%	9,9%	-3,5 p.p.
Inflação no período (IPCA)	3,7%	2,9%	0,8 p.p.
IBC - Br	137,3	135,7	1%
Petróleo Brent médio (US\$/barril)	71,1	54,4	31%

A recuperação econômica observada antes da greve permitiu dois novos cortes de 0,25 p.p. na taxa básica de juros, que passou de 7,0% ao ano ao final de 2017 para 6,5% ao ano, índice mantido desde março de 2018. A cotação média do dólar em 2018 foi de R\$ 3,65/US\$ em comparação a R\$ 3,19/US\$ em 2017, um aumento de 14%.

A decisão dos países membros da OPEP+ de reduzir a produção de petróleo elevou os preços da commodity até setembro. A partir de outubro os preços do petróleo passaram a se retrair em função do anúncio do aumento da produção pelos EUA e da manutenção de estoques em níveis elevados. Ao final do ano, o barril do petróleo estava cotado a US\$ 53/barril (Brent), uma desvalorização de 20% no ano.

Em 2018, o número de veículos leves licenciados voltou a crescer e totalizou 2,5 milhões, com aumento de 14% em relação a 2017. No mercado de produtos químicos de uso industrial, dados da ABIQUIM mostraram recuo de 1% em 2018 no Consumo Aparente Nacional. No varejo farmacêutico, segundo dados das associadas da Abrafarma, a receita de vendas foi 8% maior em 2018.

Ipiranga

O volume de vendas da Ipiranga cresceu 1% em 2018, com aumento de 2% no volume de diesel, acompanhando a recuperação gradual da economia. Já o volume de combustíveis para veículos leves (ciclo Otto) vendido pela Ipiranga foi 1% menor em relação a 2017, com queda até julho, retomando crescimento ao longo do segundo semestre. A produção recorde de etanol em 2018 contribuiu para a redução do preço do produto e, conseqüentemente, impulsionou o aumento nas vendas em 45%, enquanto o volume vendido da gasolina reduziu 14%.

A receita líquida da Ipiranga apresentou aumento de 14%, fruto principalmente (i) das movimentações nos custos médios do diesel e da gasolina, que apresentaram altas consecutivas de janeiro a setembro, seguindo os preços internacionais e a desvalorização do Real frente ao dólar, (ii) do aumento dos tributos (PIS/COFINS) sobre os combustíveis em julho de 2017, e (iii) da estratégia de inovação constante em serviços e conveniência no posto, gerando maior satisfação e fidelidade do cliente.

As despesas gerais, administrativas e de vendas cresceram 7%, devido, principalmente, à consolidação das despesas da ICONIC (tanto a adição das despesas da operação de lubrificantes da Chevron como despesas extraordinárias para início da operação conjunta), que entrou em operação em dezembro de 2017. Desconsiderando as despesas referentes à ICONIC, as despesas gerais, administrativas e de vendas permaneceriam estáveis em relação a 2017, fruto de iniciativas para redução de despesas diante do cenário desfavorável enfrentado em 2018.

O EBITDA Ajustado da Ipiranga em 2018 totalizou R\$ 2.052 milhões, 33% abaixo de 2017, principalmente devido (i) à greve dos caminhoneiros com impactos nos volumes vendidos, nas variações de margens e em maiores custos e despesas pontuais no período, (ii) às despesas extraordinárias para integração e início da operação da ICONIC e (iii) aos movimentos nos custos de combustíveis ao longo de 2018.

Na Ipiranga, foram investidos R\$ 957 milhões em 2018, sendo praticamente 50% direcionados para a expansão da rede de postos (através do embandeiramento de postos bandeira branca, abertura de novos postos e novos clientes), de franquias am/pm e Jet Oil e de bases logísticas. Os demais 50% foram investidos na renovação e manutenção da rede e da infraestrutura logística. Do total investido pela Ipiranga, R\$ 388 milhões referem-se a imobilizações líquidas e adições ao intangível, R\$ 390 milhões a ativos de contratos com clientes (direitos de exclusividade) e R\$ 179 milhões são referentes a liberações de financiamentos a clientes e antecipações de aluguel, líquidos de repagamentos.

Oxiten

A maior demanda por *commodities*, cujo volume cresceu 8%, em conjunto com a redução de 5% nos volumes de especialidades químicas, resultou na redução de 3% no volume vendido em relação a 2017, ano em que a Oxiten registrou recorde de vendas. Apesar do incremento observado no volume vendido pela nova planta dos EUA, que iniciou suas operações em setembro, o volume vendido no mercado externo diminuiu 4% em 2018 devido à menor demanda de países do Mercosul, principalmente Argentina. Já o volume vendido no mercado interno diminuiu 2% em comparação a 2017.

A receita líquida da Oxiten apresentou crescimento de 20%, principalmente em função do Real 14% mais depreciado em relação ao dólar e do preço médio em dólar 8% maior, que acompanhou o aumento dos custos de matérias-primas na comparação anual. Esses efeitos compensaram o menor volume de vendas e a maior participação de *commodities* no mix de vendas.

O custo dos produtos vendidos cresceu 17% em 2018, devido (i) ao aumento dos custos de matérias-primas, principalmente do eteno, (ii) à desvalorização de 14% do Real em relação ao dólar, e (iii) aos custos relacionados à partida da nova unidade dos EUA.

As despesas gerais, administrativas e de vendas cresceram 10%, principalmente em função da desvalorização do Real sobre as despesas das operações internacionais e de maiores despesas com pessoal.

A linha de "Outros resultados operacionais" encerrou 2018 com uma receita líquida de R\$ 214 milhões, comparada a uma receita líquida de R\$ 52 milhões em 2017. A Oxiten registrou ganhos com a constituição

Relatório da Administração 2018

de créditos tributários após decisões judiciais sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo para o PIS e COFINS tanto em 2017 como em 2018.

O EBITDA da Oxiteno totalizou R\$ 625 milhões em 2018, aumento de 111% sobre 2017, apesar do menor volume vendido. O aumento se deve, principalmente, à constituição de créditos tributários, com efeito líquido de R\$ 186 milhões no EBITDA, e à depreciação de R\$ 0,46/US\$ na cotação média do Real em 2018. Caso o efeito líquido da constituição de créditos tributários seja desconsiderado, ainda haveria um crescimento de 48% no EBITDA da Oxiteno em 2018.

A Oxiteno investiu R\$ 467 milhões em 2018, direcionados principalmente à construção da planta nos Estados Unidos e expansão e manutenção de suas unidades produtivas.

Ultragaz

O volume total vendido da Ultragaz apresentou redução de 1% em 2018, em linha com a queda no volume nacional de vendas de GLP. Apesar da estabilidade no segmento envasado, o segmento granel apresentou redução de 3%, principalmente em função da redução programada de um cliente industrial.

A receita líquida da Ultragaz cresceu 16% em 2018, principalmente em função dos reajustes no custo do GLP envasado e granel nas refinarias e da estratégia de diferenciação e inovação.

O custo dos produtos vendidos subiu 21%, principalmente pelo maior custo do GLP nas refinarias.

As despesas gerais, administrativas e de vendas apresentaram redução de 11% em 2018, fruto de iniciativas para redução de despesas e maior eficiência como, por exemplo, diminuição das despesas com marketing e com frete, principalmente pela migração de clientes da modalidade de entrega CIF para FOB, além das menores despesas com consultorias estratégicas e menores provisões para devedores duvidosos.

A linha de “Outros resultados operacionais” encerrou 2018 com uma despesa líquida de R\$ 278 milhões, comparada a uma despesa líquida de R\$ 79 milhões em 2017. Em 2018, a Ultragaz registrou despesa referente à multa de R\$ 286 milhões em função da decisão do CADE pela não aprovação da aquisição da Liquegás. Já em 2017, a despesa líquida de R\$ 79 milhões refere-se principalmente ao Termo de Compromisso de Cessação de Prática (TCC) assinado com o CADE no montante de R\$ 84 milhões.

O EBITDA da Ultragaz totalizou R\$ 258 milhões, 41% menor que 2017. Excluindo os efeitos da multa e do TCC mencionados acima, o EBITDA da Ultragaz teria crescido 4%, principalmente fruto das iniciativas para redução de custos e despesas apesar do menor volume de vendas.

A Ultragaz investiu R\$ 225 milhões em 2018, direcionados principalmente para o segmento granel, reposição e aquisição de vasilhames e tecnologia da informação.

Ultracargo

A armazenagem média total da Ultracargo apresentou aumento de 5%, em decorrência do aumento da movimentação em Santos, refletindo a retomada parcial da capacidade do terminal em junho de 2017, e o crescimento da demanda por movimentação de etanol nos portos brasileiros, apesar da redução nas importações de combustíveis em 2018.

A receita líquida cresceu 13% em 2018, devido (i) ao aumento na armazenagem média, fruto da retomada parcial das atividades em Santos, (ii) à maior produtividade da Ultracargo e (iii) aos reajustes contratuais inflacionários.

O custo dos serviços prestados apresentou crescimento de 12%, principalmente em função de maiores gastos com aluguel, pessoal, contratação de serviços de terceiros em Santos e serviços de manutenção de tanques nos terminais, além do maior pagamento de IPTU a partir de 2018.

As despesas gerais, administrativas e de vendas cresceram 4% em 2018. O aumento derivou de (i) maiores despesas com pessoal devido aos reajustes anuais e maior remuneração variável, em linha com a progressão dos resultados, e (ii) maiores gastos com consultorias estratégicas e de segurança operacional,

Relatório da Administração 2018

e foi atenuado pelo recebimento de créditos referentes à cobrança indevida de taxa portuária de anos anteriores.

O EBITDA da Ultracargo registrou aumento de 44% para R\$ 178 milhões em 2018, em função (i) da maior movimentação nos terminais, (ii) de reajustes contratuais, e (iii) dos efeitos residuais do incêndio ocorrido em abril de 2015 em terminal no Porto de Santos, com impacto negativo de R\$ 39 milhões em 2017.

A Ultracargo investiu R\$ 162 milhões em 2018, direcionados, principalmente, às expansões nos terminais de Itaquí e Santos e à adequação e manutenção da infraestrutura existente.

Extrafarma

A Extrafarma abriu 68 novas lojas e fechou 29 em 2018, uma expansão de 10% (39 lojas) da rede.

A receita bruta da Extrafarma cresceu 8% em 2018, em função do crescimento de 11% no faturamento de varejo, fruto do maior número médio de lojas. Esse crescimento foi parcialmente compensado pela queda de 21% da receita no segmento de atacado e pela maior competição no setor. Em junho de 2018, ocorreu a substituição do sistema de varejo, que afetou temporariamente as operações durante o período de implementação e estabilização, impactando ambos segmentos de vendas – varejo e atacado.

O custo dos produtos vendidos aumentou 11% em 2018, principalmente em decorrência do maior volume de vendas e do reajuste anual nos preços de medicamentos autorizado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamento (CMED). O lucro bruto atingiu R\$ 607 milhões, aumento de 3%, devido ao crescimento no faturamento, parcialmente impactado pela substituição do sistema de varejo em junho, pelo maior ritmo de atividades promocionais e pelo aumento na competitividade.

As despesas gerais, administrativas e de vendas apresentaram crescimento de 15% em 2018, em decorrência do número médio de lojas 19% maior. Excluindo o efeito de novas lojas, as despesas gerais, administrativas e de vendas reduziram 3%, principalmente em função das iniciativas implementadas para ganho de produtividade e redução de despesas, com destaque para as despesas com pessoal, viagens e taxas de cartões.

A Extrafarma registrou EBITDA de R\$ 47 milhões negativo, em comparação ao reportado de R\$ 23 milhões em 2017, em função (i) dos impactos causados pela implementação e estabilização do novo sistema de gestão do varejo, (ii) da maior depuração pontual de lojas realizada no terceiro trimestre de 2018, (iii) do maior patamar de lojas novas e ainda em maturação e (iv) do maior nível de competição no setor.

A Extrafarma investiu R\$ 118 milhões no ano. O valor foi destinado, principalmente, à abertura de novas lojas e à nova plataforma de sistemas de informação.

Ultrapar

Receita líquida de vendas e serviços

A Ultrapar registrou receita líquida de vendas e serviços de R\$ 90.698 milhões em 2018, crescimento de 14% em relação a 2017, como consequência do crescimento da receita em todos os negócios.

Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados da Ultrapar foi de R\$ 84.537 milhões em 2018, aumento de 17% em relação a 2017, em função do crescimento em todos os negócios.

Desempenho comparativo

R\$ milhões	2018	2017	Δ (%) 2018v2017
Receita líquida de vendas e serviços	90.698	79.230	14%
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(84.537)	(72.431)	17%
Lucro bruto	6.161	6.799	-9%
Despesas gerais, adm., com vendas e comerciais	(4.297)	(4.063)	6%
Outros resultados operacionais, líquidos	58	59	-3%
Resultado na venda de bens	(22)	(2)	885%
Lucro operacional	1.899	2.793	-32%
Resultado financeiro	(114)	(474)	-76%
Equivalência patrimonial	(15)	21	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.771	2.339	-24%
Imposto de renda e contribuição social	(639)	(813)	-21%
Lucro líquido	1.132	1.526	-26%



Relatório da Administração 2018

Lucro bruto

A Ultrapar apresentou lucro bruto de R\$ 6.161 milhões em 2018, uma redução de 9% em relação a 2017, em função da diminuição do lucro agregado da Ipiranga e Ultragas.

Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais

As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultrapar totalizaram R\$ 4.297 milhões em 2018, 6% acima de 2017, em função dos efeitos da inflação sobre as despesas e de fatores específicos de cada negócio.

Outros resultados operacionais

A Ultrapar registrou em 2018 uma receita líquida de R\$ 58 milhões, 3% abaixo de 2017, em função (i) da multa pela não aquisição da Liquigás, e (ii) do reconhecimento de créditos tributários na Oxitenos referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.

Resultado na venda de bens

A Ultrapar registrou em 2018 uma despesa líquida na venda de bens de R\$ 22 milhões contra uma despesa líquida de R\$ 2 milhões em 2017, resultado da baixa de ativos de tecnologia da informação em todos os negócios e da maior depuração pontual de lojas na Extrafarma, atenuados pela venda de terrenos na Ipiranga.

EBITDA Ajustado

O EBITDA Ajustado consolidado da Ultrapar atingiu R\$ 3.069 milhões em 2018, com redução de 23% em relação a 2017.

Cálculo do EBITDA a partir do lucro líquido - R\$ milhões

Lucro líquido	1.132	1.526	-26%
(+) Imposto de renda e contribuição social	639	813	-21%
(+) Despesa (receita) financeira líquida	114	474	-76%
(+) Depreciação e amortização	812	705	15%
EBITDA	2.697	3.518	-23%
Ajuste			
(+) Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (Ipiranga)	372	463	-20%
EBITDA Ajustado	3.069	3.981	-23%

Depreciações e amortizações*

O total de custos e despesas com depreciação e amortização em 2018 foi de R\$ 1.184 milhões, crescimento de 1% em relação a 2017, em função dos investimentos realizados ao longo do período.

* Inclui amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade

Lucro operacional

A Ultrapar apresentou lucro operacional de R\$ 1.899 milhões em 2018, resultado 32% menor que 2017, em função do menor lucro operacional apresentado pela Ipiranga, Ultragas e Extrafarma.

Resultado financeiro

O resultado financeiro da Ultrapar apresentou uma despesa líquida de R\$ 114 milhões em 2018, R\$ 361 milhões menor que a registrada em 2017, apesar do maior endividamento líquido, devido, principalmente, (i) ao menor CDI no período, (ii) ao resultado financeiro da constituição de créditos tributários na Oxitenos com a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, e (iii) à desvalorização da ação da Ultrapar sobre os bônus de subscrição emitidos na associação com a Extrafarma.

Lucro líquido

O lucro líquido consolidado da Ultrapar de 2018 atingiu R\$ 1.132 milhões, redução de 26% em relação ao registrado em 2017, principalmente pela redução do EBITDA do período, parcialmente compensada pela menor despesa financeira líquida.

Endividamento

A Ultrapar encerrou o exercício de 2018 com uma dívida bruta de R\$ 15.206 milhões e caixa bruto de R\$ 6.994 milhões, perfazendo uma posição de endividamento líquido de R\$ 8.212 milhões, aumento de R\$ 991 milhões em relação a 2017. O endividamento líquido ao final de 2018 corresponde a 2,68x do EBITDA dos últimos 12 meses, comparado a 1,81x ao final de 2017.



Investimentos e perspectivas

Em 2018, os investimentos da Ultrapar, líquidos de desinvestimentos e repagamentos, totalizaram R\$ 1,9 bilhão.

O plano de investimentos da Ultrapar para 2019 totaliza R\$ 1.762 milhões e demonstra o comprometimento da Companhia com o crescimento sustentável de seus negócios e com a excelência operacional.

Na Ipiranga, o limite aprovado é de R\$ 824 milhões, sendo aproximadamente 50% voltados para a expansão da rede, com a adição de postos e franquias am/pm e Jet Oil e expansão da infraestrutura logística, com a construção de duas e ampliação de três bases de operação. Os outros 50% estão voltados para a manutenção e modernização de suas atividades, principalmente em renovação de contratos com revendedores e sistemas de informação para apoiar suas operações.

O investimento de R\$ 319 milhões aprovado para Oxiteno será direcionado principalmente à manutenção e atualização tecnológica de suas unidades produtivas e de seus sistemas de informação, além dos investimentos em segurança, visando ganhos de eficiência e aumento da produtividade.

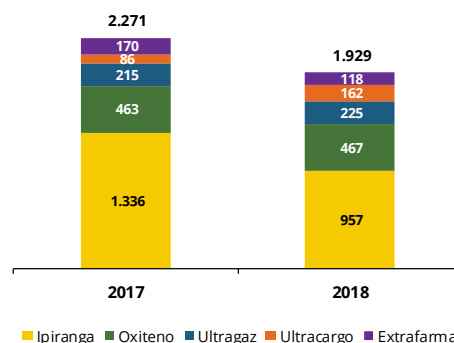
Na Ultragas, os investimentos contemplam R\$ 279 milhões para a (i) captura de novos clientes nos segmentos envasado e granel, (ii) reposição e aquisição de vasilhames, (iii) expansão e manutenção das bases de engarrafamento, e (iv) em tecnologia da informação, visando ganhos de eficiência e como parte da estratégia de inovação.

A Ultracargo deverá investir R\$ 161 milhões no aumento de capacidade de tancagem em Itaqui e Santos, que adicionará 16% à capacidade total da Ultracargo ao longo do segundo semestre de 2019, e na melhoria contínua em segurança e infraestrutura dos terminais.

A Extrafarma planeja investir R\$ 158 milhões direcionados à expansão da rede, com a abertura de novas lojas, bem como à ampliação de sua infraestrutura logística e à tecnologia da informação.

A Ultrapar possui característica de organização empreendedora sendo cada vez mais seletiva e criteriosa nas decisões de alocação de capital, buscando maior assertividade nos seus investimentos. A capacidade de planejamento e execução das iniciativas estratégicas contidas no plano de investimentos da Companhia, aliadas a oportunidades de investimentos inorgânicos, permitirão a continuação de uma trajetória de crescimento sustentado, mantendo o protagonismo conquistado ao longo desses mais de 80 anos de história.

Investimentos por negócio – R\$ milhões



Relacionamento com Auditores Independentes

A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade dos serviços eventualmente prestados por auditores independentes não relacionados aos serviços de auditoria externa.

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003 informamos que durante o exercício de 2018 contratamos dos nossos auditores independentes trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa que representam 5,7% da remuneração global dos honorários dos serviços de auditoria externa. Os serviços prestados referem-se a revisão da ECF – Escrituração Contábil Fiscal no montante de R\$ 102.000,00 e auditoria para emissão da carta de conforto em conexão com o processo de oferta de títulos de valores mobiliários no montante de R\$ 310.000,00. O prazo de prestação desses serviços é inferior a um ano. Esses serviços não afetam a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa, por se tratar de serviços de assecuração.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

Nossos auditores Independentes declararam à Administração da Companhia que os serviços prestados não afetaram a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa, por se tratar de serviços de verificação de aderência à legislação fiscal.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, 1.343 em São Paulo – SP, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob o código UGPA3, e na Bolsa de Nova Iorque (“NYSE”) por meio de *American Depositary Receipts* (“ADRs”) nível III sob o código UGP.

A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP (“Ultragaz”), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas (“Ipiranga”), na produção e comercialização de produtos químicos (“Oxiten”), na prestação de serviços de armazenagem de granéis líquidos (“Ultracargo”) e no comércio de medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos (“Extrafarma”). Para maiores informações sobre os segmentos vide nota explicativa nº 32.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas (“demonstrações financeiras”) foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, foram evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da administração da Sociedade e suas controladas.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (“R\$”), que é a moeda funcional da Sociedade.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a. Apuração do resultado

A receita de vendas e serviços prestados é mensurada pelo valor da contrapartida à qual as controladas da Sociedade esperam ter direito, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos, amortização de ativos de contratos com clientes e outras deduções, se aplicáveis, sendo reconhecida à medida que a entidade satisfaça sua obrigação de desempenho. Na Ipiranga, a receita de vendas de combustíveis e lubrificantes é reconhecida quando os produtos são entregues aos postos de serviços e aos grandes consumidores. Na Ultragaz, a receita de vendas de GLP é reconhecida quando os produtos são entregues aos clientes em domicílio, aos revendedores autônomos e aos clientes industriais e comerciais. Na Extrafarma, a receita de vendas de medicamentos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores finais nas drogarias próprias e quando são entregues aos revendedores independentes. Na Oxiteno, a receita de vendas de produtos químicos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores industriais, levando-se em consideração a modalidade de frete da entrega. Na Ultracargo, a receita de serviços prestados de armazenagem é reconhecida em função da realização dos serviços. As aberturas das receitas de vendas e serviços prestados estão demonstradas nas notas explicativas nº 26 e 32.

As amortizações dos ativos de contratos com clientes referentes aos direitos de exclusividade com clientes da Ipiranga e às bonificações postecipadas são reconhecidas no resultado como redutoras da receita de vendas, conforme as condições estabelecidas nos contratos e são revistas à medida que ocorrem mudanças nos termos contratuais (vide notas explicativas nº 2.f e 11).

A taxa inicial de franquia da *am/pm* recebida pela Ipiranga é diferida e apropriada ao resultado linearmente ao longo do período dos contratos com os franqueados. Para maiores informações vide nota explicativa nº 23.a.

A receita diferida de programa de fidelidade é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os custos incorridos também são reconhecidos no resultado, ou no momento em que os pontos expiram. Para maiores informações vide nota explicativa nº 23.b.

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados incluem os custos de mercadorias (principalmente combustíveis, lubrificantes, GLP e medicamentos), custos de matérias-primas (produtos químicos e petroquímicos) e os custos de produção, distribuição, armazenamento e envasamento.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos no resultado e totalizaram R\$ 63.085 em 2018 (R\$ 55.836 em 2017).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Vide nota explicativa nº 4.a para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Sociedade e suas controladas.

c. Ativos financeiros

A Sociedade e suas controladas avaliaram a classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros conforme abaixo:

- **Custo amortizado:** ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos contratuais, exclusivamente principal e juros. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. As aplicações financeiras dadas em garantia de empréstimos são classificadas como custo amortizado.
- **Mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativos financeiros que são adquiridos ou originados com a finalidade de recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou venda dos ativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no momento da sua liquidação. Substancialmente as aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (“CDB”) e operações compromissadas são classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- **Mensurado ao valor justo por meio do resultado:** ativos financeiros que não foram classificados como custo amortizado ou mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado. Os fundos de investimentos e os instrumentos derivativos de proteção são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros para fins de proteção, aplicando os conceitos descritos a seguir:

- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de valor justo: instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade. No momento da designação inicial do *hedge* de valor justo, o relacionamento entre o instrumento de proteção e o item objeto de *hedge* é documentado, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade. Uma vez que o *hedge* de valor justo tenha sido qualificado como efetivo, também o item objeto de *hedge* é mensurado a valor justo. Os ganhos e perdas do instrumento de proteção e dos itens objeto de *hedge* são reconhecidos no resultado. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando o *hedge* se tornar inefetivo.
- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de fluxo de caixa: instrumento financeiro utilizado para mitigar a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco associado a um ativo ou passivo ou transação altamente provável ou compromissos firmes que possam afetar o resultado. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”, enquanto a parcela ineficaz é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reclassificado para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado ou como custo inicial do ativo não financeiro, na mesma rubrica da demonstração em que o item objeto de *hedge* é reconhecido. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando (i) é cancelada a relação de *hedge*; (ii) o instrumento de *hedge* vence; e (iii) o instrumento de *hedge* não se qualifica mais como contabilidade de proteção. Quando a contabilidade de proteção é descontinuada, os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado. Caso a transação prevista como item objeto de *hedge* seja cancelada ou não se espera que ela ocorra, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos imediatamente no resultado.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior: instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição dos investimentos líquidos em controladas no exterior em decorrência da conversão da demonstração financeira em moeda funcional local para a moeda funcional da Sociedade. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão”, enquanto a parcela ineficaz e o custo da operação são reconhecidos no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reconhecido no resultado quando ocorrer a alienação da controlada no exterior.

Para maiores detalhes dos instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas, vide nota explicativa nº 33.

d. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado da contrapartida à qual as controladas da Sociedade esperam ter direito. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa consideram, no reconhecimento inicial do contrato, a expectativa de perdas para os próximos 12 meses e para a duração do contrato quando da deterioração ou melhora da qualidade de crédito dos clientes (vide notas explicativas nº 5 e 33.d.3), levando-se em consideração as características dos clientes de cada segmento de negócios. O montante da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber.

e. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor (vide nota explicativa nº 6). No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente e indiretamente relacionados com as unidades produzidas baseados na capacidade normal de produção. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas, eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou bens que (i) não atendem à especificação das controladas, (ii) tenham expirado a data de validade ou (iii) possuam baixa rotatividade. Esta classificação é feita pela administração com o apoio da equipe industrial e de operações.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade

Os desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados como ativos de contratos no momento de sua ocorrência e são amortizados conforme as condições estabelecidas nos contratos (vide notas explicativas nº 2.a e 11).

g. Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora (vide notas explicativas nº 3.b e 12.a). Uma controlada é uma investida na qual o acionista tem direito aos seus retornos variáveis e tem a capacidade de interferir nas suas atividades financeiras e operacionais. Normalmente, a participação societária em uma sociedade controlada é superior a 50%.

Os investimentos em sociedades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras (vide nota explicativa nº 12 itens b e c). Uma coligada é uma investida na qual um acionista tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, porém sem exercer o controle. Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos ativos líquidos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento das partes que compartilham o controle.

Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias.

h. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração (vide notas explicativas nº 2.n e 20), deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da provisão para perda por redução ao valor recuperável (vide nota explicativa nº 13).

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 13, que levam em consideração a vida útil dos bens e são revisados anualmente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil dos bens.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

i. Arrendamento mercantil

- Arrendamento mercantil financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo às controladas. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento mercantil financeiro e os ativos arrendados são registrados no ativo não circulante no início do contrato pelo seu valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos nos respectivos contratos. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados e amortizados pelos prazos aplicáveis a cada grupo de ativo ou pelo prazo dos contratos, dos dois o menor, conforme as notas explicativas nº 13 e 14. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato de arrendamento, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva (vide notas explicativas nº 2.1 e 15.i).

- Arrendamento mercantil operacional

São operações de arrendamento mercantil que não transferem os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo e que não possuem opção de compra no final do contrato ou possuem opção de compra com valor equivalente ao valor de mercado do bem arrendado. Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como custo de produção ou despesa na demonstração de resultados, em bases lineares, pelo prazo do contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 34.c).

j. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros pela Sociedade e suas controladas, seguindo os critérios abaixo (vide nota explicativa nº 14):

- Ágios por expectativa de rentabilidade futura (“ágio”) são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos da entidade adquirida. Os ágios são testados anualmente para verificar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios são alocados aos segmentos de negócios, os quais representam o nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de teste de recuperabilidade (vide nota explicativa nº 14.a).
- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como *software*, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 14, que levam em consideração sua vida útil e são revisados anualmente.

A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. A Sociedade e suas controladas possuem ágios e marcas adquiridas em combinação de negócios, que são avaliados como ativos intangíveis com vida útil indefinida (vide nota explicativa nº 14 itens a e e).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

k. Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente.

l. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil financeiro e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado” ou “passivos financeiros mensurados ao custo amortizado”. Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos, bônus de subscrição - indenização e passivos financeiros designados como itens objeto de *hedge* de valor justo no reconhecimento inicial (vide nota explicativa nº 2.c – *hedge* de valor justo). Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e líquidos das amortizações e custos de transação. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como os prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado em função do prazo dos mesmos, pelo método da taxa efetiva de juros (vide nota explicativa nº 15.j).

m. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas vigentes. Para o cálculo do IRPJ e CSLL correntes são considerados também a parcela de incentivos fiscais. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL. Para maiores detalhes sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL, vide nota explicativa nº 9.

Para fins de divulgação, o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido, de IRPJ e CSLL da mesma entidade tributável e da mesma autoridade tributária.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

n. Provisão para retirada de tanques

Corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis da Ipiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada desses ativos é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil desses tanques. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) até que o tanque relacionado seja retirado (vide nota explicativa nº 20). Um aumento no custo estimado de retirada dos tanques pode impactar negativamente os resultados futuros. O custo de retirada estimado é revisado anualmente ou quando ocorre mudança significativa no seu valor, sendo que as mudanças em relação ao custo estimado são reconhecidas no resultado quando se tornam conhecidas.

o. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os montantes são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 21).

p. Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente e revisado pela administração, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa nº 19.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”.

q. Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados por montantes conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

r. Transações em moeda estrangeira

As transações da Sociedade e de suas controladas realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de câmbio da data-base das demonstrações financeiras. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado financeiro até a conclusão de cada transação.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

s. Base para conversão das demonstrações financeiras de controladas sediadas no exterior

s.1 Controladas com autonomia administrativa

Os ativos e passivos das controladas sediadas no exterior, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação da Sociedade (moeda Real) e que possuem autonomia administrativa, são convertidos pela taxa de câmbio da data-base das demonstrações financeiras. As receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média de cada período e o patrimônio líquido é convertido pela taxa de câmbio histórica de cada movimentação do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão” e serão reconhecidos no resultado se esses investimentos forem alienados. O saldo registrado em outros resultados abrangentes acumulados em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$ 65.857 de ganho cambial (R\$ 53.061 de ganho cambial em 31 de dezembro de 2017), vide nota explicativa nº 25.g.2.

As controladas sediadas no exterior, com moeda funcional diferente da Sociedade e que possuem autonomia administrativa, estão relacionadas abaixo:

<u>Controlada</u>	<u>Moeda funcional</u>	<u>País</u>
Oxiten México S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten Servicios Corporativos S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten Servicios Industriales S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten USA LLC	Dólar norte-americano	Estados Unidos
Oxiten Uruguay S.A. (i)	Dólar norte-americano	Uruguai
Oxiten Andina, C.A. (ii)	Bolívar Soberano	Venezuela

(i) A controlada Oxiten Uruguay S.A. (“Oxiten Uruguay”) determinou sua moeda funcional em dólar norte-americano (“US\$”), considerando que suas vendas de estoques e compras de insumos, bem como suas atividades de financiamento, são realizadas substancialmente nesta moeda.

(ii) De acordo com a definição e orientação geral do IAS 29 (CPC 42), as características do ambiente econômico da Venezuela indicam que este país possui uma economia hiperinflacionária. Consequentemente, as informações financeiras da Oxiten Andina, C.A. (“Oxiten Andina”) estão sendo corrigidas monetariamente conforme o Índice de Preços ao Consumidor da Venezuela.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em 20 de agosto de 2018, o Banco Central da Venezuela colocou em vigência a reconversão monetária (eliminação de cinco zeros da moeda) e o Bolívar Soberano (“VES”). A mudança implica na alteração da escala monetária para simplificar as transações comerciais e registros contábeis, sendo o Bolívar Soberano negociado em 31 de dezembro de 2018 à taxa de 636,58 VES/US\$ para venda e 638,18 VES/US\$ para compra.

Em função da conjuntura econômica e política da Venezuela e da incerteza de realização dos ativos pela controladora Oxiteno S.A. Indústria e Comércio (“Oxiteno S.A.”), a administração da Sociedade reconheceu a provisão ao valor recuperável dos ativos da controlada Oxiteno Andina no montante de R\$ 5.565, conforme demonstrado abaixo:

<u>Ativo circulante</u>	
Caixa e equivalentes de caixa	1.703
Contas a receber de clientes	290
Estoques	985
Demais contas a receber	160
	<u>3.138</u>
<u>Ativo não circulante</u>	
Imobilizado	2.427
Total da provisão ao valor recuperável	<u><u>5.565</u></u>

s.2 Controladas sem autonomia administrativa

Os ativos e passivos das demais controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio da data-base das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro. O ganho reconhecido no resultado em 2018 totalizou R\$ 4.090 (ganho de R\$ 7.368 em 2017).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

t. Uso de estimativas, premissas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização e divulgação de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade e de suas controladas utilizam as melhores informações disponíveis na data-base da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

t.1 Julgamentos

As informações sobre os julgamentos realizados estão incluídas na: determinação de controle de sociedades controladas (notas explicativas nº 2.g, 2.s.1, 3 e 12.a), determinação de controle conjunto de empreendimentos controlados em conjunto (notas explicativas nº 2.g, 12.a e 12.b) e determinação de influência significativa sobre sociedades coligadas (notas explicativas nº 2.g e 12.c).

t.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas estão incluídas na: determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 2.c, 2.1, 4, 15 e 33), determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 2.d, 5 e 33.d.3), determinação da provisão para perda em estoques (notas explicativas nº 2.e e 6), determinação dos valores de IRPJ e CSLL diferidos (notas explicativas nº 2.m e 9.a), determinação da taxa de câmbio utilizada para a tradução das informações da Oxiteno Andina (nota explicativa nº 2.s.1.ii), vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.h e 13), vida útil do ativo intangível e valor de recuperação do ágio (notas explicativas nº 2.j e 14.a), provisão para retirada de tanques (notas explicativas nº 2.n e 20), provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.o e 21), estimativas para elaboração de laudo atuarial (notas explicativas nº 2.p e 19.b) e determinação do valor justo do bônus de subscrição – indenização (notas explicativas nº 24 e 33.j). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas.

u. Redução ao valor recuperável de ativos

A Sociedade e suas controladas revisam, trimestralmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização e anualmente para ativos intangíveis com vida útil indefinida. Se houver alguma indicação, a Sociedade e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo. Os ativos que não podem ser avaliados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (unidades geradoras de caixa “UGC”). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

O valor justo líquido de despesas diretas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Para avaliar o valor em uso foram consideradas as projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados é menor que o seu valor contábil, a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio alocado na UGC à qual os ativos pertencem, as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio. Se o ágio não for suficiente para absorver tais perdas, o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não pode ser revertida. Para outros ativos, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade registrou redução ao valor recuperável para a controlada Oxiteno Andina (vide nota explicativa nº 2.s.1.ii).

v. Combinação de negócios

Uma combinação de negócio é contabilizada utilizando-se o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela contraprestação transferida e a transferir, avaliada pelo valor justo na data de aquisição. Na aquisição de um negócio são avaliados os ativos adquiridos e os passivos assumidos, com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. A participação de não controladores na adquirida é mensurado com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida e a transferir em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio é alocado ao segmento de negócios da Sociedade. Quando o custo de uma aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício quando incorridos.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

w. Demonstrações de valor adicionado

Conforme requerido pela legislação societária brasileira, a Sociedade e suas controladas elaboraram as demonstrações do valor adicionado, da controladora e consolidadas, nos termos do CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras aplicáveis às companhias abertas, enquanto que para IFRS representam informação financeira suplementar.

x. Demonstrações dos fluxos de caixa

A Sociedade e suas controladas elaboraram as demonstrações de fluxo de caixa, da controladora e consolidadas, nos termos do IAS 7 (CPC 03) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. A Sociedade e suas controladas apresentam os juros pagos sobre financiamentos e debêntures nas atividades de financiamentos. A Sociedade e suas controladas apresentam nas atividades de investimentos, as aplicações financeiras em bases líquidas dos resgates e rendimentos.

y. Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IASB

As seguintes normas, emendas às normas e interpretações aos IFRS emitidos pelo IASB entraram em vigor em 1 de janeiro de 2018:

	CPC correspondente
• Instrumentos financeiros – IFRS 9: introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros, nova metodologia de teste do valor recuperável para os instrumentos financeiros e nova orientação para contabilidade de <i>hedge</i> .	48
• Reconhecimento de receita – IFRS 15: estabelece os princípios da natureza, quantidade, tempestividade e incerteza sobre a receita e o fluxo de caixa decorrentes de um contrato com um cliente.	47
• Contabilidade em economia hiperinflacionária – IAS 29 e Aplicação da abordagem de atualização monetária prevista no IAS 29 – IFRIC 7.	42 e ICPC 23

A Sociedade e suas controladas divulgam a seguir as informações dos impactos na adoção dos IFRS 9 (CPC 48) e 15 (CPC 47) e reclassificações para melhor apresentação das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

(1) adoção do IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos financeiros

a) Classificação e mensuração dos ativos financeiros

A Sociedade e suas controladas avaliaram a classificação e mensuração dos ativos financeiros e de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros, concluíram que a classificação para a maioria das aplicações financeiras é a mensurada a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os fundos de investimentos são classificados como mensurado a valor justo por meio do resultado e as aplicações financeiras dadas em garantia de empréstimos são classificadas como custo amortizado (vide nota explicativa nº 2.c).

2017					
		Classificação anterior de acordo com o CPC 38/IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 9		
		Valor contábil	Mens. ao valor justo por meio do resultado	Mens. ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado
Categoria					
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa					
	Empréstimos e recebíveis	147.926	-	-	147.926
Caixa e bancos					
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.821.605	-	4.821.605	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	32.473	32.473	-	-
Aplicações financeiras					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Disponível para venda	68.742	-	2.720	66.022
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	1.076.849	1.076.849	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mantidos até o vencimento	7.449	-	-	7.449
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Disponível para venda	129.131	-	129.131	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	85.753	85.753	-	-
Total		6.369.928	1.195.075	4.953.456	221.397

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

A Sociedade e suas controladas avaliaram as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa para as contas a receber de clientes, levando em consideração, no reconhecimento inicial do contrato, a expectativa de perdas para os próximos 12 meses e para a duração do contrato quando da deterioração ou melhora da qualidade de crédito dos clientes (vide nota explicativa nº 2.d).

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Sociedade e suas controladas não identificaram impactos decorrentes desta alteração mantendo a permanência da aplicação do IAS 39.

(2) adoção do IFRS 15 (CPC 47) – Reconhecimento de receita de contrato com cliente

A Sociedade e suas controladas avaliaram todas as etapas para o reconhecimento de suas receitas de contratos com cliente e com base no seu diagnóstico não identificaram impactos materiais de mensuração decorrentes da adoção dessa norma (vide nota explicativa nº 2.a).

Em relação a apresentação da demonstração de resultados, a Sociedade e suas controladas avaliaram que algumas despesas, alocadas até 31 de dezembro de 2017 na rubrica com vendas e comerciais, devem ser apresentadas como redutoras de receita, substancialmente em relação à despesa com amortização de direitos de exclusividade com postos de serviços Ipiranga.

A Sociedade e suas controladas adotaram retrospectivamente os impactos dos IFRS 9 e 15.

(3) reclassificações

As seguintes reclassificações foram realizadas para melhor apresentação das demonstrações financeiras: i) no balanço patrimonial foi feita a reclassificação entre imobilizado e intangível referente a participação da controlada Cia. Ultragaz na aquisição de tanques e vasilhames para GLP de seus revendedores; e ii) na demonstração de resultados foi feita a segregação de impostos sobre vendas e compras entre receita e custo.

(4) efeito do reconhecimento retrospectivo da mais valia relativa a aquisição da CBLSA

Conforme requerido pelo item 45 do CPC 15/IFRS 3, a Sociedade está apresentando retrospectivamente os efeitos da mais valia de ativos no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2017, relativa a conclusão da alocação do preço de compra (*purchase price allocation*) da associação com a Chevron Brasil Lubrificantes S.A. (“CBLSA”) - vide nota explicativa nº 3.c.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os quadros a seguir sumarizam os impactos na adoção dos IFRS 9 (CPC 48) e 15 (CPC 47) e reclassificações, no balanço patrimonial, na demonstração de resultado e na demonstração dos fluxos de caixa consolidados:

Balanço patrimonial de 01 de janeiro de 2017

Ativo	Conforme divulgado 31/12/2016	Adoção IFRS 9 (1)	Adoção IFRS 15 (2)	Reclassificações (3)	Após adoção IFRS 9 e 15
Circulante					
Contas a receber de clientes e financiamentos a clientes	3.502.322	(84.713)	(29.442)	-	3.388.167
Estoques	2.761.207	-	20.170	-	2.781.377
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-	-	448.316	-	448.316
Outros ativos circulantes	6.748.267	-	-	-	6.748.267
Total do ativo circulante	13.011.796	(84.713)	439.044	-	13.366.127
Não circulante					
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-	-	989.768	-	989.768
Imposto de renda e contribuição social diferidos	417.344	28.802	13.472	-	459.618
Outros ativos não circulantes	1.429.262	-	-	-	1.429.262
Total do ativo realizável a longo prazo	1.846.606	28.802	1.003.240	-	2.878.648
Investimentos	141.687	-	-	-	141.687
Imobilizado	5.787.982	-	-	8.436	5.796.418
Intangível	3.371.599	-	(1.471.527)	(8.436)	1.891.636
Total do ativo não circulante	11.147.874	28.802	(468.287)	-	10.708.389
Total do ativo	24.159.670	(55.911)	(29.243)	-	24.074.516

Balanço patrimonial de 01 de janeiro de 2017

Passivo	Conforme divulgado 31/12/2016	Adoção IFRS 9 (1)	Adoção IFRS 15 (2)	Reclassificações (3)	Após adoção IFRS 9 e 15
Circulante					
Obrigações tributárias	171.033	-	(2.647)	-	168.386
Outros passivos circulantes	5.315.913	-	-	-	5.315.913
Total do passivo circulante	5.486.946	-	(2.647)	-	5.484.299
Não circulante					
Total do passivo não circulante	10.114.166	-	-	-	10.114.166
Patrimônio líquido					
Reservas de lucros	4.466.392	(55.831)	(26.596)	-	4.383.965
Outros itens do patrimônio líquido	4.061.231	-	-	-	4.061.231
Patrimônio líquido atribuível a:					
Acionistas da Ultrapar	8.527.623	(55.831)	(26.596)	-	8.445.196
Acionistas não controladores de controladas	30.935	(80)	-	-	30.855
Total do patrimônio líquido	8.558.558	(55.911)	(26.596)	-	8.476.051
Total do passivo e do patrimônio líquido	24.159.670	(55.911)	(29.243)	-	24.074.516

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***Balanco patrimonial de 31 de dezembro de 2017**

Ativo	Conforme divulgado	Adoção IFRS 9 (1)	Adoção IFRS 15 (2)	Reclassificações (3)	Mais valia CBLSA (4)	Após adoção IFRS 9 e 15
Circulante						
Contas a receber de clientes e financiamentos a clientes	4.337.118	(157.198)	(32.026)	-	-	4.147.894
Estoques	3.491.879	-	21.698	-	133	3.513.710
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-	-	456.213	-	-	456.213
Outros ativos circulantes	7.372.294	-	-	-	-	7.372.294
Total do ativo circulante	15.201.291	(157.198)	445.885	-	133	15.490.111
Não circulante						
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-	-	1.046.147	-	-	1.046.147
Imposto de renda e contribuição social diferidos	545.611	53.447	15.003	-	-	614.061
Outros ativos não circulantes	2.107.965	-	-	-	-	2.107.965
Total do ativo realizável a longo prazo	2.653.576	53.447	1.061.150	-	-	3.768.173
Investimentos	150.194	-	-	-	-	150.194
Imobilizado	6.607.788	-	-	26.740	3.298	6.637.826
Intangível	3.727.473	-	(1.538.095)	(26.740)	75.404	2.238.042
Total do ativo não circulante	13.139.031	53.447	(476.945)	-	78.702	12.794.235
Total do ativo	28.340.322	(103.751)	(31.060)	-	78.835	28.284.346

Balanco patrimonial de 31 de dezembro de 2017

Passivo	Conforme divulgado	Adoção IFRS 9 (1)	Adoção IFRS 15 (2)	Reclassificações (3)	Mais valia CBLSA (4)	Após adoção IFRS 9 e 15
Circulante						
Obrigações tributárias	225.829	-	(4.300)	-	-	221.529
Outros passivos circulantes	6.788.159	-	-	-	-	6.788.159
Total do passivo circulante	7.013.988	-	(4.300)	-	-	7.009.688
Não circulante						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	38.524	-	-	-	45.118	83.642
Outros passivos não circulantes	11.566.978	-	-	-	-	11.566.978
Total do passivo não circulante	11.605.502	-	-	-	45.118	11.650.620
Patrimônio líquido						
Reservas de lucros	3.760.079	(103.468)	(26.760)	-	-	3.629.851
Ajustes de avaliação patrimonial	159.643	-	-	-	(4.819)	154.824
Outros itens do patrimônio líquido	5.461.539	-	-	-	-	5.461.539
Patrimônio líquido atribuível a:						
Acionistas da Ultrapar	9.381.261	(103.468)	(26.760)	-	(4.819)	9.246.214
Acionistas não controladores de controladas	339.571	(283)	-	-	38.536	377.824
Total do patrimônio líquido	9.720.832	(103.751)	(26.760)	-	33.717	9.624.038
Total do passivo e do patrimônio líquido	28.340.322	(103.751)	(31.060)	-	78.835	28.284.346

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***Demonstração do resultado findo em 31 de dezembro de 2017**

	Conforme divulgado	Adoção IFRS 9 (1)	Adoção IFRS 15 (2)	Reclassificações (3)	Após adoção IFRS 9 e 15
Receita líquida de vendas e serviços	80.007.422	-	(474.628)	(302.780)	79.230.014
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(72.735.781)	-	1.528	302.780	(72.431.473)
Lucro bruto	7.271.641	-	(473.100)	-	6.798.541
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas e comerciais	(2.885.311)	(72.485)	471.407	-	(2.486.389)
Outros itens das receitas (despesas) operacionais	(1.519.410)	-	-	-	(1.519.410)
Lucro operacional	2.866.920	(72.485)	(1.693)	-	2.792.742
Resultado financeiro líquido	(474.296)	-	-	-	(474.296)
Equivalência patrimonial	20.673	-	-	-	20.673
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.413.297	(72.485)	(1.693)	-	2.339.119
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(922.458)	-	-	-	(922.458)
Diferido	83.029	25.599	576	-	109.204
	(839.429)	25.599	576	-	(813.254)
Lucro líquido do exercício	1.573.868	(46.886)	(1.117)	-	1.525.865
Lucro atribuível a:					
Acionistas da Ultrapar	1.574.306	(46.825)	(976)	-	1.526.505
Acionistas não controladores de controladas	(438)	(61)	(141)	-	(640)
Lucro líquido por ação do capital social (média ponderada do exercício) - R\$					
Básico	2,9056				2,8169
Diluído	2,8847				2,7968

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***Demonstrações dos fluxos de caixa findo em 31 de dezembro de 2017**

	Conforme divulgado	Adoção IFRS 9 (1)	Adoção IFRS 15 (2)	Reclassificações (3)	Após adoção IFRS 9 e 15
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício	1.573.868	(46.886)	(1.117)	-	1.525.865
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais					
Equivalência patrimonial	(20.673)	-	-	-	(20.673)
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-	-	463.049	-	463.049
Depreciações e amortizações	1.175.951	-	(471.407)	-	704.544
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	13.134	-	-	-	13.134
Despesas com retirada de tanques	(15.432)	-	-	15.432	-
Juros, variações monetárias e cambiais	854.671	-	-	-	854.671
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(83.029)	(25.599)	(576)	-	(109.204)
Resultado na venda de bens	2.242	-	-	-	2.242
Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	-	-	-	132.756	132.756
Provisão para perda em estoques	-	-	-	(802)	(802)
Provisão para benefício pós-emprego	-	-	-	13.968	13.968
Demais provisões e ajustes	(868)	-	2.407	-	1.539
	<u>3.499.864</u>	<u>(72.485)</u>	<u>(7.644)</u>	<u>161.354</u>	<u>3.581.089</u>
(Aumento) diminuição no ativo circulante					
Contas a receber e financiamentos a clientes	(665.145)	72.485	(3.006)	(129.574)	(725.240)
Estoques	(605.757)	-	-	(727)	(606.484)
Outros itens do ativo circulante	30.860	-	-	-	30.860
Aumento (diminuição) no passivo circulante					
Obrigações tributárias	34.707	-	-	(1.653)	33.054
Seguro e demais contas a pagar	(33.955)	-	-	(15.432)	(49.387)
Outros itens do passivo circulante	1.216.294	-	-	-	1.216.294
(Aumento) diminuição no ativo não circulante					
Outros itens do ativo não circulante	(393.991)	-	-	-	(393.991)
Aumento (diminuição) no passivo não circulante					
Benefícios pós-emprego	13.209	-	-	(13.968)	(759)
Outros itens do passivo não circulante	20.142	-	-	-	20.142
Pagamentos de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	-	-	(529.732)	-	(529.732)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(836.808)	-	-	-	(836.808)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>2.279.420</u>	<u>-</u>	<u>(540.382)</u>	<u>-</u>	<u>1.739.038</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado	(1.262.558)	-	-	(39.629)	(1.302.187)
Aquisição de intangível	(801.971)	-	540.382	39.629	(221.960)
Outros itens das atividades de investimentos	152.392	-	-	-	152.392
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	<u>(1.912.137)</u>	<u>-</u>	<u>540.382</u>	<u>-</u>	<u>(1.371.755)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	<u>340.349</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>340.349</u>
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira	20.214	-	-	-	20.214
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u>727.846</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>727.846</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.274.158	-	-	-	4.274.158
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5.002.004	-	-	-	5.002.004

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

(5) CPC 42 – Contabilidade em economia hiperinflacionária (correlação ao IAS 29) e ICPC 23 – Aplicação da abordagem de atualização monetária prevista no CPC 42 (correlação ao IFRIC 7).

Em 7 de dezembro de 2018, foi aprovado pelo CPC a emissão do CPC 42 e ICPC 23. As controladas Oxiteno Andina e Oxiteno Argentina estão inseridas neste contexto, sendo que a Sociedade já adotava a definição e orientação geral do IAS 29, não tendo, portanto, impactos nas demonstrações financeiras.

As seguintes normas, emendas às normas e interpretações aos IFRS emitidos pelo IASB ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2018:

	CPC	Vigente em
	<u>correspondente</u>	<u>Vigente em</u>
(i) Arrendamento mercantil – IFRS 16: requer que os arrendatários contabilizem nas demonstrações financeiras, um passivo refletindo futuros pagamentos de um arrendamento e um direito de uso de um ativo para os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de valor baixo. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.	06 (R2)	2019
(ii) Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro – IFRIC 23: esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incertezas no tratamento de tributos sobre o lucro, ou seja, há dúvidas sobre aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.	ICPC 22	2019

(i) Com a adoção do IFRS 16 (CPC 06 R2), a partir do exercício social iniciado em 1 de janeiro de 2019, os arrendamentos contratados pelas controladas da Sociedade impactarão as demonstrações financeiras conforme segue:

- reconhecimento de ativos de direito de uso e de passivos de arrendamento no balanço patrimonial, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento;

- reconhecimento de despesas de amortização de ativos de direito de uso e despesas de juros no resultado financeiro sobre os passivos de arrendamento na demonstração de resultado; e

- separação do montante total de caixa pago nestas operações entre principal e juros pagos apresentados nas atividades operacionais na demonstração dos fluxos de caixa.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os requisitos para a contabilização de arrendadores permanecerão praticamente inalterados. Entretanto, em casos de subarrendamento, o arrendador intermediário é requerido a classificar suas operações de sublocação como arrendamentos financeiros ou operacionais tomando como referência o ativo de direito de uso decorrente do arrendamento principal, e não por referência ao ativo subjacente como estipulado anteriormente pela IAS 17 (CPC 06 R1).

A Sociedade selecionou como método de transição a abordagem retrospectiva modificada, com o efeito cumulativo de aplicação inicial desse novo pronunciamento registrado como ajuste ao saldo de abertura do patrimônio líquido e sem a reapresentação de períodos comparativos.

As novas definições de uma locação foram aplicadas a todos os contratos identificados vigentes na data de transição. O IFRS 16/CPC 06 (R2) determina se um contrato contém um arrendamento considerando se um cliente tem o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

No diagnóstico da adoção, a administração da Sociedade, com o auxílio de consultoria especializada, efetuou o inventário dos contratos, avaliando se o contrato contém ou não, arrendamento de acordo com o IFRS 16/CPC 06 (R2). Esta análise identificou impactos, principalmente, relacionados às operações de arrendamento de imóveis locados de terceiros, áreas portuárias e valores menos representativos advindos de outras operações onde foram identificados a existência de ativos arrendados individualmente ou combinados em contratos de serviços.

Conforme previsto na norma, arrendamentos de curto prazo com prazo de locação de 12 meses ou menos, valores variáveis, prazos indeterminados e arrendamentos de ativos de baixo valor, como computadores pessoais e móveis de escritório, manterão o reconhecimento de suas despesas de arrendamento em bases lineares no resultado.

Adicionalmente, os seguintes expedientes práticos serão utilizados para a transição aos novos requerimentos de contabilização de arrendamentos:

- aplicação do CPC 06 (R2)/IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 7 e a ICPC 03/IFRIC 4;
- utilização de taxa de desconto de acordo com o prazo de contrato e características similares;
- não será realizado o reconhecimento dos contratos com prazo de encerramento dentro do período de 12 meses a partir da data da adoção inicial da norma ou com prazos indeterminados;
- exclusão dos custos diretos iniciais da mensuração do saldo inicial do ativo de direito de uso; e
- foram consideradas as opções de prorrogação de prazo ou rescisão, quando aplicável.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O quadro a seguir sumariza o intervalo dos impactos estimados na adoção dos IFRS 16 (CPC 06 R2), em 1 de janeiro de 2019:

Ativo circulante		
Despesa antecipada	(38.939)	(38.939)
Ativo não circulante		
Despesa antecipada	(288.630)	(288.630)
Ativos de direito de uso	1.731.314	1.940.091
Intangível	(39.178)	(39.178)
Total do ativo	<u>1.364.567</u>	<u>1.573.344</u>
Passivo circulante		
Arrendamentos a pagar	184.136	219.399
Passivo não circulante		
Arrendamentos a pagar	1.180.431	1.353.945
Total do passivo	<u>1.364.567</u>	<u>1.573.344</u>

As análises associadas a mensuração e contabilização dos contratos de arrendamento estão substancialmente concluídas, estando pendentes de definição os seguintes pontos:

- taxa de desconto;
- estimativa dos fluxos de pagamentos dos contratos de arrendamento pela parcela líquida ou bruta de impostos.

Desse modo, tendo em vista a existência de componentes significativos de julgamento nesse pronunciamento, a administração entende que poderão haver alterações nos montantes acima apresentados.

(ii) Na avaliação da administração da Sociedade, não são esperados impactos significativos em decorrência da adoção do IFRIC23/ICPC22, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

z. Autorização para a emissão das demonstrações financeiras

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de administração da Sociedade em 20 de fevereiro de 2019.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

3 Princípios de consolidação, participações societárias e aquisições

a. Princípios de consolidação

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações de uma sociedade em outra, os saldos das contas ativas e passivas, as transações de receitas, custos e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio líquido e lucro líquido consolidados.

A consolidação de uma controlada se inicia quando a Sociedade obtém o controle direto ou indireto de uma companhia e se encerra quando deixa de ter este controle. As receitas e despesas de uma controlada adquirida estão incluídas na demonstração de resultado e do resultado abrangente consolidado, a partir da data que a Sociedade obtém o seu controle. As receitas e despesas de uma controlada em que sua controladora deixa de ter o controle estão incluídas na demonstração do resultado e do resultado abrangente consolidado até a data que ocorre a perda de controle.

Quando necessário, são efetuados ajustes às demonstrações financeiras das controladas para adequação das mesmas às práticas contábeis da Sociedade.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***b. Participações societárias**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

	Localidade	Segmento	% participação no capital social			
			31/12/2018		31/12/2017	
			Controle Direto	Controle Indireto	Controle Direto	Controle Indireto
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Brasil	Ipiranga	100	-	100	-
am/pm Comestíveis Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Centro de Conveniências Millennium Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Icorban - Correspondente Bancário Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
	Ilhas Virgens					
Ipiranga Trading Limited	Britânicas	Ipiranga	-	100	-	100
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Imobiliária Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Logística Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Iconic Lubrificantes S.A. (nota explicativa nº 3.c)	Brasil	Ipiranga	-	56	-	56
Ipiranga Lubrificantes S.A. (nota explicativa nº 3.c)	Brasil	Ipiranga	-	-	-	100
Integra Frotas Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Companhia Ultragaz S.A.	Brasil	Ultragaz	-	99	-	99
Ultragaz Comercial Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Utingás Armazenadora S.A.	Brasil	Ultragaz	-	57	-	57
LPG International Inc.	Ilhas Cayman	Ultragaz	-	100	-	100
Imaven Imóveis Ltda.	Brasil	Outros	-	100	-	100
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	Brasil	Extrafarma	-	100	-	100
Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Brasil	Oxiten	100	-	100	-
Oxiten Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Brasil	Oxiten	-	99	-	99
Oxiten Argentina Sociedad de Responsabilidad Ltda.	Argentina	Oxiten	-	100	-	100
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Brasil	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Uruguay S.A.	Uruguai	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten México S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Servicios Corporativos S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Servicios Industriales S.A. de C.V.	México	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten USA LLC	Estados Unidos	Oxiten	-	100	-	100
	Ilhas Virgens					
Global Petroleum Products Trading Corp.	Britânicas	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Andina, C.A.	Venezuela	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Europe SPRL	Bélgica	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Colombia S.A.S.	Colômbia	Oxiten	-	100	-	100
Oxiten Shanghai LTD.	China	Oxiten	-	100	-	100
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Brasil	Oxiten	-	100	-	100
Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Brasil	Ultracargo	100	-	100	-
Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar	Brasil	Ultracargo	-	99	-	99
TEAS – Terminal Exportador de Álcool de Santos Ltda. (nota explicativa nº 3.d)	Brasil	Ultracargo	-	100	-	-
Ultrapar International S.A.	Luxemburgo	Outros	100	-	100	-
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	Brasil	Outros	-	100	-	100

Os percentuais da tabela acima estão arredondados.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Associação com Chevron Brasil Lubrificantes S.A.

Em 4 de agosto de 2016, a Sociedade, por meio da sua controlada Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. (“IPP”), firmou acordo de associação com a Chevron Latin America Marketing LLC e Chevron Amazonas LLC (“Chevron”) para criar uma nova empresa no mercado de lubrificantes. A associação é formada pelas operações de lubrificantes da Ipiranga e da Chevron no Brasil. Em fevereiro de 2017, esta transação foi aprovada sem restrições por meio de parecer emitido pela Superintendência Geral (“SG”) do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) e publicada no Diário Oficial da União. Em 1 de dezembro de 2017, a associação foi consumada, por meio do aporte da controlada Ipiranga Lubrificantes S.A. (“IpiLubs”) na CBLSA e consequente obtenção de controle pelo ingresso da IPP como acionista da CBLSA. A IPP e a Chevron detêm 56% e 44%, respectivamente, do capital da CBLSA.

A Sociedade apurou o balanço na data da aquisição, o valor justo dos ativos e passivos e, conseqüentemente, o ágio. A Sociedade, com ajuda de uma empresa especializada em avaliações, estimou os valores para alocação do preço de compra e apurou o ágio no montante de R\$ 69.807. O ágio está fundamentado pela sinergia entre as operações de lubrificantes da CBLSA e a IpiLubs.

Os montantes para alocação do preço de compra eram provisórios na data em quem foram divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. Em 2018, a Sociedade apurou os montantes definitivos e ajustou retrospectivamente a 1 de dezembro de 2017 a alocação do preço de compra durante o quarto trimestre de 2018. O quadro a seguir resume os saldos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição (1 de dezembro de 2017):

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Ativo circulante	Valor provisório	Valor final	Ajuste	Passivo circulante	Valor provisório	Valor final	Ajuste
Caixa e equivalentes de caixa ⁽¹⁾	73.316	73.316	-	Fornecedores	33.453	33.453	-
Contas a receber	157.016	157.016	-	Salários e encargos sociais	18.251	18.251	-
Estoques	112.998	113.131	133	Obrigações tributárias	20.089	20.089	-
Impostos a recuperar	5.595	5.595	-	Demais contas a pagar	28.743	28.743	-
Demais contas a receber	15.497	15.497	-		100.536	100.536	-
	<u>364.422</u>	<u>364.555</u>	<u>133</u>				
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Sociedades relacionadas	7.077	7.077	-	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	202.352	202.352	-
Ativo de indenização	202.352	202.352	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.300	48.418	45.118
Depósitos judiciais	4.095	4.095	-	Benefícios pós-emprego	44.478	44.478	-
Demais contas a receber	5.257	5.257	-		250.130	295.248	45.118
Imobilizado	172.526	175.823	3.298				
Intangível	9.944	139.215	129.270				
	<u>401.251</u>	<u>533.819</u>	<u>132.568</u>				
Total dos ativos adquiridos	<u>765.673</u>	<u>898.374</u>	<u>132.701</u>	Total dos passivos assumidos	<u>350.666</u>	<u>395.784</u>	<u>45.118</u>
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	123.673	69.807	(53.866)	Participação de acionistas não controladores	182.603	221.139	38.536
Total dos ativos adquiridos e do ágio	<u>889.346</u>	<u>968.181</u>	<u>78.835</u>	Valor da aquisição	356.077	351.258	(4.819)

⁽¹⁾ Inclui o caixa aportado pela IPP.

No processo de identificação de ativos e passivos também foram considerados ativos intangíveis que não estavam reconhecidos nos livros da entidade adquirida, conforme demonstrados abaixo:

	<u>R\$</u>	<u>Vida útil</u>	<u>Método de amortização</u>
Direito de uso de marcas	114.792	39 anos	Linear
Carteira e relacionamento com clientes	14.478	30 anos	Linear
Total	<u>129.270</u>		

O ágio foi calculado da seguinte forma:

	<u>Valor provisório</u>	<u>Valor final</u>	<u>Ajuste</u>
Valor da aquisição	356.077	351.258	4.819
Total dos ativos adquiridos	(765.673)	(898.374)	(132.701)
Total dos passivos assumidos	350.666	395.784	45.118
Participação de acionistas não controladores	182.603	221.139	38.536
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (vide nota explicativa nº 14.a)	<u>123.673</u>	<u>69.807</u>	<u>53.866</u>

Para maiores detalhes sobre os ativos imobilizado e intangível adquiridos, vide as notas explicativas nº 13 e 14, respectivamente e sobre a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e ativo de indenização, vide nota explicativa nº 21.c.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O quadro a seguir apresenta a informação consolidada pro forma da Sociedade em 2017, considerando que a aquisição tivesse sido concluída no início do exercício. A informação pro forma é apresentada apenas para fins comparativos e não pretende ser indicativa do que teria ocorrido se a aquisição tivesse efetivamente ocorrido nessa data, não sendo necessariamente indicativo dos resultados operacionais futuros:

	<u>2017</u>
Receita líquida de vendas e serviços	80.007.676
Lucro operacional	2.760.458
Lucro líquido do exercício	1.507.074
Lucro líquido por ação básico - Reais (vide nota explicativa nº 31)	2,7822
Lucro líquido por ação diluído - Reais (vide nota explicativa nº 31)	2,7624

Visando a simplificação societária, o aproveitamento das estruturas e a união de empresas com atividades similares, a IpiLubs foi incorporada pela CBLSA em 1 de novembro de 2018. Neste mesmo ato, a controlada alterou sua razão social para Iconic Lubrificantes S.A. (“Iconic”).

d. Aquisição do TEAS Terminal Exportador de Álcool de Santos Ltda.

Em 30 de janeiro de 2018, a Sociedade, por meio da controlada Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar (“Tequimar”), assinou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças para a aquisição da totalidade das quotas do TEAS Terminal Exportador de Álcool de Santos Ltda. (“TEAS”), de propriedade da Raízen Energia S.A. e Raízen Araraquara Açúcar e Álcool Ltda., que já era operado pela controlada Tequimar no Porto de Santos. O valor da aquisição foi R\$ 103.373. Em 14 de fevereiro de 2018, esta transação foi aprovada sem restrições por meio de parecer emitido pela SG do CADE. Em 2 de março de 2018, o CADE emitiu um certificado de trânsito em julgado, atestando a aprovação da operação. Em 29 de março de 2018, a aquisição foi concluída por meio do fechamento da operação.

A Sociedade apurou o balanço na data da aquisição, o valor justo dos ativos e passivos e, conseqüentemente, o ágio. No processo de identificação de ativos e passivos não foram identificados ativos intangíveis a serem reconhecidos nos livros da adquirente. A Sociedade, com ajuda de uma empresa especializada em avaliações, estimou os valores para alocação do preço de compra (*purchase price allocation*) e apurou o ágio no montante de R\$ 797.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O quadro a seguir resume os saldos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

<u>Ativo circulante</u>		<u>Passivo circulante</u>	
Caixa e equivalentes de caixa	3.662	Fornecedores	14
Impostos a recuperar	3.830	Contraprestação contingente	2.880
	<u>7.492</u>		<u>2.894</u>
<u>Ativo não circulante</u>		<u>Passivo não circulante</u>	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.054	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	141
Depósitos judiciais	72		<u>141</u>
Ativo de indenização	141		
Imobilizado	96.852		
	<u>98.119</u>		
Total dos ativos adquiridos	<u>105.611</u>	Total dos passivos assumidos	<u>3.035</u>
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	797		
Total dos ativos adquiridos e do ágio	<u>106.408</u>	Valor da aquisição	103.373

O cálculo do ágio foi calculado da seguinte forma:

Valor da aquisição	103.373
Total dos ativos adquiridos	(105.611)
Total dos passivos assumidos	<u>3.035</u>
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (vide nota explicativa nº 14.a)	<u>797</u>

Para maiores detalhes sobre os ativos imobilizados adquiridos, vide a nota explicativa nº 13.

O quadro a seguir apresenta a informação consolidada pro forma da Sociedade em 2018, considerando que a aquisição tivesse sido concluída no início do exercício. A informação pro forma é apresentada apenas para fins comparativos e não pretende ser indicativa do que teria ocorrido se a aquisição tivesse efetivamente ocorrido nessa data, não sendo necessariamente indicativo dos resultados operacionais futuros:

	<u>2018</u>
Receita líquida de vendas e serviços	90.697.983
Lucro operacional	1.899.481
Lucro líquido do exercício	1.132.468
Lucro líquido por ação básico - Reais (vide nota explicativa nº 31)	2,1226
Lucro líquido por ação diluído - Reais (vide nota explicativa nº 31)	2,1086

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Aquisição não efetivada

Em 17 de novembro de 2016, a controlada Companhia Ultragaz S.A. (“Cia. Ultragaz”) assinou contrato de compra e venda para a aquisição da totalidade das ações de emissão da Liquigás Distribuidora S.A. (“Liquigás”) por R\$ 2.665 milhões, sujeito a correção pelo Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). Em 28 de fevereiro de 2018, o Tribunal do CADE apreciou a transação e, a despeito de todos os esforços feitos pelas requerentes, decidiu rejeitar a transação. Devido à não consumação da transação, em 9 de março de 2018, a Cia. Ultragaz pagou uma multa contratual de R\$ 286.160 em benefício da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (“Petrobras”), vide nota explicativa nº 29.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em títulos privados de instituições financeiras vinculados ao CDI, operações compromissadas e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais do governo brasileiro e títulos privados de instituições financeiras; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições financeiras e em fundos de investimento de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais; e (iii) em instrumentos de proteção cambial e de juros.

Os ativos financeiros foram classificados na nota explicativa nº 33.j conforme o modelo de gerenciamento de ativos financeiros da Sociedade e suas controladas.

Os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (consolidado) totalizaram R\$ 6.994.406 em 2018 (R\$ 6.369.928 em 2017) e estão distribuídos conforme abaixo:

a. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa da Sociedade e suas controladas estão distribuídos conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos				
Em moeda nacional	381	143	117.231	73.128
Em moeda estrangeira	-	-	88.251	74.798
Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa				
Em moeda nacional				
Títulos de renda fixa	171.934	93.031	3.722.308	4.821.605
Em moeda estrangeira				
Títulos de renda fixa	-	-	11.161	32.473
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>172.315</u>	<u>93.174</u>	<u>3.938.951</u>	<u>5.002.004</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Sociedade e suas controladas, que não são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, estão distribuídas conforme abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	565.930	21.657	2.537.315	1.153.040
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	154.811	129.131
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (a)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>363.329</u>	<u>85.753</u>
Total de aplicações financeiras	<u>565.930</u>	<u>21.657</u>	<u>3.055.455</u>	<u>1.367.924</u>
Circulante	565.930	21.657	2.853.106	1.283.498
Não circulante	-	-	202.349	84.426

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 33.j).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

5 Contas a receber e financiamentos a clientes (Consolidado)

a. Contas a receber de clientes

A composição das contas a receber de clientes é demonstrada conforme a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> <u>Reapresentado (i)</u>
Clientes nacionais	4.290.996	4.024.919
Clientes estrangeiros	244.960	230.508
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>(385.080)</u>	<u>(347.801)</u>
	<u>4.150.876</u>	<u>3.907.626</u>
Circulante	4.069.307	3.861.325
Não circulante	81.569	46.301

A composição dos saldos de contas a receber de clientes, bruto de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
31/12/2018	4.535.956	3.739.601	121.622	53.864	49.629	84.920	486.320
31/12/2017 – Reapresentado (i)	4.255.427	3.553.976	189.071	39.314	44.314	74.037	354.715

A composição das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
31/12/2018	385.080	39.226	4.094	3.754	5.533	46.783	285.690
31/12/2017 – Reapresentado (i)	347.801	27.104	7.672	2.794	2.173	20.500	287.558

(i) Vide nota explicativa nº 2.y.

Para maiores informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 33.d.3.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Financiamentos a clientes

A composição dos financiamentos a clientes é demonstrada conforme a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> <u>Reapresentado (i)</u>
Financiamentos a clientes – Ipiranga	855.229	675.236
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>(139.699)</u>	<u>(104.977)</u>
	<u>715.530</u>	<u>570.259</u>
Circulante	367.262	286.569
Não circulante	348.268	283.690

Financiamentos a clientes são concedidos para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes. Os prazos dos financiamentos a clientes variam substancialmente de 12 meses a 60 meses, sendo o prazo médio da carteira de 40 meses. As taxas mínimas e máximas são de 0% a.m. e 1% a.m., respectivamente.

A composição dos saldos de financiamentos a clientes, bruto de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
31/12/2018	855.229	633.183	11.262	14.869	9.377	20.783	165.755
31/12/2017 – Reapresentado (i)	675.236	516.547	11.868	7.177	3.883	13.775	121.986

A composição das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
31/12/2018	139.699	26.982	1.250	1.642	1.131	12.176	96.518
31/12/2017 – Reapresentado (i)	104.977	635	189	86	63	1.951	102.053

(i) Vide nota explicativa nº 2.y.

Para maiores informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 33.d.3.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

6 Estoques (Consolidado)

A composição dos estoques é demonstrada conforme a seguir:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido
Combustíveis, lubrificantes e graxas	1.367.015	(1.804)	1.365.211	1.626.582	(3.074)	1.623.508
Produtos acabados	581.504	(20.923)	560.581	500.223	(18.495)	481.728
Produtos em elaboração	1.412	-	1.412	1.637	-	1.637
Matérias-primas	383.161	(1.894)	381.267	492.029	(1.835)	490.194
Gás liquefeito de petróleo - GLP	109.362	(5.761)	103.601	102.748	(5.761)	96.987
Materiais de consumo e outros itens para revenda	150.188	(3.770)	146.418	160.024	(5.380)	154.644
Medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos	583.060	(5.364)	577.696	417.726	(2.447)	415.279
Compra para entrega futura ⁽¹⁾	193.928	(2.964)	190.964	222.808	-	222.808
Imóveis para revenda	27.489	(107)	27.382	27.032	(107)	26.925
	<u>3.397.119</u>	<u>(42.587)</u>	<u>3.354.532</u>	<u>3.550.809</u>	<u>(37.099)</u>	<u>3.513.710</u>

⁽¹⁾ Refere-se substancialmente a etanol e biodiesel e adiantamento de combustíveis.

(i) Vide nota explicativa nº 2.y.

A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

Saldo em 1 de janeiro de 2017	47.271
Reversão de provisão para ajuste ao valor de realização	(6.713)
Reversão de provisão para obsolescência e outras perdas	(3.459)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>37.099</u>
Adição de provisão para ajuste ao valor de realização	600
Adição de provisão para obsolescência e outras perdas	3.903
Oxitenos Andina ^(*)	985
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u><u>42.587</u></u>

^(*) Refere-se ao reconhecimento da provisão ao valor recuperável de ativos da controlada Oxitenos Andina (vide nota explicativa nº 2.s.l.ii).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição da provisão para perdas em estoques é demonstrada abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Ajuste ao valor de realização	21.402	19.817
Obsolescência e outras perdas	<u>21.185</u>	<u>17.282</u>
Total	<u>42.587</u>	<u>37.099</u>

7 Tributos a recuperar**a. Impostos a recuperar (Consolidado)**

Estão representados, substancialmente, por saldos credores do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e do Programa de Integração Social - PIS.

	31/12/2018	31/12/2017
ICMS (a.1)	710.669	580.630
Provisão para perdas de ICMS	(99.187)	(72.076)
PIS e COFINS (a.2)	720.731	348.333
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA das controladas no exterior	31.678	27.180
Outros	<u>22.988</u>	<u>15.587</u>
Total	<u>1.386.879</u>	<u>899.654</u>
Circulante	639.699	664.954
Não circulante	747.180	234.700

A provisão para perdas de ICMS refere-se aos saldos credores que as controladas estimam não poder compensar futuramente e sua movimentação é assim demonstrada:

Saldo em 1 de janeiro de 2017	68.683
Adições, baixas por recebimento e reversões, líquidas	<u>3.393</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	72.076
Adições, baixas por recebimento e reversões, líquidas	<u>27.111</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>99.187</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a.1 O saldo credor de ICMS acumulado está substancialmente relacionado às seguintes controladas e operações:

- (i) A controlada Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio (“Oxiteno Nordeste”) realiza preponderantemente operações de exportação, de saída interestadual ou com diferimento de ICMS para produtos adquiridos dentro do Estado da Bahia;
- (ii) A controlada IPP possui créditos decorrentes de saídas interestaduais de produtos derivados de petróleo, cujo ICMS foi antecipado pelo fornecedor (Petrobras), bem como saldo credor constituído pela diferença entre transações de entradas e saídas de produtos sujeitos à tributação do ICMS próprio (notadamente etanol);
- (iii) A controlada Extrafarma possui créditos oriundos das antecipações de ICMS e ICMS-ST (substituição tributária) em operações de entrada e saída de mercadorias realizadas pelos seus centros de distribuição, majoritariamente no Norte e Nordeste.

A administração estima a realização desses créditos no prazo de até 10 anos.

a.2 Refere-se, majoritariamente, aos créditos de PIS e COFINS apropriados nos termos das Leis n^{os} 10.637/2002 e 10.833/2003 pelas controladas IPP e Cia. Ultragaz, cujo consumo ocorrerá por meio da compensação com débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (“SRF”) em um prazo estimado pela administração de 2 anos. A controlada Oxiteno S.A. reconheceu, em 31 de dezembro de 2018, créditos decorrentes do trânsito em julgado de decisão favorável para exclusão do ICMS da base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS (vide nota explicativa n^o 21.a.1.2), bem como de restituição de valores pagos indevidamente a título de PIS-Semestralidade. As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste, Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. (“Oleoquímica”) e Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A. (“EMCA”) reconheceram, em 31 de dezembro de 2018, créditos oriundos de decisão definitiva favorável sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS – Importação. A realização dos créditos da Oxiteno S.A. se dará por reestruturação societária com a Oxiteno Nordeste. Para esses casos, a administração estima a realização desses créditos no prazo de até 5 anos.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Estão representados por saldos credores do IRPJ e da CSLL.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
IRPJ e CSLL	<u>88.390</u>	<u>81.755</u>	<u>362.784</u>	<u>295.172</u>
Total	<u>88.390</u>	<u>81.755</u>	<u>362.784</u>	<u>295.172</u>
Circulante	39.705	33.070	257.182	216.630
Não circulante	48.685	48.685	105.602	78.542

Trata-se de IRPJ e CSLL a ser recuperado pela Sociedade e suas controladas, decorrente das antecipações realizadas a maior em exercícios anteriores, sendo que a administração estima a realização desses créditos no prazo de até 5 anos para as controladas Oxiteno S.A. e Oxiteno Nordeste e em até 2 anos para as demais.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***8 Partes relacionadas****a. Sociedades relacionadas****a.1 Controladora**

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>		<u>Resultado financeiro ⁽¹⁾</u>
	Debêntures ⁽¹⁾	Demais contas a pagar ⁽²⁾	Contas a pagar	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	761.288	-	-	54.702
Companhia Ultragaz S.A.	-	3.975	-	-
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	-	5.158	-
Total em 31 de dezembro 2018	761.288	3.975	5.158	54.702

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>		<u>Resultado financeiro ⁽¹⁾</u>
	Debêntures ⁽¹⁾	Demais contas a pagar ⁽²⁾	Contas a pagar	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	762.562	-	-	84.548
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	-	4.003	-
Oxiten S.A. Indústria e Comércio	-	3.086	-	-
Companhia Ultragaz S.A.	-	1.585	-	-
Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar	-	2.768	-	-
Total em 31 de dezembro de 2017	762.562	7.439	4.003	84.548

⁽¹⁾ Em março de 2016, a controlada IPP efetuou sua segunda emissão privada de debêntures, em série única de 75 debêntures simples ao valor nominal de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) cada, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, sendo que sua totalidade foi subscrita pela Ultrapar com vencimento final em 31 de março de 2021 e remuneração semestral vinculada ao CDI.

⁽²⁾ Refere-se a plano de ações (vide nota explicativa nº 8.c).

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***a.2 Consolidado**

Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas e entre controladas foram eliminados na consolidação e não são divulgados nesta nota explicativa. Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas com outras partes relacionadas são divulgados abaixo:

	Mútuos	
	Ativo	Passivo
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	2.925
Outros	490	1.146
Total em 31 de dezembro de 2018	<u>490</u>	<u>4.071</u>

	Mútuos	
	Ativo	Passivo
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	-	2.946
Outros	490	1.239
Total em 31 de dezembro de 2017	<u>490</u>	<u>4.185</u>

Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados, não contêm cláusulas de remuneração e são realizados em função de necessidades ou sobras temporárias de caixa da Sociedade, de controladas e de coligadas.

	Operações comerciais				
	A receber ⁽¹⁾	A pagar ⁽¹⁾	Vendas e serviços prestados	Compras	Despesas
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	567	6	9.032	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	24.630	-	1.008.860	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	1.042	136	3.844	186	-
LA'7 Participações e Empreend. Imob. Ltda. (a)	-	117	-	-	1.469
Total em 31 de dezembro de 2018	<u>1.042</u>	<u>25.450</u>	<u>3.850</u>	<u>1.018.078</u>	<u>1.469</u>

	Operações comerciais				
	A receber ⁽¹⁾	A pagar ⁽¹⁾	Vendas e serviços prestados	Compras	Despesas
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	1.489	6	18.108	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	22.199	-	1.004.030	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	1.067	31	7.239	859	-
LA'7 Participações e Empreend. Imob. Ltda. (a)	-	125	-	-	2.300
Total em 31 de dezembro de 2017	<u>1.067</u>	<u>23.844</u>	<u>7.245</u>	<u>1.022.997</u>	<u>2.300</u>

⁽¹⁾ Incluídas nas rubricas de “contas a receber de clientes nacionais” e “fornecedores nacionais”, respectivamente.

(a) Referem-se a contratos de aluguéis de 15 drogarias de propriedade da LA'7 (16 drogarias em 2017), empresa dos ex-acionistas da Extrafarma e atuais acionistas da Ultrapar.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com igual capacidade operacional. As operações da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (“ConectCar”) acima referem-se à serviços prestados. Na avaliação da administração da Sociedade e de suas controladas, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. As garantias prestadas pela Sociedade em financiamentos de controladas e coligadas estão mencionadas na nota explicativa nº 15.k.

b. Pessoal-chave da administração (Consolidado)

A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas.

A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo incluindo salários e plano de benefícios composto de plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada: (i) ao desempenho dos negócios, medido através da métrica de criação de valor econômico, e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Maiores detalhes sobre remuneração em ações estão descritos na nota explicativa nº 8.c e sobre benefícios pós-emprego na nota explicativa nº 19.b.

A Sociedade e suas controladas contabilizaram despesa com remuneração de seu pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade), conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Remuneração de curto prazo	36.504	45.477
Remuneração em ações (*)	1.407	1.399
Benefício pós-emprego	2.278	1.096
Remuneração de longo prazo (**)	-	(6.459)
Benefício de rescisão do cargo	905	8.794
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>41.094</u>	<u>50.307</u>

(*) Inclui a reversão de despesas do cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício de administradores (vide nota explicativa nº 8.c).

(**) O diretor-presidente em exercício até 2 de outubro de 2017 era beneficiário de plano de remuneração variável de longo prazo, que tinha como objetivo o alinhamento de interesses de longo prazo. Este contrato foi rescindido com a sucessão do diretor-presidente anunciada pela Sociedade em junho de 2017.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Plano de ações (Consolidado)

A Ultrapar adota, desde 2003, um plano de ações em que o executivo detém o usufruto de ações mantidas em tesouraria, até a efetiva transferência da propriedade plena das ações, em períodos de cinco a sete anos, condicionada à não-interrupção do vínculo entre o executivo e a Sociedade e/ou suas controladas. O volume de ações e os executivos beneficiados são determinados pelo Conselho de Administração, não havendo obrigatoriedade de outorga anual. O número total de ações a serem utilizadas no plano está sujeito à existência de tais ações em tesouraria. O Conselho de Administração da Ultrapar não possui plano de ações. Os valores das concessões foram determinados na data da outorga, com base no valor de mercado dessas ações na B3 e estão sendo amortizados pelo prazo de cinco a sete anos a partir da concessão.

O quadro a seguir apresenta um resumo das ações outorgadas aos administradores da Sociedade e suas controladas:

Data da outorga	Saldo de ações restritas outorgadas	Prazo para transferência da nu-propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos	Custos reconhecidos acumulados das outorgas	Custos não reconhecidos das outorgas
13 de março de 2017	100.000	2022 a 2024	67,99	9.378	(2.920)	6.458
4 de março de 2016	190.000	2021 a 2023	65,43	17.147	(8.252)	8.895
9 de dezembro de 2014	400.000	2019 a 2021	50,64	27.939	(19.376)	8.563
5 de março de 2014	83.400	2019 a 2021	52,15	5.999	(4.925)	1.074
7 de novembro de 2012	76.664	2017 a 2019	42,90	16.139	(15.599)	540
14 de dezembro de 2011	-	2016 a 2018	31,85	4.832	(4.832)	-
	<u>850.064</u>			<u>81.434</u>	<u>(55.904)</u>	<u>25.530</u>

Em 2018, a amortização de R\$ 3.922 (R\$ 11.752 em 2017) foi registrada como despesa geral e administrativa.

O quadro a seguir apresenta a movimentação do número de ações restritas outorgadas:

Saldo em 1 de janeiro de 2017	1.500.072
Ações outorgadas em 4 de março de 2017	100.000
Cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício de administradores	(143.333)
Ações transferidas aos administradores	(273.341)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>1.183.398</u>
Cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício de administradores	(216.666)
Ações transferidas aos administradores	(116.668)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>850.064</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Adicionalmente, os acionistas da Ultrapar aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) realizada em 19 de abril de 2017, novo plano de incentivo baseado em ações (“Plano”), que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria, podendo ou não envolver a outorga de usufruto de parte destas ações para posterior transferência da nua-propriedade, com períodos de três a seis anos, a diretores ou empregados da Sociedade ou de controladas.

Poderão ser entregues aos participantes, em decorrência do Plano, ações ordinárias representativas de, no máximo, 1% do capital social da Sociedade, o que correspondia, na data da aprovação de referido Plano, a 5.564.051 ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos programas de ações restritas e de performance outorgados:

Programa	Data da outorga	Saldo de ações restritas outorgadas	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos	Custos reconhecidos acumulados das outorgas	Custos não reconhecidos das outorgas
Restritas	1 de outubro de 2017	120.000	2023	76,38	12.642	(2.634)	10.008
Restritas e performance	8 de novembro de 2017	37.938	2020 a 2022	76,38	4.988	(1.523)	3.465
Restritas e performance	9 de abril de 2018	92.038	2021 a 2023	68,70	12.028	(2.363)	9.665
Restritas	19 de setembro de 2018	80.000	2024	39,16	4.321	(180)	4.141
Restritas	24 de setembro de 2018	40.000	2024	36,80	2.030	(85)	1.945
		<u>369.976</u>			<u>36.009</u>	<u>(6.785)</u>	<u>29.224</u>

Em 2018, foi registrada uma despesa geral e administrativa de R\$ 6.001 em relação ao Plano (R\$ 784 em 2017).

O quadro a seguir apresenta a movimentação do número de ações restritas e de performance outorgadas:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	166.270
Ações outorgadas em 9 de abril de 2018	103.592
Ações outorgadas em 19 de setembro de 2018	80.000
Ações outorgadas em 24 de setembro de 2018	40.000
Cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício de administradores	(19.886)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>369.976</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

9 Imposto de renda e contribuição social**a. Imposto de renda e contribuição social diferidos**

A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de prejuízos fiscais, adições temporárias, bases negativas e reavaliação de ativo imobilizado, entre outros. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017 Reapresentado (i)
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para perda de ativos	-	-	116.191	103.092
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	154.516	145.767
Provisão para benefícios pós-emprego	-	-	85.575	81.199
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	147.376	40.755
Parcela referente ao ágio sobre investimentos	-	-	12.258	14.234
Combinação de negócios – base fiscal vs. base contábil do ágio	-	-	75.838	74.972
Provisão para retirada de tanques	-	-	15.801	19.111
Demais provisões	14.034	29.158	144.354	158.952
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social a compensar (d)	-	-	208.036	201.471
Total	14.034	29.158	959.945	839.553
Compensações de saldos passivos	-	-	(445.758)	(225.492)
Saldos líquidos apresentados no ativo	14.034	29.158	514.187	614.061
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Reavaliação de imobilizado	-	-	1.981	2.109
Arrendamento mercantil	-	-	2.858	3.361
Provisão para diferenças caixa vs. competência	-	-	138.332	44.440
Parcela referente ao ágio/deságio sobre investimentos	-	-	187.845	131.811
Combinação de negócios – mais valia de ativos	-	-	117.352	90.532
Diferenças temporárias de controladas no exterior	-	-	-	955
Demais provisões	-	-	6.687	35.926
Total	-	-	455.055	309.134
Compensações de saldos ativos	-	-	(445.758)	(225.492)
Saldos líquidos apresentados no passivo	-	-	9.297	83.642

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017 Reapresentado (i)
Saldo inicial	507.087	409.699
Adoção do IFRS 9 e 15	68.450	42.275
IRPJ e CSLL sobre mais valia CBLSA - efeito retrospectivo (i)	(45.118)	-
Saldo inicial – reapresentado (i)	<u>530.419</u>	<u>451.974</u>
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício	(162.417)	109.204
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	133.124	13.389
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em combinação de negócio (notas explicativas nº 3.c e 3.d)	1.054	(45.728)
Outros	<u>2.710</u>	<u>1.580</u>
Saldo final	<u><u>504.890</u></u>	<u><u>530.419</u></u>

(i) Vide nota explicativa nº 2.y.

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	-	181.343
De 1 a 2 anos	1.481	117.990
De 2 a 3 anos	1.481	172.439
De 3 a 5 anos	2.852	169.119
De 5 a 7 anos	4.110	224.291
De 7 a 10 anos	<u>4.110</u>	<u>94.763</u>
Total do ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL	<u><u>14.034</u></u>	<u><u>959.945</u></u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado

Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017 Reapresentado (vi)
Lucro (prejuízo) antes da tributação e equivalência patrimonial	25.924	(12.482)	1.785.818	2.318.446
Alíquotas oficiais de imposto - %	34	34	34	34
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(8.814)	4.244	(607.178)	(788.272)
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:				
Despesas indedutíveis (i)	(372)	(1.120)	(82.784)	(105.017)
Receitas não tributáveis (ii)	13	-	32.523	19.084
Ajuste do lucro presumido (iii)	-	-	9.706	10.844
Juros sobre capital próprio (iv)	(41.338)	(550)	(538)	(550)
Prejuízos fiscais e bases negativas sem ativo fiscal diferido reconhecido (v)	-	-	(95.480)	-
Demais ajustes	23	25	(2.634)	2.059
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	(50.488)	2.599	(746.385)	(861.852)
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-	107.666	48.598
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	(50.488)	2.599	(638.719)	(813.254)
Corrente	(35.363)	(4.098)	(476.302)	(922.458)
Diferido	(15.125)	6.697	(162.417)	109.204
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - %	194,8	20,8	35,8	35,1

- (i) Trata-se de dispêndios que não podem ser deduzidos para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como despesas com multas, doações, brindes, perdas de ativos, resultados negativos em controladas no exterior e certas provisões;
- (ii) Consistem em certos ganhos e rendimentos que não são tributáveis nos termos da legislação fiscal aplicável, como o reembolso de impostos e a reversão de certas provisões;
- (iii) A legislação tributária brasileira prevê um método alternativo de tributação para as empresas que auferiram receita bruta de até R\$ 78 milhões em seu ano fiscal anterior, denominado lucro presumido. Algumas controladas da Sociedade adotaram essa forma alternativa de tributação, segundo a qual o IRPJ e CSLL foram calculados sobre uma base igual a 32% das receitas da operação, em vez de ser calculado com base no lucro real efetivo dessas controladas. O ajuste do lucro presumido representa a diferença entre a tributação sob esse método alternativo e o que teria sido devido com base na alíquota oficial aplicada ao lucro real dessas controladas;
- (iv) Juros sobre capital próprio é uma opção prevista na legislação societária brasileira para distribuição de lucros aos acionistas, calculado com base na taxa de juros de longo prazo (“TJLP”), que não afeta o resultado do exercício, mas afeta a base de cálculo do IRPJ e CSLL, sendo tributável para o beneficiário e dedutível para a entidade que remunera;
- (v) Vide nota explicativa nº 9.d;
- (vi) Vide nota explicativa nº 2.y.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Incentivos fiscais – SUDENE

As seguintes sociedades controladas gozam de isenção parcial de IRPJ, em virtude do programa do governo para o desenvolvimento do nordeste brasileiro operado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”), conforme quadro abaixo:

<u>Controlada</u>	<u>Unidades</u>	<u>Incentivo - %</u>	<u>Término</u>
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Base de Aracaju ⁽¹⁾	75	2028
	Base de Suape ⁽²⁾	75	2018
	Base de Mataripe	75	2024
	Base de Caucaia	75	2025
	Base de Juazeiro ⁽³⁾	75	2026
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	Terminal de Suape	75	2020
	Terminal de Aratu	75	2022
	Terminal de Itaqui	75	2025
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Planta de Camaçari	75	2021
Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Planta de Camaçari	75	2026
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Planta de Camaçari	75	2026

⁽¹⁾ A controlada Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. (“Bahiana”) teve reconhecida pela SUDENE, por meio de laudo constitutivo emitido em 22 de outubro de 2018, a redução do IRPJ em 75% até 2028, em virtude da modernização na planta de Aracaju - Sergipe. Em 22 de outubro de 2018, foi protocolado na SRF o pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ, a qual possui o prazo de 120 dias para manifestação a contar da data da apresentação do pedido. Em virtude do decurso do prazo sem que houvesse manifestação expressa configurando a homologação tácita do pedido, a controlada reconhecerá o benefício fiscal no resultado de 2019.

⁽²⁾ A controlada Bahiana teve reconhecida pela SUDENE, por meio de laudo constitutivo emitido em 14 de janeiro de 2019, a redução do IRPJ em 75% até 2028, em virtude da modernização na planta de Suape - Pernambuco. Em 23 de janeiro de 2019 foi protocolado na SRF o pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ, com prazo de homologação de 120 dias contados a partir da apresentação do pedido.

⁽³⁾ A controlada Bahiana, teve reconhecida pela SUDENE, por meio de laudo constitutivo emitido em 7 de novembro de 2017, a redução do IRPJ em 75% até 2026, em virtude de implantação de unidade produtiva em Juazeiro - Bahia. Em 27 de novembro de 2017, foi protocolado na SRF o pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ, a qual possui o prazo de 120 dias para manifestação a contar da data da apresentação do pedido. Em virtude do decurso do prazo sem que houvesse manifestação expressa da SRF, configurando a homologação tácita do pedido, a controlada reconheceu o benefício fiscal no resultado de 2018, retroativo a janeiro de 2017, no montante de R\$ 149.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e base negativa de CSLL a compensar

Em 2018, a Sociedade e certas controladas possuíam prejuízos fiscais (IRPJ) no montante de R\$ 873.718 (R\$ 576.948 em 2017) e bases negativas de CSLL no montante de R\$ 876.315 (R\$ 576.949 em 2017), cujas compensações são limitadas a 30% do lucro tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

Ademais, certas controladas do exterior possuem prejuízos fiscais no montante de R\$ 620.906 (R\$ 388.178 em 2017).

Foram constituídos tributos diferidos no montante de R\$ 208.036 em 2018 (R\$ 201.471 em 2017), suportados pelo estudo técnico sobre a projeção de lucros tributáveis para a realização de ativos fiscais diferidos, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração da Sociedade. Como consequência do referido estudo, em 2018, a controlada Extrafarma reverteu a parcela do diferido fiscal ativo, cujo prazo de realização ultrapassou o período de dez anos, no montante R\$ 39.462.

O montante do diferido ativo não constituído devido à incerteza de sua efetiva realização é de R\$ 220.832 em 2018 (R\$ 128.418 em 2017).

10 Despesas antecipadas (Consolidado)

	31/12/2018	31/12/2017
Aluguéis ⁽¹⁾	413.799	329.421
Propaganda e publicidade	54.011	67.321
Plano de outorga de ações, líquido (vide nota explicativa nº 8.c)	22.737	37.591
Prêmios de seguros	52.607	39.629
Manutenção de <i>software</i>	21.667	8.237
Demais despesas antecipadas	21.844	14.733
	<u>586.665</u>	<u>496.932</u>
Circulante	187.570	150.046
Não circulante	399.095	346.886

⁽¹⁾ Refere-se substancialmente a adiantamento de aluguéis dos postos de serviços da controlada IPP, que são posteriormente sublocados e operados pelos revendedores.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

11 Ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade (Consolidado)

Refere-se aos desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos com clientes da Ipiranga registrados no momento de sua ocorrência e reconhecidos como redutor da receita de vendas no resultado conforme as condições estabelecidas no contrato (prazo médio ponderado de amortização de cinco anos), sendo revistos à medida que ocorrem mudanças nos termos dos contratos.

A movimentação é demonstrada abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017 Reapresentado (i)
Saldo inicial	-	-
Adoção do IFRS 15	1.502.360	1.438.084
Saldo inicial – reapresentado (i)	1.502.360	1.438.084
Adições	390.177	529.732
Amortizações	(371.825)	(463.049)
Transferências	(2.235)	(2.407)
Saldo final	<u>1.518.477</u>	<u>1.502.360</u>
Circulante	484.473	456.213
Não circulante	1.034.004	1.046.147

(i) Vide nota explicativa nº 2.y.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***12 Investimentos****a. Sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto (Controladora)**

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto:

	31/12/2018				Empreendimento controlado em conjunto
	Controladas				
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxitenos S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	49.995	5.078.888
Ativo	1.279.932	6.222.795	17.850.422	2.904.188	517.304
Passivo	2.509	3.416.140	12.434.610	2.894.598	456.714
Patrimônio líquido	1.277.423	2.806.655 (*)	5.415.812 (*)	9.590	60.590
Receita líquida de vendas e serviços	-	1.380.519 (*)	74.312.071 (*)	-	2.092.548
Lucro (prejuízo) líquido	111.145	553.236	512.987	(3.531)	8.695
Participação no capital social - %	100	100	100	100	33
	31/12/2017 – Reapresentado (i)				Empreendimento controlado em conjunto
	Controladas				
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxitenos S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	49.995	5.078.888
Ativo	1.167.912	5.434.041	17.087.671	2.472.924	517.439
Passivo	2.486	2.752.026	11.684.775	2.459.803	352.583
Patrimônio líquido	1.165.426	2.682.015 (*)	5.402.896 (*)	13.121	164.856
Receita líquida de vendas e serviços	-	1.190.761 (*)	66.263.987 (*)	-	5.067.950
Lucro líquido do exercício	77.072	209.114	1.211.332	2.573	109.063
Participação no capital social - %	100	100	100	100	33

(*) ajustado pelos lucros não realizados entre controladas.

(i) Vide nota explicativa nº 2.y.

Os percentuais acima estão arredondados.

As informações financeiras dos segmentos de negócios encontram-se detalhadas na nota explicativa nº 32.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto estão demonstradas abaixo:

	Investimentos em controladas					Empreendimento controlado em conjunto	
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. - Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar Internacional S.A.	Total	Riograndense S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.194.739	2.549.859	4.434.954	10.548	8.190.100	45.409	8.235.509
Efeitos da adoção de novos pronunciamentos	(111)	(3.253)	(79.063)	-	(82.427)	-	(82.427)
Saldo em 1 de janeiro de 2017 – Reapresentado (i)	1.194.628	2.546.606	4.355.891	10.548	8.107.673	45.409	8.153.082
Equivalência patrimonial – Reapresentado (i)	77.072	209.216	1.211.317	2.573	1.500.178	36.210	1.536.388
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	(105.914)	(100.118)	(359.091)	-	(565.123)	(30.959)	(596.082)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(96)	-	(96)	-	(96)
Instrumento patrimonial outorgado	5	13	518	-	536	-	536
Ajustes de avaliação patrimonial	(365)	(18.964)	194.061	-	174.732	4.079	178.811
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	45.262	280	-	45.542	-	45.542
Saldo em 31 de dezembro de 2017 – Reapresentado (i)	1.165.426	2.682.015	5.402.880	13.121	9.263.442	54.739	9.318.181
Equivalência patrimonial	111.145	553.236	512.987	(3.531)	1.173.837	1.148	1.174.985
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	-	(229.243)	(500.023)	-	(729.266)	(32.065)	(761.331)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação reflexa	-	-	(7)	-	(7)	-	(7)
Instrumento patrimonial outorgado	65	269	3.439	-	3.773	-	3.773
Ajustes de avaliação patrimonial	787	(212.698)	(3.184)	-	(215.095)	(3.704)	(218.799)
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	13.076	(280)	-	12.796	-	12.796
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.277.423	2.806.655	5.415.812	9.590	9.509.480	20.118	9.529.598

(i) Vide nota explicativa nº 2.y.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Empreendimentos controlados em conjunto (Consolidado)

A Sociedade participa da Refinaria de Petróleo Riograndense (“RPR”), que tem como atividade principal o refino de petróleo.

A controlada Ultracargo – Operações Logísticas e Participações Ltda. (“Ultracargo Participações”) participa da União Vopak – Armazéns Gerais Ltda. (“União Vopak”), que tem como atividade principal a armazenagem de granéis líquidos no porto de Paranaguá.

A controlada IPP participa da ConectCar, que tem como atividade principal a atuação no segmento de pagamento automático de pedágios e estacionamento nos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, além do Distrito Federal.

Esses investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

A composição e movimentação dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto é demonstrada abaixo:

	<u>União Vopak</u>	<u>RPR</u>	<u>ConectCar</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2017	4.518	45.409	66.215	116.142
Aporte de capital	-	-	16.000	16.000
Ajuste de avaliação patrimonial	-	4.079	-	4.079
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	-	(30.959)	-	(30.959)
Equivalência patrimonial	1.578	36.210	(20.989)	16.799
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>6.096</u>	<u>54.739</u>	<u>61.226</u>	<u>122.061</u>
Aporte de capital	-	-	31.908	31.908
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(3.704)	-	(3.704)
Dividendos e juros sobre capital próprio (bruto)	-	(32.065)	-	(32.065)
Equivalência patrimonial	1.350	1.148	(18.744)	(16.246)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u><u>7.446</u></u>	<u><u>20.118</u></u>	<u><u>74.390</u></u>	<u><u>101.954</u></u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado dos empreendimentos controlados em conjunto:

	31/12/2018		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	8.432	370.250	129.152
Ativo não circulante	8.552	147.054	150.054
Passivo circulante	1.814	385.079	130.414
Passivo não circulante	280	71.635	14
Patrimônio líquido	14.890	60.590	148.778
Receita líquida	16.938	2.092.548	57.506
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(13.154)	(2.083.592)	(114.336)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(1.084)	(261)	19.343
Lucro (prejuízo) líquido	2.700	8.695	(37.487)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	193.768.000
Participação no capital social - %	50	33	50
	31/12/2017		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Ativo circulante	7.110	389.022	90.242
Ativo não circulante	6.627	128.417	132.785
Passivo circulante	1.210	297.762	100.564
Passivo não circulante	336	54.821	12
Patrimônio líquido	12.191	164.856	122.451
Receita líquida	15.260	1.579.286	33.935
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(10.852)	(1.433.030)	(100.444)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(1.252)	(37.193)	24.530
Lucro (prejuízo) líquido	3.156	109.063	(41.979)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	169.860.500
Participação no capital social - %	50	33	50

Os percentuais acima estão arredondados.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Sociedades coligadas (Consolidado)

A controlada IPP participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A., que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural.

A controlada Oxiteno S.A. participa da Oxicap Indústria de Gases Ltda. (“Oxicap”), que tem como atividade principal o fornecimento de nitrogênio e oxigênio para as suas sócias no polo petroquímico de Mauá.

A controlada Oxiteno Nordeste participa da Química da Bahia Indústria e Comércio S.A., que tem como atividade principal a industrialização, comércio e processamento de produtos químicos. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada Cia. Ultragaz participa da Metalúrgica Plus S.A., que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada IPP participa da Plenogás Distribuidora de Gás S.A., que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente esta coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

O investimento da controlada Oxiteno S.A. na coligada Oxicap está avaliado pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas informações de 30 de novembro de 2018, enquanto as demais coligadas estão avaliadas com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades coligadas é demonstrada abaixo:

	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2017	6.001	12.981	3.678	71	-	22.731
Dividendos	(865)	-	-	-	(399)	(1.264)
Equivalência patrimonial	1.212	1.477	(60)	269	976	3.874
Saldo em 31 de dezembro de 2017	6.348	14.458	3.618	340	577	25.341
Redução de capital	(1.250)	-	-	-	-	(1.250)
Dividendos	(984)	-	-	-	(236)	(1.220)
Equivalência patrimonial	575	908	(28)	(112)	124	1.467
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.689	15.366	3.590	228	465	24.338

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades coligadas:

	31/12/2018				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	7.803	38.714	51	19	64
Ativo não circulante	15.254	85.395	10.238	990	2.791
Passivo circulante	3.963	9.777	-	21	123
Passivo não circulante	332	8.888	3.109	302	1.334
Patrimônio líquido	18.762	105.444	7.180	686	1.398
Receita líquida	10.595	53.288	-	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(7.957)	(43.814)	(78)	(266)	399
Resultado financeiro e imposto de renda	(211)	(3.453)	22	(69)	(27)
Lucro (prejuízo) líquido	2.427	6.021	(56)	(335)	372
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33
	31/12/2017				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	11.218	45.061	67	175	505
Ativo não circulante	16.464	74.621	10.278	1.695	2.821
Passivo circulante	1.960	12.338	-	422	93
Passivo não circulante	332	7.920	3.110	427	1.500
Patrimônio líquido	25.390	99.424	7.235	1.021	1.733
Receita líquida	10.522	52.709	-	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(5.649)	(40.769)	(90)	673	628
Resultado financeiro e imposto de renda	-	(2.144)	(31)	179	15
Lucro (prejuízo) líquido	4.873	9.796	(121)	852	643
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

Os percentuais acima estão arredondados.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

13 Imobilizado (Consolidado)

A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2017	Reclassificações (i)	Mais valia CBLSA Efeito retrospectivo (ii)	Saldo em 31/12/2017 Reapresentado (i)	Adições	Depreciações	Transfe-rências (iv)	Baixas	Variação cambial	Saldo aquisição TEAS (iii)	Saldo em 31/12/2018
Custo:												
Terrenos	-	579.174	-	(2.532)	576.642	3.994	-	9.261	(895)	(1.238)	33.115	620.879
Edificações	32	1.639.867	-	(1.996)	1.637.871	7.041	-	151.937	(2.929)	(10.914)	18.067	1.801.073
Benefícios em imóveis de terceiros	8	912.555	-	-	912.555	11.931	-	103.371	(12.273)	56	-	1.015.640
Máquinas e equipamentos	13	4.721.931	-	-	4.721.931	115.171	-	588.696	(4.895)	(261.955)	60.308	5.219.256
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis												
Tanques/lubrificantes	13	2.721.075	-	8.447	2.729.522	98.478	-	98.573	(62.240)	-	-	2.864.333
Tanques e vasilhames para GLP	8	643.697	49.159	-	692.856	78.995	-	2.552	(31.387)	-	-	743.016
Veículos	6	287.295	-	-	287.295	29.141	-	18.061	(23.996)	(1.745)	-	308.756
Móveis e utensílios	8	266.494	-	(585)	265.909	18.417	-	6.078	(863)	(10.570)	45	279.016
Obras em andamento	-	929.000	-	-	929.000	796.909	-	(883.994)	(578)	81.462	-	922.799
Adiantamentos a fornecedores	-	112.167	-	-	112.167	6.317	-	(100.233)	-	(4.163)	-	14.088
Importações em andamento	-	786	-	-	786	699	-	(1.446)	-	2	-	41
Equipamentos de informática	5	353.022	-	(36)	352.986	34.921	-	7.942	(1.953)	1.161	6	395.063
		13.167.063	49.159	3.298	13.219.520	1.202.014	-	798	(142.009)	(207.904)	111.541	14.183.960

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Saldo em 31/12/2017	Reclassifica- ções (i)	Mais valia CBLSA Efeito retrospectivo (ii)	Saldo em 31/12/2017 Reapresentado	Adições	Deprecia- ções	Transfe- rências (iv)	Baixas	Varição cambial	Saldo aquisição TEAS (iii)	Saldo em 31/12/2018
Depreciação acumulada:											
Edificações	(724.408)	-	-	(724.408)	-	(53.462)	10.046	2.608	26.533	(4.434)	(743.117)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(475.651)	-	-	(475.651)	-	(83.208)	(4.574)	5.398	(7)	-	(558.042)
Máquinas e equipamentos	(2.980.166)	-	-	(2.980.166)	-	(271.867)	1.143	3.449	288.461	(10.229)	(2.969.209)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis	(1.545.806)	-	-	(1.545.806)	-	(162.815)	(7.232)	58.245	-	-	(1.657.608)
claros/lubrificantes	(305.965)	(22.419)	-	(328.384)	-	(88.308)	(2.347)	17.983	-	-	(401.056)
Tanques e vasilhames para GLP	(112.200)	-	-	(112.200)	-	(28.792)	498	15.002	1.842	-	(123.650)
Veículos	(148.575)	-	-	(148.575)	-	(18.482)	(292)	513	11.517	(20)	(155.339)
Móveis e utensílios	(260.859)	-	-	(260.859)	-	(30.659)	2.702	1.819	(1.080)	(6)	(288.083)
Equipamentos de informática	(6.553.630)	(22.419)	-	(6.576.049)	-	(737.593)	(56)	105.017	327.266	(14.689)	(6.896.104)
Provisão para perdas:											
Adiantamento a fornecedores	(83)	-	-	(83)	-	-	-	-	-	-	(83)
Edificações	-	-	-	-	(306)*	-	-	-	-	-	(306)
Terrenos	(104)	-	-	(104)	(723)*	-	-	-	-	-	(827)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(564)	-	-	(564)	(733)	-	-	2	(90)	-	(1.385)
Máquinas e equipamentos	(4.724)	-	-	(4.724)	(1.532)*	-	-	444	(305)	-	(6.117)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis	(169)	-	-	(169)	-	-	-	4	-	-	(165)
claros/lubrificantes	-	-	-	-	(38)*	-	-	-	-	-	(38)
Obras em andamento	(1)	-	-	(1)	(69)*	-	-	-	-	-	(70)
Móveis e utensílios	(5.645)	-	-	(5.645)	(3.401)	-	-	450	(395)	-	(8.991)
Custo líquido	6.607.788	26.740	3.298	6.637.826	1.198.613	(737.593)	742	(36.542)	118.967	96.852	7.278.865

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Custo:	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2016	Reclassificações (i)	Saldo em 01/01/2017	Depreciações		Transfêrências (iv)	Baixas	Variação cambial	Saldo aquisição CBLSA (ii)	Saldo em 31/12/2017
		Saldo em 31/12/2016	Reclassificações (i)	Reapresentado (i)	Adições	Depreciações				Reapresentado (i)	
Terenos	-	520.575	-	520.575	4.319	-	16.039	(969)	4.574	32.104	576.642
Edificações	30	1.440.204	-	1.440.204	10.677	-	95.630	(12.409)	32.998	70.771	1.637.871
Benefícios em imóveis de terceiros	9	796.521	-	796.521	13.819	-	116.698	(14.494)	11	-	912.555
Máquinas e equipamentos	12	4.225.056	-	4.225.056	130.154	-	105.060	(16.069)	277.730	-	4.721.931
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	13	2.429.079	-	2.429.079	131.134	-	78.568	(29.935)	-	120.676	2.729.522
Tanques e vasilhames para GLP	11	619.511	12.467	631.978	96.290	-	(1.149)	(34.263)	-	-	692.856
Veículos	7	271.133	-	271.133	28.428	-	6.948	(21.055)	1.841	-	287.295
Móveis e utensílios	9	204.550	-	204.550	35.078	-	10.775	(834)	10.756	5.584	265.909
Obras em andamento	-	523.285	-	523.285	766.775	-	(386.198)	(4)	10.192	14.950	929.000
Adiantamentos a fornecedores	-	96.423	-	96.423	61.536	-	(48.722)	-	2.930	-	112.167
Importações em andamento	-	58	-	58	1.182	-	(450)	-	(4)	-	786
Equipamentos de informática	5	288.705	-	288.705	42.638	-	3.095	(1.081)	170	19.459	352.986
		11.415.100	12.467	11.427.567	1.322.030	-	(3.706)	(131.113)	341.198	263.544	13.219.520

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Saldo em 31/12/2016	Reclassifica- ções (i)	Saldo em 01/01/2017 Reapresentado	Adições	Depreciações	Transfe- rências (iv)	Baixas	Variação cambial	Saldo aquisição CBL/SA (ii)	Saldo em 31/12/2017 Reapresentado
	(i)	(i)	(i)			(iv)			(ii)	(i)
Depreciação acumulada:										
Edificações	(632.908)	-	(632.908)	-	(46.795)	130	5.535	(28.365)	(22.005)	(724.408)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(412.449)	-	(412.449)	-	(71.660)	(166)	8.624	-	-	(475.651)
Máquinas e equipamentos	(2.474.504)	-	(2.474.504)	-	(258.068)	(139)	10.174	(257.629)	-	(2.980.166)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	(1.383.069)	-	(1.383.069)	-	(144.884)	(29)	26.907	-	(44.731)	(1.545.806)
Tanques e vasilhames para GLP	(276.414)	(4.031)	(280.445)	-	(64.226)	130	16.157	-	-	(328.384)
Veículos	(101.082)	-	(101.082)	-	(21.740)	80	12.365	(1.823)	-	(112.200)
Móveis e utensílios	(120.747)	-	(120.747)	-	(15.128)	(9)	594	(9.275)	(4.010)	(148.575)
Equipamentos de informática	(220.421)	-	(220.421)	-	(24.481)	148	991	(121)	(16.975)	(260.859)
	(5.621.594)	(4.031)	(5.625.625)	-	(646.982)	145	81.347	(297.213)	(87.721)	(6.576.049)
Provisão para perdas:										
Adiantamento a fornecedores	(83)	-	(83)	-	-	-	-	-	-	(83)
Terrenos	(197)	-	(197)	(104)	-	-	197	-	-	(104)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(560)	-	(560)	(10)	-	-	14	(8)	-	(564)
Máquinas e equipamentos	(4.347)	-	(4.347)	(397)	-	-	45	(25)	-	(4.724)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	(336)	-	(336)	-	-	-	167	-	-	(169)
Móveis e utensílios	(1)	-	(1)	-	-	-	-	-	-	(1)
	(5.524)	-	(5.524)	(511)	-	-	423	(33)	-	(5.645)
Custo líquido	5.787.982	8.436	5.796.418	1.321.519	(646.982)	(3.561)	(49.343)	43.952	175.823	6.637.826

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- (i) Vide nota explicativa nº 2.y.
- (ii) Vide nota explicativa nº 3.c.
- (iii) Vide nota explicativa nº 3.d.
- (iv) Refere-se a valores transferidos para o intangível e estoques.

(*) Refere-se ao reconhecimento da provisão ao valor recuperável de ativos da controlada Oxiteno Andina (vide nota explicativa nº 2.s.1.ii), incluído nas rubricas de terrenos o valor de R\$ 680 e em máquinas e equipamentos o valor de R\$ 1.334.

As obras em andamento referem-se substancialmente às ampliações, reformas, construções e modernizações dos parques industriais, terminais, lojas, postos de serviços e bases de distribuição.

Os adiantamentos a fornecedores referem-se basicamente à fabricação sob encomenda de bens para expansão das unidades industriais, terminais, lojas e bases e aquisição de imóveis operacionais.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

14 Intangível (Consolidado)

A composição e movimentação do ativo intangível é demonstrada abaixo:

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2017	Adoção do IFRS 15 e reclassificações (i)		Saldo em 31/12/2017 Reapresentado	Adições	Amortizações	Transfêrências (iv)	Baixas	Variação cambial	Saldo aquisição TE/AS (iii)	Saldo em 31/12/2018
			Mais valia CBLSA (ii)									
Custo:												
Ágio (a)	-	1.578.157	-	-	1.524.291	-	-	-	-	-	797	1.525.088
Software (b)	5	853.079	-	-	853.079	223.964	-	(1.258)	(15.401)	2.053	49	1.062.486
Tecnologia (c)	5	32.617	-	-	32.617	-	-	-	-	-	-	32.617
Direitos de propriedade comercial (d)	10	55.069	-	-	55.069	11.117	-	-	(2.154)	-	-	64.032
Fundo de comércio	8	4.273.379	(4.145.188)	14.478	142.669	690	-	(350)	-	(20)	-	142.989
Marcas (e)	-	113.543	-	-	113.543	-	-	-	-	7.028	-	120.571
Direito de uso de marcas (e)	39	-	-	114.792	114.792	-	-	-	-	-	-	114.792
Outros (f)	10	40.514	-	-	40.514	1.822	-	-	-	945	-	43.281
		<u>6.946.358</u>	<u>(4.145.188)</u>	<u>75.404</u>	<u>2.876.574</u>	<u>237.593</u>	<u>-</u>	<u>(1.608)</u>	<u>(17.555)</u>	<u>10.006</u>	<u>846</u>	<u>3.105.856</u>
Amortização acumulada:												
Software		(456.799)	-	-	(456.799)	-	(79.845)	59	28	(832)	(49)	(537.438)
Tecnologia		(32.541)	-	-	(32.541)	-	(72)	-	-	-	-	(32.613)
Marcas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Direitos de propriedade comercial		(21.292)	-	-	(21.292)	-	(4.679)	-	2.040	-	-	(23.931)
Fundo de comércio		(2.677.057)	2.580.353	-	(96.704)	-	(10.018)	125	-	-	-	(106.597)
Direito de uso de marcas		-	-	-	-	-	(3.182)	-	-	-	-	(3.182)
Outros		(31.196)	-	-	(31.196)	-	(1.538)	-	-	(6)	-	(32.740)
		<u>(3.218.885)</u>	<u>2.580.353</u>	<u>-</u>	<u>(638.532)</u>	<u>-</u>	<u>(99.334)</u>	<u>184</u>	<u>2.068</u>	<u>(838)</u>	<u>(49)</u>	<u>(736.501)</u>
Custo líquido		<u>3.727.473</u>	<u>(1.564.835)</u>	<u>75.404</u>	<u>2.238.042</u>	<u>237.593</u>	<u>(99.334)</u>	<u>(1.424)</u>	<u>(15.487)</u>	<u>9.168</u>	<u>797</u>	<u>2.369.355</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2016	Adoção do IFRS 15 e reclassificações (i)	Saldo em 01/01/2017 Reapresentado (i)	Adições	Amortizações	Transferências (iv)	Baixas	Variação cambial	Saldo aquisição CBLISA (ii)	Saldo em 31/12/2017 Reapresentado (i)	
Custo:												
Ágio (a)	-	1.454.484	-	1.454.484	-	-	-	-	-	69.807	1.524.291	
Software (b)	5	641.691	-	641.691	207.703	-	2.447	(1.193)	2.431	-	853.079	
Tecnologia (c)	5	32.617	-	32.617	-	-	-	-	-	-	32.617	
Direitos de propriedade comercial (d)	10	43.258	-	43.258	13.837	-	(68)	(1.958)	-	-	55.069	
Fundo de comércio	6	3.651.316	(3.525.777)	125.539	-	-	-	-	-	17.130	142.669	
Marcas (e)	-	112.936	-	112.936	-	-	-	-	607	-	113.543	
Direito de uso de marcas (e)	39	-	-	-	-	-	-	-	-	114.792	114.792	
Outros (f)	4	39.172	-	39.172	420	-	-	-	922	-	40.514	
		<u>5.975.474</u>	<u>(3.525.777)</u>	<u>2.449.697</u>	<u>221.960</u>	<u>-</u>	<u>2.379</u>	<u>(3.151)</u>	<u>3.960</u>	<u>201.729</u>	<u>2.876.574</u>	
Amortização acumulada:												
Software		(396.702)	-	(396.702)	-	(59.579)	(5)	1.191	(1.704)	-	(456.799)	
Tecnologia		(32.469)	-	(32.469)	-	(72)	-	-	-	-	(32.541)	
Direitos de propriedade comercial		(19.568)	-	(19.568)	-	(3.689)	8	1.957	-	-	(21.292)	
Fundo de comércio		(2.131.826)	2.045.814	(86.012)	-	-	-	-	-	(10.692)	(96.704)	
Outros		(23.310)	-	(23.310)	-	(7.883)	-	-	(3)	-	(31.196)	
		<u>(2.603.875)</u>	<u>2.045.814</u>	<u>(558.061)</u>	<u>-</u>	<u>(71.223)</u>	<u>3</u>	<u>3.148</u>	<u>(1.707)</u>	<u>(10.692)</u>	<u>(638.532)</u>	
Custo líquido		<u>3.371.599</u>	<u>(1.479.963)</u>	<u>1.891.636</u>	<u>221.960</u>	<u>(71.223)</u>	<u>2.382</u>	<u>(3)</u>	<u>2.253</u>	<u>191.037</u>	<u>2.238.042</u>	

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

(i) Vide nota explicativa nº 2.y.

(ii) Vide nota explicativa nº 3.c.

(iii) Vide nota explicativa nº 3.d.

(iv) Refere-se a valores transferidos para o imobilizado e contas a receber.

As despesas de amortização foram reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017 Reapresentado (i)
Estoques e custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	15.044	2.165
Despesas com vendas e comerciais	8.920	11.689
Despesas gerais e administrativas	75.370	57.369
	<u>99.334</u>	<u>71.223</u>

(i) Vide nota explicativa nº 2.y.

a. Ágio

O saldo líquido remanescente do ágio é testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade e representam as seguintes aquisições:

	Segmento	31/12/2018	31/12/2017
Ágio na aquisição de:			
Extrafarma	Extrafarma	661.553	661.553
Ipiranga ⁽¹⁾	Ipiranga	276.724	276.724
União Terminais	Ultracargo	211.089	211.089
Texaco	Ipiranga	177.759	177.759
CBLSA ⁽²⁾	Ipiranga	69.807	69.807
Oxitenno Uruguay	Oxitenno	44.856	44.856
Temmar	Ultracargo	43.781	43.781
DNP	Ipiranga	24.736	24.736
Repsol	Ultracargo	13.403	13.403
TEAS ⁽³⁾	Ultracargo	797	-
Outros	Oxitenno	583	583
		<u>1.525.088</u>	<u>1.524.291</u>

⁽¹⁾ Inclui R\$ 246.163 na Ultrapar.

⁽²⁾ Vide nota explicativa nº 3.c.

⁽³⁾ Vide nota explicativa nº 3.d.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios dos segmentos da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados. As principais premissas-chaves utilizadas pela Sociedade para o cálculo do valor em uso estão descritas abaixo:

Período de avaliação: a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de cinco anos (exceto segmento Extrafarma), e a partir de então considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. Para o segmento Extrafarma foi utilizado um período de dez anos devido ao prazo de quatro anos para maturidade de novas lojas.

Taxa de desconto e taxa de crescimento real: as taxas de desconto e de crescimento real utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2018 variaram de 8,4% a 13,9% e 0% a 1% a.a., respectivamente, dependendo da UGC analisada.

Receita de vendas, custos e despesas e margem bruta: considera o orçamento de 2019 e o plano estratégico de longo prazo elaborado pela administração e aprovado pelo Conselho de Administração.

O teste de recuperação dos saldos de ágios e ativos líquidos da Sociedade e suas controladas resultou na necessidade de reconhecimento de perda no montante de R\$ 5.565 para a controlada Oxiteno Andina no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (vide nota explicativa nº 2.s.1.ii). O principal motivo para a perda identificada deve-se à conjuntura econômica e política da Venezuela.

A Sociedade efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dado seus impactos importantes nos fluxos de caixas e no valor em uso. Um acréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto ou um decréscimo de 0,5 ponto percentual da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio não resultaria na necessidade de reconhecimento de perda.

b. Software

Inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Sociedade e suas controladas, tais como: sistemas integrados de gestão e controle, administração financeira, comércio exterior, automação industrial, gerenciamento operacional de armazenagem e informações contábeis, entre outros.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Tecnologia

As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste e Oleoquímica registram como tecnologia certos direitos de uso por elas detidos. Tais licenciamentos abrangem a produção de óxido de eteno, etilenoglicóis, etanolaminas, éteres glicólicos, etoxilados, solventes, ácidos graxos de óleos vegetais, álcoois graxos e especialidades químicas, produtos estes que atendem diversos segmentos da economia.

d. Direitos de propriedade comercial

Incluem os descritos a seguir:

- A controlada Tequimar possui contrato com a CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia, que permite a exploração da área na qual está situado o terminal de Aratu por 20 anos, renovável por igual período. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 12.000, o qual está sendo amortizado de agosto de 2002 a julho de 2042.
- A controlada Tequimar possui contrato de arrendamento de área adjacente ao porto de Santos por 20 anos a partir de dezembro de 2002, renovável por igual período, que permite construir, operar e explorar terminal destinado à recepção, tancagem, movimentação e distribuição de granéis líquidos. O preço pago pelo Tequimar foi de R\$ 4.334, o qual está sendo amortizado de agosto de 2005 a dezembro de 2022.
- A controlada Extrafarma realiza pagamentos de luvas para obtenção de certos pontos comerciais para abertura de drogarias, os quais são demonstrados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear considerando os prazos dos contratos de locação. Em eventual desativação das lojas, o valor residual é reconhecido no resultado.

e. Marcas e direito de uso de marcas

Marcas representam os custos de aquisição da marca 'am/pm' no Brasil e da marca Extrafarma, adquirida na combinação de negócios, e direitos de uso das marcas Chevron e Texaco.

f. Outros intangíveis

Referem-se principalmente ao programa de fidelidade Clube Extrafarma.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***15 Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro****a. Composição****a.1 Controladora**

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Índice/ Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 31/12/2018 - % a.a.	Vencimento
Moeda nacional:					
Debêntures – 5ª e 6ª emissão (g.2 e g.7)	<u>1.756.954</u>	<u>817.654</u>	CDI	105,3	2023
Circulante	34.504	817.654			
Não circulante	1.722.450	-			

a.2 Consolidado

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Índice/ Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 31/12/2018 - % a.a.	Vencimento
Moeda estrangeira:					
Notas no mercado externo (b) (*)	2.889.631	2.454.142	US\$	+5,3	2026
Financiamento externo (c.1) (*)	985.268	259.015	US\$	+3,9	2021 a 2023
Instituições financeiras (e)	620.605	330.755	US\$ + LIBOR (1)	+2,1	2019 a 2023
Financiamento externo (c.1) (*)	582.106	788.794	US\$ + LIBOR (1)	+0,9	2022 a 2023
Financiamento externo (c.2)	234.363	298.927	US\$+ LIBOR (1)	+2,0	2020
Instituições financeiras (e)	127.288	106.745	US\$	+2,9	2019 a 2022
Instituições financeiras (e)	27.845	27.048	MX\$ (2)	+9,0	2019
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	11.702	44.515	US\$	+3,2	< 12 dias
Instituições financeiras (e)	3.950	3.382	MX\$+TIIE (2)	+1,5	2019
BNDES (d)	2.596	4.460	US\$	+6,5	2019 a 2020
Adiantamento de Cambiais Entregues	1.485	26.080	US\$	+2,9	< 33 dias
Instituições financeiras (e)	<u>-</u>	<u>593</u>	Bs\$ (7)		
Total moeda estrangeira	<u>5.486.839</u>	<u>4.344.456</u>			

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Índice/ Moeda	Encargos financeiros	Vencimento
				médios ponderados em 31/12/2018 - % a.a.	
Moeda nacional:					
Banco do Brasil pós-fixado (f)	2.614.704	2.794.272	CDI	107,3	2019 a 2022
Debêntures – Ipiranga (g.1, g.3 e g.5)	2.039.743	2.836.741	CDI	105,0	2019 a 2022
Debêntures – CRA (g.4, g.6 e g.8)	2.029.545	1.380.852	CDI	95,8	2022 a 2023
Debêntures – 5ª e 6ª emissão (g.2 e g.7)	1.756.954	817.654	CDI	105,3	2023
Debêntures – CRA (g.4, g.6 e g.8) (*)	833.213	554.402	IPCA	+4,6	2024 a 2025
BNDES (d)	147.922	206.423	TJLP (3)	+2,4	2019 a 2023
FINEP	53.245	32.682	TJLP (3)	+1,5	2019 a 2023
BNDES (d)	51.467	69.422	SELIC (6)	+2,3	2019 a 2023
Cédula de Crédito Bancário	50.075	-	CDI	124,0	2019
Arrendamento mercantil financeiro (i)	46.066	48.515	IGP-M (5)	+5,6	2019 a 2031
FINEP	22.553	35.611	R\$	+4,0	2019 a 2021
Banco do Nordeste do Brasil	15.776	28.136	R\$ (4)	+8,5	2019 a 2021
BNDES (d)	14.071	26.270	R\$	+6,0	2019 a 2022
FINAME	32	56	TJLP (3)	+5,7	2019 a 2022
Nota de crédito à exportação pós-fixada (h)	-	157.749	CDI		
BNDES EXIM	-	62.754	TJLP (3)		
BNDES EXIM	-	30.850	SELIC (6)		
Total moeda nacional	<u>9.675.366</u>	<u>9.082.389</u>			
Total moeda estrangeira e nacional	<u>15.162.205</u>	<u>13.426.845</u>			
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (**)	<u>43.944</u>	<u>163.749</u>			
Total	<u>15.206.149</u>	<u>13.590.594</u>			
Circulante	2.273.997	3.503.675			
Não circulante	12.932.152	10.086.919			

(*) Essas operações foram designadas para *hedge accounting* (vide nota explicativa nº 33.h).

(**) Perdas acumuladas (vide nota explicativa nº 33.g).

- (1) LIBOR = London Interbank Offered Rate.
- (2) MX\$ = peso mexicano; TIIE = taxa mexicana de juros interbancários de equilíbrio.
- (3) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Em 31 de dezembro de 2018, a TJLP estava fixada em 7,03% a.a.
- (4) Contrato vinculado à taxa do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (“FNE”), que tem como objetivo fomentar o desenvolvimento do setor industrial, administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil. Em 31 de dezembro de 2018, a taxa de juros do FNE estava em 10% a.a., sobre a qual incide bônus de adimplência de 15%.
- (5) IGP-M = Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.
- (6) SELIC = Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
- (7) Bs\$ = Bolívar.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro é demonstrada abaixo:

Saldo em 1 de janeiro de 2017	11.214.773
Captações com efeito caixa	4.510.694
Apropriação de juros	925.421
Pagamento de principal/contraprestação de arrendamento mercantil financeiro	(2.467.391)
Pagamento de juros	(769.740)
Variação monetária e cambial	37.937
Variação de valor justo	(24.849)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	13.426.845
Captações com efeito caixa	4.461.112
Apropriação de juros	873.202
Pagamento de principal/contraprestação de arrendamento mercantil financeiro	(3.715.838)
Pagamento de juros	(737.564)
Variação monetária e cambial	804.273
Variação de valor justo	50.175
Saldo em 31 de dezembro de 2018	15.162.205

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	31/12/2018	31/12/2017
De 1 a 2 anos	962.870	1.826.907
De 2 a 3 anos	1.551.083	894.640
De 3 a 4 anos	3.219.451	1.302.450
De 4 a 5 anos	3.431.465	3.016.406
Mais de 5 anos	3.767.283	3.046.516
	12.932.152	10.086.919

Conforme IFRS 9 (CPC 48), os custos de transação e os prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras da Sociedade e suas controladas foram agregados aos respectivos passivos financeiros, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.j.

Para algumas dívidas, a administração contratou instrumentos de proteção à exposição cambial e à taxa de juros (vide nota explicativa nº 33.h).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Notas no mercado externo

Em 6 de outubro de 2016, a controlada Ultrapar International S.A. (“Ultrapar International”) emitiu US\$ 750 milhões em notas no mercado externo com vencimento em outubro de 2026 e encargo financeiro de 5,25% ao ano, pagos semestralmente. O preço da emissão foi de 98,097% do valor de face da nota. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela controlada IPP. A Sociedade designou relações de *hedge* para esta operação (vide nota explicativa nº 33.h.3).

Em decorrência da emissão de notas no mercado externo, a Sociedade e suas controladas, estão sujeitas a certos compromissos, entre eles:

- Restrição de alienação da totalidade ou da quase totalidade dos ativos da Sociedade e das controladas Ultrapar International e IPP.
- Restrição de gravames em ativos superior a US\$ 150 milhões ou 15% do valor dos ativos tangíveis consolidados.

A Sociedade e suas controladas mantêm os níveis de *covenants* requeridos por este empréstimo. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

c. Financiamentos externos

c.1 A controlada IPP possui financiamentos externos no montante de US\$ 395 milhões. A IPP contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos dos financiamentos externos para, na média, 104,4% do CDI. A IPP designou os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo (vide nota explicativa nº 33.h.1), desta forma, tanto os financiamentos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. Os financiamentos externos são garantidos pela Sociedade.

Os financiamentos externos têm seus vencimentos distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	US\$ (milhões)	R\$ (milhões)	Custo em % do CDI
Encargos ⁽¹⁾	9,5	36,8	-
jun/21	100,0	387,5	105,0
jul/21	60,0	232,5	101,8
jul/23	50,0	193,7	104,8
set/23	60,0	232,5	105,0
set/23	65,0	251,9	104,7
nov/23	60,0	232,5	104,5
Total / custo médio	<u>404,5</u>	<u>1.567,4</u>	<u>104,4</u>

⁽¹⁾ Considera juros, custo de transação, marcação a mercado e reconhecimento inicial de *hedge*.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes índices financeiros, apurados com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas:

- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA consolidados, menor ou igual a 3,5.
- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre LAJIDA consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

c.2 A controlada Global Petroleum Products Trading Corporation possui financiamento externo no montante de US\$ 60 milhões, com vencimento em 22 de junho de 2020 e encargo financeiro de LIBOR + 2,0% a.a., pago trimestralmente. A Sociedade, através da controlada Cia. Ultragaz, contratou instrumento de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos financeiros do financiamento externo para 105,9% do CDI. O financiamento externo é garantido pela Sociedade e pela controlada Oxiteno Nordeste.

c.3 A controlada LPG International Inc. possuía financiamento externo no montante de US\$ 30 milhões, com vencimento em dezembro de 2018 e encargo financeiro de LIBOR + 1,85% a.a., pago trimestralmente. O financiamento externo era garantido pela Sociedade e pela controlada IPP. O financiamento externo foi liquidado na data do seu vencimento.

d. BNDES

As controladas possuem financiamentos junto ao BNDES para alguns de seus investimentos realizados e para capital de giro.

Durante a vigência destes contratos, a Sociedade deverá manter os seguintes níveis de capitalização e de liquidez corrente, apurados em balanço anual consolidado auditado:

- nível de capitalização: patrimônio líquido / ativo total igual ou superior a 0,3; e
- nível de liquidez corrente: ativo circulante / passivo circulante igual ou superior a 1,3.

A Sociedade mantém os níveis de *covenants* requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Instituições financeiras

As controladas Oxiteno México S.A. de C.V., Oxiteno USA LLC (“Oxiteno USA”) e Oxiteno Uruguay possuem empréstimos para investimentos e capital de giro.

A controlada Oxiteno USA possui financiamentos com custo médio de LIBOR +2,1% e vencimentos distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	US\$ milhões	R\$ milhões
Encargos ⁽¹⁾	0,2	0,9
ago/19	10,0	38,7
fev/20	10,0	38,7
ago/20	10,0	38,7
set/20	20,0	77,5
fev/21	10,0	38,7
mar/22	30,0	116,2
out/22	40,0	155,0
mar/23	30,0	116,2
Total	<u>160,2</u>	<u>620,6</u>

⁽¹⁾ Considera juros e custo de transação.

Os recursos estão sendo utilizados no financiamento do capital de giro e na construção de uma nova planta de alcoxilação no Texas.

f. Banco do Brasil

A controlada IPP possui empréstimos pós-fixados junto ao Banco do Brasil destinados à comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol).

Os empréstimos têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 31 de dezembro de 2018):

Vencimento	
fev/19	168.419
mai/19	1.432.750
mai/20	337.845
mai/21	337.845
mai/22	<u>337.845</u>
Total	<u>2.614.704</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g. Debêntures

- g.1.** Em janeiro de 2014, a controlada IPP efetuou sua segunda emissão pública de debêntures em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	20 de dezembro de 2018
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	107,9% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

As debêntures foram liquidadas pela controlada IPP na data do seu vencimento.

- g.2.** Em março de 2015, a Sociedade efetuou sua quinta emissão de debêntures, em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 10.000,00
Vencimento final:	16 de março de 2018
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	108,25% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

As debêntures foram liquidadas pela Sociedade na data do seu vencimento.

- g.3.** Em maio de 2016, a controlada IPP efetuou sua quarta emissão pública de debêntures em série única de 500 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
Vencimento final:	25 de maio de 2021
Pagamento do valor nominal:	Anual a partir de maio de 2019
Remuneração:	105,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- g.4.** Em abril de 2017, a controlada IPP efetuou sua quinta emissão de debêntures em duas séries, sendo uma de 660.139 e outra de 352.361 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Eco Consult – Consultoria de Operações Financeiras Agropecuárias Ltda. Os recursos foram destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP.

As debêntures foram posteriormente cedidas e transferidas para Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., a qual adquiriu esses direitos creditórios do agronegócio com o objetivo de vincular a emissão de Certificado de Recebíveis de Agronegócio (CRA). As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Quantidade:	660.139
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	18 de abril de 2022
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	95,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Quantidade:	352.361
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	15 de abril de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,68%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A controlada IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 93,9% do CDI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

- g.5.** Em julho de 2017, a controlada IPP efetuou sua sexta emissão pública de debêntures em série única de 1.500.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	28 de julho de 2022
Pagamento do valor nominal:	Anual a partir de julho de 2021
Remuneração:	105,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- g.6.** Em outubro de 2017, a controlada IPP efetuou sua sétima emissão de debêntures no montante total de R\$ 944.077, em duas séries, sendo uma de 730.384 e outra de 213.693 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Vert Companhia Securitizadora. Os recursos foram destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP.

As debêntures foram posteriormente cedidas e transferidas para Vert Créditos Ltda., a qual adquiriu esses direitos creditórios do agronegócio com o objetivo de vincular a emissão de CRA. A liquidação financeira ocorreu em 1 de novembro de 2017. As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Quantidade:	730.384
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	24 de outubro de 2022
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	95,0% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Quantidade:	213.693
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	24 de outubro de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,34%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 97,3% do CDI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

- g.7.** Em março de 2018, a Sociedade efetuou sua sexta emissão de debêntures, em série única de 1.725.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografia, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	5 de março de 2023
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	105,25% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g.8. Em dezembro de 2018, a controlada IPP efetuou sua oitava emissão de debêntures no montante total de R\$ 900.000, em duas séries, sendo uma de 660.000 e outra de 240.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Vert Companhia Securitizadora. Os recursos estão sendo destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP.

A liquidação financeira ocorreu em 21 de dezembro de 2018. As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Quantidade:	660.000
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	18 de dezembro de 2023
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	97,5% do CDI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Quantidade:	240.000
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	15 de dezembro de 2025
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,61%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 97,1% do CDI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

As debêntures têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 31 de dezembro de 2018).

Vencimento	
mai/19	168.897
mai/20	165.786
mai/21	165.786
abr/22	657.538
jul/22	1.539.274
out/22	727.229
mar/23	1.756.954
dez/23	644.778
abr/24	377.567
out/24	217.861
dez/25	<u>237.785</u>
Total	<u>6.659.455</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h. Nota de crédito à exportação

A nota de crédito à exportação da controlada Oxiteno Nordeste, com vencimento em maio de 2018 e encargo financeiro pós-fixado de 101,5% do CDI pago trimestralmente, foi liquidada na data do seu vencimento.

i. Contratos de arrendamento mercantil financeiro

A controlada Cia. Ultragaz mantém contrato de arrendamento mercantil financeiro relativo à locação de bases de engarrafamento e vasilhames de GLP com vencimento em abril de 2031.

Os valores do imobilizado e do intangível, líquidos de depreciação e amortização, e do passivo correspondentes a esses equipamentos, estão abaixo demonstrados:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imobilizado e intangível, líquidos de depreciação e amortização	13.783	15.732
Financiamento (valor presente)	<u>46.066</u>	<u>48.515</u>
Circulante	2.849	2.710
Não circulante	43.217	45.805

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, estão apresentados abaixo:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Até 1 ano	5.124	5.113
De 1 a 2 anos	5.124	5.113
De 2 a 3 anos	5.124	5.113
De 3 a 4 anos	5.124	5.113
De 4 a 5 anos	5.124	5.113
Mais de 5 anos	<u>37.574</u>	<u>42.611</u>
Total	<u>63.194</u>	<u>68.176</u>

As contraprestações acima incluem os valores de Imposto sobre Serviços (“ISS”), a serem pagos em contraprestações mensais, exceto para os desembolsos referentes às bases de engarrafamento de GLP.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

j. Custos de transação

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor do instrumento financeiro contratado e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva, conforme abaixo:

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 31/12/2017	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 31/12/2018
Debêntures (g)	0,2	44.709	21.308	(9.641)	56.376
Notas no mercado externo (b)	0,0	15.298	-	(1.417)	13.881
Banco do Brasil (f)	0,2	8.065	-	(4.628)	3.437
Financiamentos externos (c)	0,1	1.213	-	(882)	331
Outros	0,2	2.801	366	(735)	2.432
Total		72.086	21.674	(17.303)	76.457

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 01/01/2017	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 31/12/2017
Debêntures (g)	0,2	6.835	42.388	(4.514)	44.709
Notas no mercado externo (b)	0,0	16.612	-	(1.314)	15.298
Banco do Brasil (f)	0,2	12.182	-	(4.117)	8.065
Financiamentos externos (c)	0,2	2.211	563	(1.561)	1.213
Outros	0,2	1.952	1.418	(569)	2.801
Total		39.792	44.369	(12.075)	72.086

O montante a apropriar ao resultado nos próximos exercícios tem a seguinte composição:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Debêntures (g)	13.171	13.298	13.217	10.115	5.255	1.320	56.376
Notas no mercado externo (b)	1.435	1.546	1.632	1.723	1.819	5.726	13.881
Banco do Brasil (f)	2.317	599	385	136	-	-	3.437
Financiamento externo (c)	201	130	-	-	-	-	331
Outros	773	894	445	318	2	-	2.432
Total	17.897	16.467	15.679	12.292	7.076	7.046	76.457

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

k. Garantias

Para os financiamentos são mantidas garantias reais no montante de R\$ 69.822 em 2018 (R\$ 66.337 em 2017) e avais, fianças e notas promissórias no montante de R\$ 10.667.175 em 2018 (R\$ 9.587.971 em 2017).

A Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças de processos judiciais e comerciais no montante de R\$ 271.162 em 2018 (R\$ 237.537 em 2017). Adicionalmente, a Sociedade presta garantias relacionadas ao fornecimento de GLP pela Petrobras no montante de até R\$ 45 milhões. Em 2018, a Sociedade não possuía garantias relacionadas a importação de matéria-prima da controlada IPP (R\$ 81.046 em 2017).

Algumas controladas da Oxiteno emitem garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes (financiamento de “*vendor*”). Caso alguma controlada venha a ser instada a realizar pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. O montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essas garantias é de R\$ 2.750 em 2018 (R\$ 8.224 em 2017), com vencimentos de até 91 dias. Até 31 de dezembro de 2018, as controladas não tiveram perdas relacionadas a essas garantias. O valor justo das garantias outorgadas reconhecido na rubrica “demais contas a pagar” no passivo circulante é de R\$ 68 em 2018 (R\$ 205 em 2017), sendo reconhecido no resultado à medida que os clientes liquidam a sua obrigação com as instituições financeiras.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***16 Fornecedores (Consolidado)**

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores nacionais	2.079.010	1.973.668
Fornecedores nacionais - convênio (i)	73.169	-
Fornecedores estrangeiros	472.597	181.830
Fornecedores estrangeiros - convênio (i)	<u>106.901</u>	<u>-</u>
	<u><u>2.731.677</u></u>	<u><u>2.155.498</u></u>

(i) Fornecedores convênio: Algumas controladas da Sociedade realizaram convênio com instituição financeira, que consiste na antecipação de recebimento dos títulos por parte do fornecedor, no qual a instituição financeira antecipa um determinado montante para o fornecedor e recebe na data de vencimento o montante devido pelas controladas da Sociedade. A decisão de aderir a essa operação é única e exclusivamente do fornecedor. O convênio não altera substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o fornecedor. Assim essas operações são apresentadas na demonstração do fluxo de caixa como fluxo das atividades operacionais.

Algumas controladas da Sociedade adquirem combustíveis e GLP da Petrobras e de suas controladas e eteno da Braskem S.A. Esses fornecedores possuem praticamente a totalidade dos mercados destes produtos no Brasil.

17 Salários e encargos sociais (Consolidado)

	31/12/2018	31/12/2017
Provisões sobre folha de pagamento	186.200	179.120
Participação nos lucros, bônus e prêmios	147.170	125.006
Encargos sociais	67.043	64.524
Outros	<u>27.779</u>	<u>19.468</u>
	<u><u>428.192</u></u>	<u><u>388.118</u></u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

18 Obrigações tributárias (Consolidado)

	31/12/2018	31/12/2017 Reapresentado (i)
ICMS	166.038	128.571
PIS e COFINS	38.055	25.319
ISS	22.339	11.211
IVA das controladas no exterior	21.306	17.992
PERT (*)	-	19.584
Outros	20.267	18.852
	<u>268.005</u>	<u>221.529</u>

(*) Refere-se a débitos fiscais federais da controlada IPP que foram incluídos no Programa Especial de Regularização Tributária.

(i) Vide nota explicativa nº 2.y.

19 Benefícios a empregados e plano de previdência privada (Consolidado)

a. ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar

Em fevereiro de 2001, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida, patrocinado pela Sociedade e suas controladas. Desde agosto de 2001, empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar (“Ultraprev”). Nos termos do plano, a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam, eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal, que varia entre 0,5% e 1,0% sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 25 anos. Assim sendo, a Sociedade e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e prazos de recebimento de aposentadoria. Em 2018, as controladas contribuíram com R\$ 24.323 (R\$ 24.819 em 2017) à Ultraprev, valor contabilizado como despesa no resultado do exercício. O total de empregados vinculados ao plano em 2018 atingiu 8.052 participantes ativos e 279 participantes aposentados. Adicionalmente, a Ultraprev possuía 26 ex-funcionários recebendo benefícios conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Benefícios pós-emprego

As controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”), plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis.

Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente e revisados pela administração em 31 de dezembro de 2018, e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme o IAS 19 R2011 (CPC 33 R2).

	31/12/2018	31/12/2017
Plano de Assistência Médica e Odontológica ⁽¹⁾	112.628	99.767
Indenização do FGTS	83.781	81.831
Gratificação por tempo de serviço	37.397	40.254
Seguro de vida ⁽¹⁾	16.009	15.671
	<u>249.815</u>	<u>237.523</u>
Total		
	<u>249.815</u>	<u>237.523</u>
Circulante	45.655	30.059
Não circulante	204.160	207.464

⁽¹⁾ somente aplicável a IPP e CBLSA.

A movimentação do valor presente da obrigação de benefício pós-emprego está apresentada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	237.523	144.751
Custo dos serviços correntes	6.092	7.664
Custo dos juros	21.466	15.754
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de alterações de hipóteses	7.934	36.120
Benefícios pagos diretamente pela Sociedade e suas controladas	(23.604)	(11.368)
Saldo inicial CBLSA (vide nota explicativa nº 3.c)	-	44.478
Variação cambial de benefício pós-emprego de controladas no exterior	404	124
	<u>404</u>	<u>124</u>
Saldo final	<u>249.815</u>	<u>237.523</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A despesa do exercício está apresentada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Plano de Assistência Médica e Odontológica	9.559	164
Indenização do FGTS	11.159	14.828
Gratificação por tempo de serviço	5.460	6.883
Seguro de vida	1.380	1.543
	<u>27.558</u>	<u>23.418</u>
Total	<u>27.558</u>	<u>23.418</u>

As principais premissas atuariais utilizadas são:

Hipóteses econômicas	31/12/2018	31/12/2017
	% a.a.	%a.a.
Taxa de desconto a valor presente da obrigação atuarial	9,00	9,51
Taxa média nominal de crescimento salarial projetada	7,85	8,38
Taxa de inflação (longo prazo)	4,00	4,50
Taxa de crescimento dos serviços médicos	8,16	8,68

Hipóteses demográficas

Tábua de Mortalidade para seguro de vida – CSO-80

Tábua de Mortalidade demais benefícios – AT 2000 Basic desagravada em 10%

Tábua de Mortalidade de Inválidos – RRB 1983

Tábua de Entrada em Invalidez – Light fraca

Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da provisão para benefício pós-emprego são: taxa de desconto, crescimento salarial e custos médicos. As análises de sensibilidade em 31 de dezembro de 2018 a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período das demonstrações financeiras, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Premissa	Mudança na premissa	Diminuição no passivo	Mudança na premissa	Aumento no passivo
Taxa de desconto	aumento 1,0 p.p.	17.500	diminuição 1,0 p.p.	20.547
Taxa de crescimento salarial	diminuição 1,0 p.p.	2.127	aumento 1,0 p.p.	2.344
Taxa de crescimento dos serviços médicos	diminuição 1,0 p.p.	12.002	aumento 1,0 p.p.	14.201

A análise de sensibilidade apresentada pode não representar a mudança real na obrigação de benefício pós-emprego, uma vez que não é provável que a mudança ocorra nas premissas isoladamente, considerando que algumas dessas premissas podem estar correlacionadas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Riscos inerentes ao benefício pós-emprego

Risco de taxa de juros: para calcular o valor presente do passivo do plano de benefício pós-emprego é utilizada a taxa de juros de longo prazo. Uma redução nessa taxa de juros aumentará o passivo correspondente.

Risco de crescimento salarial: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência os salários dos participantes do plano, projetados pela taxa média nominal de crescimento salarial. Um aumento real do salário dos participantes do plano aumentará o passivo correspondente.

Risco de custos médicos: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência o custo médico por faixa etária com base nas despesas assistenciais reais, projetado com base na taxa de crescimento dos serviços médicos. Um aumento real do custo médico aumentará o passivo correspondente.

20 Provisão para retirada de tanques (Consolidado)

Esta provisão corresponde à obrigação legal de retirar tanques subterrâneos da controlada IPP localizados em postos de sua marca após determinado prazo de utilização (vide nota explicativa nº 2.n).

A tabela a seguir indica a movimentação da provisão para retirada de tanques:

Saldo em 1 de janeiro de 2017	77.564
Adições (novos tanques)	537
Gastos com tanques retirados	(15.432)
Despesa com atualização	2.105
Saldo em 31 de dezembro de 2017	64.774
Adições (novos tanques)	264
Gastos com tanques retirados	(12.752)
Despesa com atualização	2.381
Saldo em 31 de dezembro de 2018	54.667
	<hr/> <hr/>
Circulante	4.382
Não circulante	50.285

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

21 Provisões e contingências (Consolidado)**a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas em andamento tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião dos departamentos jurídicos da Sociedade e de seus assessores legais externos e são estimadas e atualizadas pela administração.

O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

Provisões	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Pagamentos	Atualizações	Saldo em 31/12/2018
IRPJ e CSLL (a.1.1)	515.829	-	-	-	16.512	532.341
PIS e COFINS (a.1.2)	34.927	-	(9.536)	-	880	26.271
ICMS	111.784	1.470	(8.435)	(4.468)	472	100.823
Cíveis, ambientais e regulatórias (a.2.1)	89.296	8.867	(3.490)	(3.780)	39	90.932
Trabalhistas (a.3.1)	82.425	32.430	(109)	(15.497)	1.924	101.173
Outras	91.535	826	(1.806)	-	976	91.531
Total	925.796	43.593	(23.376)	(23.745)	20.803	943.071
Circulante	64.550					77.822
Não circulante	861.246					865.249

Algumas das provisões acima apresentadas possuem no todo, ou em parte, depósitos judiciais a elas relacionados.

A composição dos depósitos judiciais por natureza está demonstrada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Tributários	727.493	659.062
Trabalhistas	69.978	71.074
Cíveis e outros	84.036	92.524
Total – ativo não circulante	881.507	822.660

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a.1 Provisões tributárias e previdenciárias

a.1.1 Em 7 de outubro de 2005, as controladas Cia. Ultragaz e Bahiana ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para realizar a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela SRF, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. Diante da liminar concedida, as controladas realizaram depósitos judiciais cujo saldo atual totaliza R\$ 500.260 em 2018 (R\$ 483.485 em 2017). Em 18 de julho de 2014, foi publicada decisão de 2ª instância desfavorável e as controladas suspenderam os depósitos, voltando a recolher tais tributos. Para reestabelecer o direito à realização dos depósitos, foi apresentada medida cautelar que foi indeferida em 30 de dezembro de 2014, e as controladas recorreram desta decisão em 3 de fevereiro de 2015. Em relação ao mérito, foram apresentados recursos aos respectivos tribunais superiores – Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) e Supremo Tribunal Federal (“STF”) cujo julgamento definitivo encontra-se pendente.

a.1.2 As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste, Cia. Ultragaz, Tequimar, Tropical Transportes Ipiranga Ltda., EMCA, IPP e Extrafarma possuem mandados de segurança objetivando a exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. Em 15 de março de 2017, em sede de repercussão geral, o STF decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. Assim, amparada pelo posicionamento dos seus assessores legais, em 31 de março de 2017, a Oxiteno Nordeste e a IPP reverteram a provisão que havia sido constituída no montante de R\$ 109.463 (vide notas explicativas nº 29 e 30).

A Sociedade ressalta ser possível ao STF restringir os efeitos do julgamento ou decidir que a eficácia seja alcançada a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado. Em que pese o contexto favorável, até que ocorra o efetivo trânsito em julgado da decisão, as causas poderão ser reavaliadas, o que poderá resultar na necessidade de constituição de novas provisões no futuro, exceto para a Oxiteno S.A., cujo trânsito em julgado ocorreu e a controlada reconheceu no resultado o montante de R\$ 291.278 em 31 de dezembro de 2018 (vide notas explicativas nº 29 e 30).

a.2 Provisões cíveis, ambientais e regulatórias

a.2.1 A Sociedade e suas controladas possuem provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, indenizações, bem como para questões ambientais e regulatórias, no montante de R\$ 90.932 em 2018 (R\$ 89.296 em 2017).

a.3 Provisões trabalhistas

a.3.1 A Sociedade e suas controladas mantêm provisão de R\$ 101.173 em 2018 (R\$ 82.425 em 2017) para fazer face a processos de cunho trabalhista, que consistem, basicamente, em ações ajuizadas por empregados e prestadores de serviços, questionando, principalmente, parcelas decorrentes da relação de trabalho e suposto vínculo trabalhista.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Passivos contingentes (possíveis)

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas cujo prognóstico de perda é avaliado como possível (chances de perda maior que 25% e menor ou igual a 50%) pelos departamentos jurídicos da Sociedade e suas controladas, baseado na opinião de seus assessores legais externos e, com base nesta avaliação, não se encontram provisionados nas demonstrações financeiras. O montante estimado relativo aos passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível é R\$ 2.839.219 em 2018 (R\$ 2.576.583 em 2017).

b.1 Passivos contingentes tributários e previdenciários

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza tributária e previdenciária no valor de R\$ 1.941.749 em 2018 (R\$ 1.709.435 em 2017), dos quais se destacam:

b.1.1 A controlada IPP e suas controladas discutem a não homologação de compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”) apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante referente a esta contingência é R\$ 168.391 em 2018 (R\$ 166.003 em 2017).

b.1.2 A controlada IPP e suas controladas possuem processos relacionados ao ICMS cujo valor total envolvido é de R\$ 836.393 em 2018 (R\$ 618.774 em 2017). Decorrem em sua maioria de créditos considerados indevidos no valor de R\$ 318.550 em 2018 (R\$ 307.255 em 2017), dos quais R\$ 126.639 (R\$ 121.891 em 2017) se referem à exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS relacionados às aquisições de álcool hidratado; de suposta falta de recolhimento do imposto no valor de R\$ 125.703 em 2018 (R\$ 113.999 em 2017); de fruição condicionada de incentivo fiscal no valor de R\$ 121.745 em 2018 (inexistente em 2017); e de diferenças de estoque no valor de R\$ 185.512 em 2018 (R\$ 149.171 em 2017) relacionadas às sobras ou faltas ocorridas em função de diferenças de temperatura ou manuseio do produto.

b.1.3 A Sociedade e suas controladas também são parte em ações administrativas e judiciais envolvendo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, substancialmente envolvendo indeferimento de compensações e glosa de créditos no valor de R\$ 674.126 em 2018 (R\$ 645.868 em 2017) dos quais se destaca a seguinte:

b.1.3.1 A controlada IPP recebeu uma autuação fiscal referente a IRPJ e CSLL decorrentes da suposta amortização indevida do ágio pago na aquisição de investimentos, no valor de R\$ 193.771 em 2018 (R\$ 187.027 em 2017), que inclui o montante dos tributos, juros e penalidade. A administração avaliou como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.2 Passivos contingentes cíveis, ambientais e regulatórias

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza cível, ambiental e regulatória no valor de R\$ 624.457 totalizando 3.520 processos em 2018 (R\$ 593.437 totalizando 2.783 processos em 2017), dos quais se destacam:

- b.2.1** A controlada Cia. Ultragaz respondeu a processo administrativo junto ao CADE, sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa em valor atualizado de R\$ 32.983 em 2018 (R\$ 32.315 em 2017). Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial.
- b.2.2** Em 2016, a controlada Cia. Ultragaz tornou-se parte em dois processos administrativos junto ao CADE, relativos a alegações de práticas anticompetitivas: i) um dos processos trata de supostas práticas na Paraíba e outros Estados do Nordeste, e nele a controlada Bahiana é parte juntamente com a Cia. Ultragaz. Neste processo, a Cia. Ultragaz e a Bahiana firmaram Termo de Compromisso de Cessação (“TCC”) com o CADE, homologado em 22 de novembro de 2017, no valor de R\$ 95.987, a ser pago em 8 (oito) parcelas iguais atualizadas pela SELIC, de periodicidade semestral, com vencimento da primeira em 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação da homologação. Três funcionários e um ex-funcionário celebraram TCC no valor total de R\$ 1.100. Com a celebração do TCC, o processo administrativo ficará suspenso em relação à Cia. Ultragaz e à Bahiana até seu julgamento final; ii) o segundo processo trata de supostas práticas no Distrito Federal e entorno, e nele apenas a Cia. Ultragaz é parte. Neste processo, a Cia. Ultragaz também firmou TCC com o CADE, homologado em 6 de setembro de 2017, no valor de R\$ 2.154, pago em uma única parcela em 8 de março de 2018. Dois ex-funcionários celebraram TCC no valor de R\$ 50 cada um. Com a celebração do TCC, o processo administrativo ficará suspenso em relação à Cia. Ultragaz até seu julgamento final.
- b.2.3** A controlada IPP é parte em dois processos administrativos perante o CADE baseados em supostas práticas anticompetitivas no município de Joinville em Santa Catarina e na região metropolitana de Belo Horizonte em Minas Gerais. Em 31 de dezembro de 2018, não havia sido aplicada qualquer multa decorrente dos referidos processos administrativos. Suportada na opinião dos advogados externos, que classificam a probabilidade de perda como remota, a administração não reconheceu provisão para essas contingências em 2018.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.2.4 Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer técnico pelo Centro de Apoio Operacional à Execução – CAEX, órgão vinculado ao Ministério Público Estadual de São Paulo (“MPE”), apresentando proposta de cálculo de indenização para os supostos danos ambientais decorrentes do incêndio ocorrido em 2 de abril de 2015 no Terminal de Santos da controlada Tequimar. O trabalho não possui efeito vinculante, caráter condenatório ou sancionatório e ainda será avaliado pelas autoridades e partes envolvidas. A controlada discorda da metodologia e das premissas adotadas na proposta e está negociando acordo com o MPE e Ministério Público Federal (“MPF”), não havendo, neste momento, no âmbito cível, ação ajuizada a respeito do assunto. As negociações estão direcionadas à reparação *in natura* dos eventuais danos. Caso as negociações com o MPE e MPF sejam concluídas de maneira desfavorável para as partes envolvidas, os desembolsos correspondentes ao custo dos projetos poderão afetar as demonstrações financeiras da Sociedade futuramente, em adição aos valores já reconhecidos. No âmbito criminal, o MPF ofereceu denúncia em face da controlada Tequimar, que foi citada e apresentou resposta à denúncia em 19 de junho de 2018. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018 existem passivos contingentes não reconhecidos referentes à ações judiciais e pleitos extrajudiciais no montante de R\$ 62.930 e R\$ 3.426 (R\$ 88.075 e R\$ 25.852 em 31 de dezembro de 2017), respectivamente. Para maiores informações vide nota explicativa nº 22.

b.3 Passivos contingentes trabalhistas

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza trabalhista no valor de R\$ 273.013 totalizando 1.726 processos em 2018 (R\$ 273.711 totalizando 1.899 processos em 2017), dos quais destaca-se:

b.3.1 O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas (Sindiquímica), ao qual são filiados os empregados de controladas situadas no Polo Petroquímico de Camaçari, Oxiteno Nordeste e EMCA, ajuizou, em 1990, ações individuais contra as controladas, pleiteando o cumprimento da cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho, que previa reajuste salarial, em detrimento das políticas salariais efetivamente praticadas. No mesmo ano houve também o ajuizamento da ação coletiva de natureza declaratória pelo Sindicato Patronal (SINPEQ), contra o Sindiquímica, com pedido de reconhecimento de perda de eficácia da mesma cláusula quarta. As ações individuais, que já transitaram em julgado, foram julgadas de forma favorável às controladas Oxiteno Nordeste e EMCA e a ação coletiva permanece aguardando julgamento no STF. Em 2010, algumas empresas do Polo de Camaçari firmaram acordo com o Sindiquímica e noticiaram o fato na ação coletiva em trâmite no STF. Em outubro de 2015, o Sindiquímica ajuizou ações de cumprimento em face de todas as empresas que não celebraram acordo, entre elas a Oxiteno Nordeste e a EMCA. As decisões de 1ª instância foram favoráveis às empresas, e estão aguardando julgamento do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. Além das ações coletivas, ações individuais contendo o mesmo objeto têm sido ajuizadas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Operação de lubrificantes entre IPP e Chevron

No processo da transação da operação de lubrificantes no Brasil entre a Chevron e a controlada IPP (vide nota explicativa nº 3.c), ficou acordado que cada acionista fica responsável por quaisquer demandas decorrentes de atos, fatos ou omissões antes da transação. As provisões de responsabilidade do acionista Chevron no montante de R\$ 3.609 (R\$ 3.452 em 2017) estão refletidas na consolidação dessas demonstrações financeiras, bem como os passivos contingentes identificados na data de aquisição, cuja provisão no montante de R\$ 198.900 foi reconhecida na combinação de negócio em 1 de dezembro de 2017, com saldo de R\$ 191.110 em 31 de dezembro de 2018. Os montantes de provisões e passivos contingentes reconhecidos na combinação de negócios e de responsabilidade da acionista Chevron serão ressarcidos à controlada Iconic em caso de perdas, sendo constituído dessa forma um ativo de indenização no mesmo montante sem necessidade de constituir provisão para valores incobráveis.

22 Contas a pagar - indenização a clientes

Em abril de 2015 ocorreu um incêndio nas instalações operadas pela Ultracargo em Santos, que atingiu seis tanques, representativos de 4% da capacidade total da controlada em 31 de dezembro de 2014. O acidente e seus impactos foram investigados pelas Polícias Civil e Federal, que concluíram não ser possível determinar a causa origem do acidente e tão pouco individualizar conduta ativa ou passiva relacionada à causa, não havendo imputação penal de qualquer indivíduo ou da controlada, por ambas as autoridades. Não obstante, o MPF ofereceu denúncia em face da controlada Tequimar, que foi citada e apresentou resposta à denúncia em 19 de junho de 2018.

Dos 150 mil m³ que estavam paralisados, em junho de 2017, foram obtidas as licenças necessárias para a volta da operação do equivalente a 67,5 mil m³. A tancagem remanescente permanece paralisada e em processo de recuperação para posterior licenciamento e início da operação.

O saldo remanescente de indenizações a clientes e terceiros está demonstrado abaixo:

Saldo em 1 de janeiro de 2017	99.863
Adições	13.096
Baixas	(2.434)
Pagamentos	(38.309)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	72.216
Adições	21.757
Baixas	(25.986)
Pagamentos	(64.486)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.501

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

23 Receita diferida (Consolidado)

As controladas da Sociedade têm reconhecidas as seguintes receitas diferidas:

	31/12/2018	31/12/2017
Taxa inicial de franquia <i>am/pm</i> e <i>Jet Oil</i> (a)	18.668	19.537
Programa de fidelidade Km de Vantagens (b)	18.465	9.134
Programa de fidelidade Clube Extrafarma (b)	1.289	2.638
	<u>38.422</u>	<u>31.309</u>
Circulante	26.572	18.413
Não circulante	11.850	12.896

a. Taxa inicial de franquia

A *am/pm* é a rede de lojas de conveniências dos postos Ipiranga, que em 2018 eram representadas por 2.493 lojas (2.414 lojas em 2017). A *Jet Oil* é a rede especializada em troca de óleo e serviços automotivos dos postos Ipiranga, que em 2018 eram representadas por 1.772 lojas (1.735 lojas em 2017).

b. Programas de fidelidade

A controlada IPP possui um programa de fidelidade chamado Km de Vantagens (www.kmdevantagens.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos quando estes compram produtos nos postos Ipiranga ou em seus parceiros. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de um ano, por descontos em produtos e serviços oferecidos pela Ipiranga e pelos seus parceiros. Os pontos recebidos por clientes da Ipiranga e passíveis de utilização no parceiro Multiplus Fidelidade e por descontos no posto virtual da Ipiranga na internet (www.postoipiranganaweb.com.br) são reconhecidos como redutor da receita de vendas.

A controlada Extrafarma possui um programa de fidelidade chamado Clube Extrafarma (www.clubeextrafarma.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos obtidos na compra de produtos em sua rede de drogarias. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de seis meses, por descontos em produtos na rede de drogarias, recarga de crédito em telefonia celular e prêmios oferecidos pelos parceiros Multiplus Fidelidade e Ipiranga, por meio do Km de Vantagens. Os pontos recebidos por clientes da Extrafarma são reconhecidos como redutor da receita de vendas.

A receita diferida é estimada com base no valor justo dos pontos emitidos, que leva em consideração o valor dos prêmios e a expectativa de resgate desses pontos.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

24 Bônus de subscrição – indenização

Em virtude da associação entre a Sociedade e a Extrafarma em 31 de janeiro de 2014, foram emitidos 7 bônus de subscrição – indenização, correspondentes a até 3.205.622 ações da Sociedade. Os bônus de subscrição - indenização poderão ser exercidos a partir de 2020 pelos ex-acionistas de Extrafarma e são ajustados conforme as variações dos montantes de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Os bônus de subscrição – indenização foram valorizados conforme o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) e reduzidos pelo *dividend yield* até 2020, uma vez que o seu exercício somente é possível a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. Em 31 de dezembro de 2018, os bônus de subscrição - indenização eram representados por 2.412.119 ações e totalizavam R\$ 123.095 (2.415.848 ações que totalizavam R\$ 171.459 em 31 de dezembro de 2017). Devido à decisão desfavorável definitiva de alguns desses processos, em 31 de dezembro de 2018 o número máximo de ações que poderão ser emitidas no futuro referentes aos bônus de subscrição - indenização é de até 2.988.158 (3.035.499 ações em 31 de dezembro de 2017).

25 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado estava representado por 556.405.096 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo vedadas as emissões de ações preferenciais e de partes beneficiárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O preço das ações de emissão da Sociedade na B3 em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 53,20.

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade estava autorizada a aumentar o capital social até o limite de 800.000.000 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2018, estavam em circulação no exterior 27.862.987 ações ordinárias na forma de ADRs (28.935.260 ações em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Instrumento patrimonial outorgado

A Sociedade possui plano de incentivo baseado em ações, que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria (vide nota explicativa nº 8.c).

c. Ações em tesouraria

A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos das Instruções CVM 10, de 14 de fevereiro de 1980, e 268, de 13 de novembro de 1997.

Em 31 de dezembro de 2018, 13.390.149 ações ordinárias (13.041.356 ações em 31 de dezembro de 2017) eram mantidas em tesouraria pela Sociedade, adquiridas ao custo médio de R\$ 36,25 (R\$ 36,98 em 31 de dezembro de 2017).

d. Reserva de capital

A reserva de capital reflete o ganho com a alienação de ações a preço de mercado para concessão de usufruto a executivos das controladas da Sociedade, conforme mencionado na nota explicativa nº 8.c.

Por conta da associação com a Extrafarma ocorrida em 2014, houve um aumento da reserva de capital no montante de R\$ 498.812, devido à diferença do valor atribuído ao capital social e o valor de mercado da ação da Ultrapar na data da emissão, deduzido de R\$ 2.260 de custos na emissão dessas ações.

e. Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação, constituída anteriormente à adoção das normas internacionais de contabilidade (CPC/IFRS) instituídas pela Lei 11.638/07, reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários constituídos por essas controladas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f. Reservas de lucros

f.1 Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade destina 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou para absorção de prejuízos, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

f.2 Reserva de retenção de lucros

Constituída em exercícios anteriores e destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente em expansão, produtividade e qualidade, aquisições e novos investimentos, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. A reserva foi totalmente incorporada ao capital social por deliberação da AGOE de 19 de abril de 2017.

f.3 Reserva estatutária para investimentos

Constituída em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 55.c) do Estatuto Social com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Sociedade, permitindo a realização de novos investimentos. Como previsto no estatuto, a Sociedade pode alocar até 45% do lucro líquido anual à reserva estatutária para investimentos, até esta atingir o limite de 100% do capital social.

A reserva estatutária para investimentos é livre para distribuição aos acionistas e totalizava R\$ 3.412.427 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 3.000.707 em 31 de dezembro de 2017-reapresentado).

g. Ajustes de avaliação patrimonial e ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

g.1 Ajustes de avaliação patrimonial

- (i) Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego, apurados em avaliação conduzida por atuário independente, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.
- (ii) Os ganhos e perdas com os instrumentos de proteção de taxa de câmbio referentes a compromissos firmes e transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados como custo inicial do ativo não financeiro.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- (iii) As diferenças entre o valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através de outros resultados abrangentes e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e das variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra a liquidação da aplicação financeira.
- (iv) A Sociedade também reconhece nesta rubrica o efeito das mudanças na participação de não controladores em controladas que não resultam na perda de controle. Esse valor correspondente à diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tenha sido ajustada e o valor justo da contraprestação recebida ou paga e representa uma transação com acionistas.

A composição e movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial da Controladora são demonstradas conforme a seguir:

	Ajustes de avaliação patrimonial				Total
	Valor justo dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa	Valor justo de aplicações financeiras	Ganhos/ (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego	Mudança de participação de não controladores	
Em 1 de janeiro de 2017	(26.883)	-	2.896	-	(23.987)
Variação de valor justo dos instrumentos de hedge	(2.550)	-	-	-	(2.550)
IRPJ e CSLL sobre valor justo	2.069	-	-	-	2.069
Diferença entre o valor justo da contraprestação recebida ou paga e a variação na participação dos não controladores	-	-	-	197.369	197.369
Perdas atuariais em benefícios pós-emprego	-	-	(27.658)	-	(27.658)
IRPJ e CSLL sobre perdas atuariais	-	-	9.581	-	9.581
Em 31 de dezembro de 2017	(27.364)	-	(15.181)	197.369	154.824
Variação de valor justo dos instrumentos financeiros	(326.030)	(273)	-	-	(326.303)
IRPJ e CSLL sobre valor justo	110.058	-	-	-	110.058
Perdas atuariais em benefícios pós-emprego	-	-	(2.810)	-	(2.810)
IRPJ e CSLL sobre perdas atuariais	-	-	242	-	242
Em 31 de dezembro de 2018	(243.336)	(273)	(17.749)	197.369	(63.989)

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g.2 Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

A variação de taxas de câmbio sobre os ativos, passivos e resultados de controladas no exterior com moeda funcional diferente da moeda funcional da Sociedade e administração própria (vide nota explicativa nº 2.s.1) e a variação de taxas de câmbio sobre notas no mercado externo (vide nota explicativa nº 33.h.3.) é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

A composição e movimentação dos ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira da Controladora são demonstradas conforme a seguir:

	Ajustes acumulados de conversão
Em 1 de janeiro de 2017	7.519
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, líquido de IRPJ e CSLL	<u>45.542</u>
Em 31 de dezembro de 2017	53.061
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, líquido de IRPJ e CSLL	12.796
Em 31 de dezembro de 2018	<u>65.857</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h. Dividendos e destinação do resultado do exercício

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Os dividendos propostos em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 489.027 (R\$ 0,90 – noventa centavos de Real por ação), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 21 de fevereiro de 2018, e pagos a partir de 12 de março de 2018. Em 1 de agosto de 2018, o Conselho de Administração deliberou antecipação dos dividendos de 2018, no montante de R\$ 304.241 (R\$ 0,56 – cinquenta e seis centavos de Real por ação), pagos a partir de 20 de agosto de 2018. Os dividendos propostos a pagar em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 380.324 (R\$ 0,70 – setenta centavos de Real por ação), foram aprovados pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2019, e serão pagos a partir de 13 de março de 2019.

	31/12/2018
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Ultrapar	<u>1.150.421</u>
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	575.210
Dividendos intermediários pagos - R\$ 0,56 por ação	<u>(304.241)</u>
Dividendos mínimos a pagar – Passivo circulante	270.969
Dividendos propostos a pagar adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios – Patrimônio líquido	<u>109.355</u>
Dividendos propostos a pagar - R\$ 0,70 por ação	380.324
Reserva legal (5% do lucro líquido)	57.521
Reserva estatutária para investimentos	408.335

26 Receita de vendas e de serviços prestados (Consolidado)

	31/12/2018	31/12/2017 Reapresentado (i)
Receita de vendas bruta	94.693.178	82.121.646
Receita de serviços prestados bruta	750.791	728.590
Impostos sobre vendas	(3.027.597)	(2.237.203)
Devoluções e abatimentos	(1.342.799)	(927.557)
Amortização dos ativos de contrato (vide nota explicativa nº 11)	(371.825)	(463.049)
Receita diferida (vide nota explicativa nº 23)	<u>(3.765)</u>	<u>7.587</u>
Receita líquida de vendas e serviços	<u><u>90.697.983</u></u>	<u><u>79.230.014</u></u>

(i) Vide nota explicativa nº 2.y.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

27 Despesas por natureza (Consolidado)

A Sociedade apresenta a demonstração do resultado consolidado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	31/12/2018	31/12/2017 Reapresentado (i)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	83.116.950	71.217.345
Gastos com pessoal	2.513.586	2.231.556
Fretes e armazenagens	1.178.990	1.117.467
Depreciação e amortização	812.489	704.544
Propaganda e marketing	173.988	192.441
Serviços prestados por terceiros	328.361	351.227
Aluguel de imóveis e equipamentos	253.695	196.970
Outras despesas	456.015	482.840
Total	88.834.074	76.494.390
Classificado como:		
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	84.537.368	72.431.473
Despesas com vendas e comerciais	2.670.867	2.486.389
Despesas gerais e administrativas	1.625.839	1.576.528
Total	88.834.074	76.494.390

(i) Vide nota explicativa nº 2.y.

28 Resultado na venda de bens (Consolidado)

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. O resultado foi uma perda de R\$ 22.088 em 2018 (perda de R\$ 2.242 em 2017) representado principalmente pelo resultado da venda de ativo imobilizado.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***29 Outros resultados operacionais, líquidos (Consolidado)**

	31/12/2018	31/12/2017
Parceria comercial ⁽¹⁾	53.671	52.731
Merchandising ⁽²⁾	52.092	53.870
Programa de fidelidade ⁽³⁾	25.682	26.419
Sinistro Ultracargo – incêndio em Santos ⁽⁴⁾	(4.951)	(39.080)
Créditos extraordinários de PIS e COFINS - exclusão do ICMS na base de cálculo (vide nota explicativa nº 21.a.1.2)	172.087	49.152
Créditos extraordinários de PIS e COFINS – importação – exclusão do ICMS na base de cálculo (vide nota explicativa nº 7.a.2)	35.951	-
TCC – Cia Ultragas e Bahiana ⁽⁵⁾	-	(85.819)
Multa por aquisição de empresa não efetivada ⁽⁶⁾	(286.160)	-
Outros	<u>9.161</u>	<u>2.087</u>
Outros resultados operacionais, líquidos	<u><u>57.533</u></u>	<u><u>59.360</u></u>

⁽¹⁾ Refere-se a contratos com prestadores de serviços e fornecedores que estabelecem acordos comerciais para as lojas de conveniência e postos de combustíveis.

⁽²⁾ Refere-se a contratos com fornecedores de produtos das lojas de conveniência, onde são estabelecidos, dentre outros acordos, campanhas promocionais.

⁽³⁾ Refere-se a venda de km de vantagens para parceiros do programa de fidelidade, sendo a receita reconhecida no momento em que os parceiros concedem os pontos aos seus clientes.

⁽⁴⁾ Para maiores informações sobre o sinistro da Ultracargo vide notas explicativas nº 21.b.2.4 e 22.

⁽⁵⁾ Para maiores informações sobre o TCC das controladas Cia. Ultragas e Bahiana vide notas explicativas nº 21.b.2.2 e 30.

⁽⁶⁾ Para maiores informações sobre a multa vide nota explicativa nº 3.e.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)***30 Resultado financeiro**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	101.653	95.218	328.625	475.460
Juros de clientes	-	-	135.514	105.773
Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 24)	44.484	-	44.484	-
Juros Selic sobre créditos de PIS e COFINS (vide notas explicativas nº 7.a.2 e 21.a.1.2)	-	-	168.564	-
Outras receitas	-	-	4.048	3.868
	<u>146.137</u>	<u>95.218</u>	<u>681.235</u>	<u>585.101</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	-	-	(440.641)	(672.102)
Juros sobre debêntures	(105.424)	(85.309)	(441.394)	(385.009)
Juros sobre arrendamento mercantil financeiro	-	-	(2.670)	(4.991)
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	(14.476)	(2.620)	(92.558)	(91.614)
Variações cambiais, líquidas de resultado de instrumentos de proteção	-	-	172.701	72.869
Reversão de provisão – ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (vide nota explicativa nº 21.a.1.2)	-	-	-	43.411
Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 24)	-	(20.360)	-	(20.360)
Atualização TCC – Bahiana (vide notas explicativas nº 21.b.2.2 e 29)	-	-	-	(13.509)
Atualizações de provisões, líquidas, e outras despesas	-	588	9.791	11.908
	<u>(119.900)</u>	<u>(107.701)</u>	<u>(794.771)</u>	<u>(1.059.397)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>26.237</u>	<u>(12.483)</u>	<u>(113.536)</u>	<u>(474.296)</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

31 Lucro por ação (Controladora e Consolidado)

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação. A Sociedade possui plano de remuneração em ações e bônus de subscrição, conforme mencionados nas notas explicativas nº 8.c e 24, respectivamente.

Lucro básico por ação	31/12/2018	31/12/2017
		Reapresentado (i)
Lucro líquido da Sociedade	1.150.421	1.526.505
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	542.064	541.813
Lucro básico por ação - R\$	2,1223	2,8169
 Lucro diluído por ação		
Lucro líquido da Sociedade	1.150.421	1.526.505
Média ponderada das ações em circulação (em milhares), incluindo os efeitos de diluição	545.667	545.740
Lucro diluído por ação - R\$	2,1083	2,7968
 Média ponderada das ações (em milhares)		
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação	542.064	541.813
Efeito da diluição		
Bônus de subscrição	2.302	2.395
Plano de ações	1.301	1.532
	<hr/>	<hr/>
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído por ação	<hr/> <u>545.667</u>	<hr/> <u>545.740</u>

(i) Vide nota explicativa nº 2.y.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

32 Informações por segmento

A Sociedade possui cinco segmentos de negócios relevantes: distribuição de gás, distribuição de combustíveis, químico, armazenagem e drogarias. O segmento de distribuição de gás (Ultragaz) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. O segmento de distribuição de combustíveis (Ipiranga) opera na distribuição e venda de gasolina, etanol, diesel, óleo combustível, querosene, gás natural para veículos, lubrificantes e atividades relacionadas, em todo território nacional. O segmento químico (Oxiten) produz óxido de eteno e seus principais derivados e álcoois graxos, que são matérias-primas para os segmentos de cosméticos e detergentes, agroquímicos, e de tintas e vernizes, entre outros. O segmento de armazenagem (Ultracargo) opera terminais para granéis líquidos, principalmente nas Regiões Sudeste e Nordeste do País. O segmento de drogarias (Extrafarma) comercializa medicamentos e produtos de higiene pessoal, beleza e cosméticos, no varejo e no atacado, principalmente por meio de rede própria de drogarias estabelecidas nas Regiões Norte, Nordeste e Sudeste do País. Os segmentos apresentados nas demonstrações financeiras são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

a. Informações financeiras relativas aos segmentos

As principais informações financeiras sobre cada um dos segmentos da Sociedade podem ser assim demonstradas:

	31/12/2018	31/12/2017
		Reapresentado (i)
Receita líquida de vendas e serviços:		
Ultragaz	7.043.246	6.071.002
Ipiranga	76.477.640	66.950.501
Oxiten	4.748.428	3.959.416
Ultracargo	493.649	438.360
Extrafarma	2.027.988	1.868.919
	<u>90.790.951</u>	<u>79.288.198</u>
Outros ⁽¹⁾	46.937	50.752
Vendas entre segmentos	(139.905)	(108.936)
Total	<u>90.697.983</u>	<u>79.230.014</u>
Vendas entre segmentos:		
Ultragaz	2.879	2.178
Ipiranga	2.919	1.003
Oxiten	6.325	919
Ultracargo	82.573	54.174
Extrafarma	-	-
	<u>94.696</u>	<u>58.274</u>
Outros ⁽¹⁾	45.209	50.662
Total	<u>139.905</u>	<u>108.936</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	31/12/2018	31/12/2017
		Reapresentado (i)
Receita líquida de vendas e serviços, excluindo vendas entre segmentos:		
Ultragaz	7.040.367	6.068.824
Ipiranga	76.474.721	66.949.498
Oxiten	4.742.103	3.958.497
Ultracargo	411.076	384.186
Extrafarma	2.027.988	1.868.919
	<u>90.696.255</u>	<u>79.229.924</u>
Outros ⁽¹⁾	1.728	90
Total	<u>90.697.983</u>	<u>79.230.014</u>
Lucro (prejuízo) operacional:		
Ultragaz	35.567	255.935
Ipiranga	1.396.574	2.357.125
Oxiten	457.128	141.350
Ultracargo	124.720	75.042
Extrafarma	(118.329)	(37.721)
	<u>1.895.660</u>	<u>2.791.731</u>
Outros ⁽¹⁾	3.694	1.011
Total	<u>1.899.354</u>	<u>2.792.742</u>
Equivalência patrimonial de empreendimentos controlados em conjunto e coligadas:		
Ultragaz	12	1.245
Ipiranga	(18.169)	(19.777)
Oxiten	880	1.417
Ultracargo	1.350	1.578
	<u>(15.927)</u>	<u>(15.537)</u>
Outros ⁽¹⁾	1.148	36.210
Total	<u>(14.779)</u>	<u>20.673</u>
Lucro antes do resultado financeiro, do imposto de renda e da contribuição social	1.884.575	2.813.415
Resultado financeiro, líquido	<u>(113.536)</u>	<u>(474.296)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>1.771.039</u>	<u>2.339.119</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	31/12/2018	31/12/2017
		Reapresentado (i)
Adições ao imobilizado e intangível (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragaz	245.069	244.187
Ipiranga	417.519	536.936
Oxiten	473.026	466.967
Ultracargo	167.034	105.028
Extrafarma	118.577	171.183
	<u>1.421.225</u>	<u>1.524.301</u>
Outros ⁽¹⁾	18.382	22.626
Total de adições ao imobilizado e intangível (vide notas explicativas nº 13 e 14)	1.439.607	1.546.927
Provisão para retirada de tanques (vide nota explicativa nº 20)	(264)	(537)
Juros capitalizados	<u>(23.438)</u>	<u>(22.243)</u>
Total de investimentos em imobilizado e intangível (fluxo de caixa)	<u>1.415.905</u>	<u>1.524.147</u>
Pagamento de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (vide nota explicativa nº 11):		
Ipiranga	<u>390.177</u>	<u>529.732</u>
Depreciação e amortização no resultado:		
Ultragaz	222.527	182.833
Ipiranga	283.426	245.424
Oxiten	167.357	153.110
Ultracargo	52.414	47.669
Extrafarma	71.552	60.856
	<u>797.276</u>	<u>689.892</u>
Outros ⁽¹⁾	15.213	14.652
Total	<u>812.489</u>	<u>704.544</u>
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (vide nota explicativa nº 11):		
Ipiranga	<u>371.825</u>	<u>463.049</u>
	31/12/2018	31/12/2017
		Reapresentado (i)
Ativos totais (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragaz	2.719.425	2.408.600
Ipiranga	15.381.887	15.388.646
Oxiten	7.452.331	6.557.456
Ultracargo	1.478.697	1.394.083
Extrafarma	2.107.901	1.948.808
	<u>29.140.241</u>	<u>27.697.593</u>
Outros ⁽¹⁾	1.359.154	586.753
Total	<u>30.499.395</u>	<u>28.284.346</u>

⁽¹⁾ A linha "Outros" é formada pela controladora Ultrapar (incluindo ágio de certas aquisições) e pelas controladas Serma - Associação dos Usuários de Equipamentos de Processamento de Dados e Serviços Correlatos ("Serma") e Imaven Imóveis Ltda.

(i) Vide nota explicativa nº 2.y.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Informações relativas à área geográfica

Os ativos imobilizados e intangíveis da Sociedade e suas controladas estão localizados no Brasil, exceto aqueles referentes às plantas da Oxiteno no exterior, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Estados Unidos (*)	857.049	511.912
México	124.037	109.034
Uruguai	72.345	65.876
Venezuela (**)	2.427	22.480
	<u>1.055.858</u>	<u>709.302</u>

(*) O aumento refere-se à construção da nova planta em Pasadena, Texas.

(**) A redução deve-se aos efeitos da adoção do Bolívar Soberano (vide nota explicativa nº 2.s.1.ii).

As controladas geram receitas em suas operações no Brasil, nos Estados Unidos, no México, no Uruguai e na Venezuela, bem como através da exportação de produtos a clientes estrangeiros, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
		Reapresentado (i)
Receita líquida das vendas:		
Brasil	89.183.342	77.986.363
México	207.615	190.205
Uruguai	48.096	33.873
Venezuela	68.877	54.788
Outros países da América Latina	425.973	427.875
Estados Unidos e Canadá	465.840	292.709
Extremo Oriente	96.394	72.469
Europa	138.347	119.097
Outros	63.499	52.635
Total	<u>90.697.983</u>	<u>79.230.014</u>

(i) Vide nota explicativa nº 2.y.

As vendas para o mercado externo são realizadas substancialmente pelo segmento Oxiteno.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

33 Riscos e instrumentos financeiros (Consolidado)

a. Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança

Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Sociedade possui uma política de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu Conselho de Administração (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de moedas, juros, crédito e seleção de instrumentos financeiros. A governança da gestão dos riscos e instrumentos financeiros segue a segregação de responsabilidades abaixo:

- A execução da gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros é feita pela diretoria financeira, através da tesouraria, com acompanhamento das áreas fiscal e contábil.
- A supervisão e monitoramento do cumprimento dos princípios, diretrizes e parâmetros da Política é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras, composto por membros da Diretoria Executiva da Sociedade (“Comitê”). O Comitê se reúne regularmente e tem como atribuições, entre outras, a discussão e acompanhamento das estratégias financeiras, das exposições existentes e das operações relevantes que envolvam aplicação, captação de recursos ou mitigação de riscos. O Comitê monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento.
- As alterações da Política ou revisões dos seus parâmetros são sujeitas à aprovação do Conselho de Administração da Sociedade.
- O contínuo aprimoramento da Política é responsabilidade conjunta do Conselho de Administração, do Comitê e da diretoria financeira.
- A auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Risco de moedas

A maior parte das operações da Sociedade, através das suas controladas, se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos transacional, contábil e operacional da Sociedade e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais os ativos e passivos em moeda estrangeira e o fluxo de curto prazo das vendas líquidas em moeda estrangeira da Oxiteno.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira e investimentos líquidos em entidades no exterior, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados. Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais:

b.1 Ativos e passivos em moeda estrangeira

em milhões de Reais	31/12/2018	31/12/2017
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	254,2	236,4
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda e de adiantamentos de clientes no exterior	235,1	214,9
Outros ativos líquidos no exterior (exceto caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, financiamentos e contas a pagar)	1.384,9	930,0
	<u>1.874,2</u>	<u>1.381,3</u>
Passivos em moeda estrangeira		
Financiamentos em moeda estrangeira bruto de custo de transação e deságio	(5.515,6)	(4.416,2)
Contas a pagar decorrentes de importações, líquidas de adiantamentos a fornecedores estrangeiros	(567,7)	(173,1)
	<u>(6.083,3)</u>	<u>(4.589,3)</u>
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	<u>2.483,0</u>	<u>1.777,6</u>
Posição líquida passiva – total	<u>(1.726,1)</u>	<u>(1.430,4)</u>
Posição líquida ativa (passiva) – efeito no resultado	282,7	(26,1)
Posição líquida passiva – efeito no patrimônio líquido	(2.008,8)	(1.404,3)

b.2 Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Para os cenários I, II e III são aplicadas as variações de 10%, 25% e 50%, respectivamente, sobre a posição líquida da Sociedade exposta ao risco cambial, simulando os efeitos de apreciação e depreciação do Real no resultado e no patrimônio líquido.

A tabela abaixo demonstra, em três cenários, os efeitos da variação do câmbio sobre a posição líquida passiva de R\$ 1.726,1 milhões em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2018:

em milhões de Reais	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> <u>Provável</u>	<u>Cenário II</u> <u>25%</u>	<u>Cenário III</u> <u>50%</u>
(1) Efeito no resultado	Depreciação	28,3	70,7	141,4
(2) Efeito no patrimônio líquido	do Real	(200,9)	(502,2)	(1.004,4)
(1) + (2)	Efeito	<u>(172,6)</u>	<u>(431,5)</u>	<u>(863,0)</u>
(3) Efeito no resultado	Apreciação	(28,3)	(70,7)	(141,4)
(4) Efeito no patrimônio líquido	do Real	200,9	502,2	1.004,4
(3) + (4)	Efeito	<u>172,6</u>	<u>431,5</u>	<u>863,0</u>

A tabela abaixo demonstra, em três cenários, os efeitos da variação do câmbio sobre a posição líquida passiva de R\$ 1.430,4 milhões em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2017:

em milhões de Reais	<u>Risco</u>	<u>Cenário I</u> <u>Provável</u>	<u>Cenário II</u> <u>25%</u>	<u>Cenário III</u> <u>50%</u>
(1) Efeito no resultado	Depreciação	(2,6)	(6,5)	(13,0)
(2) Efeito no patrimônio líquido	do Real	(140,4)	(351,1)	(702,2)
(1) + (2)	Efeito	<u>(143,0)</u>	<u>(357,6)</u>	<u>(715,2)</u>
(3) Efeito no resultado	Apreciação	2,6	6,5	13,0
(4) Efeito no patrimônio líquido	do Real	140,4	351,1	702,2
(3) + (4)	Efeito	<u>143,0</u>	<u>357,6</u>	<u>715,2</u>

O efeito no patrimônio líquido refere-se aos ajustes acumulados de conversão das variações cambiais sobre o patrimônio líquido das controladas sediadas no exterior (vide notas explicativas nº 2.s.1 e 25.g.2), hedge de investimentos líquidos em entidades no exterior, hedge de fluxo de caixa de compromissos firmes e *hedge* de transações altamente prováveis (vide nota explicativa nº 2.c e h. Contabilidade de proteção abaixo).

c. Risco de juros

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A Sociedade e suas controladas adotam políticas de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas são mantidas principalmente em operações vinculadas ao CDI, conforme divulgado na nota explicativa nº 4. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil, debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa nº 15.

A Sociedade procura manter seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes.

c.1 Ativos e passivos financeiros expostos a juros flutuantes

Os ativos e passivos financeiros expostos a taxas de juros pós-fixadas estão demonstrados a seguir:

em milhões de Reais	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
CDI			
Equivalentes de caixa	4.a	3.722,3	4.821,6
Aplicações financeiras	4.b	2.537,3	1.153,0
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - CDI	33.g	33,9	29,9
Financiamentos e debêntures	15.a	(8.440,9)	(7.987,3)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial - CDI	33.g	(2.205,5)	(1.877,4)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de taxa de juros pré-fixada + IPCA - CDI	33.g	(823,5)	(586,6)
Posição líquida passiva em CDI		<u>(5.176,4)</u>	<u>(4.446,8)</u>
TJLP			
Empréstimos e financiamentos - TJLP	15.a	(201,2)	(301,9)
Posição líquida passiva em TJLP		<u>(201,2)</u>	<u>(301,9)</u>
LIBOR			
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - LIBOR	33.g	811,6	984,3
Empréstimos e financiamentos - LIBOR	15.a	(1.437,1)	(1.418,5)
Posição líquida passiva em LIBOR		<u>(625,5)</u>	<u>(434,2)</u>
TIE			
Empréstimos e financiamentos - TIE	15.a	(4,0)	(3,4)
Posição líquida passiva em TIE		<u>(4,0)</u>	<u>(3,4)</u>
SELIC			
Empréstimos e financiamentos - SELIC	15.a	(51,5)	(100,3)
Posição líquida passiva em SELIC		<u>(51,5)</u>	<u>(100,3)</u>
Posição líquida passiva total exposta a juros pós-fixados		<u>(6.058,6)</u>	<u>(5.286,6)</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c.2 Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes

Para análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes a Sociedade utilizou como cenário base o valor acumulado dos índices de referência (CDI, TJLP, LIBOR, TIE e SELIC) até 31 de dezembro de 2017 e 2018. Os cenários I, II e III foram estimados com uma variação de 10%, 25% e 50%, respectivamente, nas taxas de juros flutuantes do cenário base.

As tabelas abaixo demonstram a despesa e a receita incremental que teria sido reconhecida no resultado financeiro, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes nos diferentes cenários:

Em milhões de Reais	Risco	31/12/2018		
		Cenário I Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
<u>Exposição a juros flutuantes</u>				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação CDI	32,7	81,7	163,3
Efeito no resultado das pontas ativas em CDI dos instrumentos de proteção cambial	Elevação CDI	0,1	0,2	0,5
Efeito nos juros da dívida em CDI	Elevação CDI	(55,0)	(137,4)	(274,9)
Efeito no resultado das pontas passivas em CDI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação CDI	(33,7)	(73,4)	(139,6)
Despesa incremental		<u>(55,9)</u>	<u>(128,9)</u>	<u>(250,7)</u>
Efeito nos juros da dívida em TJLP	Elevação TJLP	(1,7)	(4,2)	(8,3)
Despesa incremental		<u>(1,7)</u>	<u>(4,2)</u>	<u>(8,3)</u>
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	2,8	6,9	13,9
Efeito nos juros da dívida em LIBOR	Elevação LIBOR	(3,6)	(9,1)	(18,1)
Despesa incremental		<u>(0,8)</u>	<u>(2,2)</u>	<u>(4,2)</u>
Efeito nos juros da dívida em TIE	Elevação TIE	(0,1)	(0,3)	(0,5)
Despesa incremental		<u>(0,1)</u>	<u>(0,3)</u>	<u>(0,5)</u>
Efeito nos juros da dívida em SELIC	Elevação SELIC	(0,4)	(1,0)	(2,0)
Despesa incremental		<u>(0,4)</u>	<u>(1,0)</u>	<u>(2,0)</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

Em milhões de Reais	Risco	31/12/2017		
		Cenário I Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
<u>Exposição a juros flutuantes</u>				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação CDI	47,3	118,1	236,3
Efeito no resultado das pontas ativas em CDI dos instrumentos de proteção cambial	Elevação CDI	0,2	0,5	1,0
Efeito nos juros da dívida em CDI	Elevação CDI	(67,2)	(168,0)	(336,0)
Efeito no resultado das pontas passivas em CDI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação CDI	(38,6)	(94,2)	(186,7)
Despesa incremental		<u>(58,3)</u>	<u>(143,6)</u>	<u>(285,4)</u>
Efeito nos juros da dívida em TJLP	Elevação TJLP	(2,3)	(5,6)	(11,3)
Despesa incremental		<u>(2,3)</u>	<u>(5,6)</u>	<u>(11,3)</u>
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	1,4	3,4	6,8
Efeito nos juros da dívida em LIBOR	Elevação LIBOR	(1,7)	(4,4)	(8,7)
Despesa incremental		<u>(0,3)</u>	<u>(1,0)</u>	<u>(1,9)</u>
Efeito nos juros da dívida em TIEE	Elevação TIEE	(0,0)	(0,1)	(0,2)
Despesa incremental		<u>(0,0)</u>	<u>(0,1)</u>	<u>(0,2)</u>
Efeito nos juros da dívida em SELIC	Elevação SELIC	(1,0)	(2,5)	(4,9)
Despesa incremental		<u>(1,0)</u>	<u>(2,5)</u>	<u>(4,9)</u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d. Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção (vide nota explicativa nº 4) e contas a receber (vide nota explicativa nº 5).

d.1 Risco de crédito de instituições financeiras

Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade ou suas controladas por insolvência. A Sociedade e suas controladas executam regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

d.2 Risco de crédito de governos

A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou Aaa por agências de risco especializadas (S&P, Moody's e Fitch) e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

O risco de crédito de saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras está sumarizado abaixo:

Rating de crédito da contraparte	Valor justo	
	31/12/2018	31/12/2017
AAA	5.933.671	29.003
AA	707.358	6.076.520
A	262.553	192.638
BBB	90.824	71.767
Total	6.994.406	6.369.928

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d.3 Risco de crédito de clientes

A política de crédito estabelece a análise do perfil de cada novo cliente, individualmente, quanto à sua condição financeira. A revisão efetuada pelas controladas da Sociedade inclui a avaliação de *ratings* externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria e, quando necessárias, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente, em um prazo mais curto quanto maior o risco, dependendo de aprovação da área responsável em casos de vendas que excedam esses limites.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito e a depender do negócio, o agrupamento leva em consideração, por exemplo, se são clientes pessoas físicas ou jurídicas, se são atacadistas, revendedores ou clientes finais, considerando também sua área geográfica.

As estimativas de perda de crédito são calculadas com base nas taxas de probabilidade de perda por inadimplência. As taxas de perda são calculadas com base na probabilidade média de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa. A apuração da probabilidade de perda leva em consideração uma pontuação de risco de crédito para cada exposição, com base em dados considerados capazes de prever o risco de perda (classificações externas, demonstrações financeiras auditadas, projeções de fluxo de caixa, informações sobre os clientes disponíveis na imprensa, por exemplo), além da avaliação de crédito com base na experiência.

Tais riscos de crédito são administrados por cada unidade de negócio por meio de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total.

As controladas da Sociedade mantiveram os seguintes saldos de provisões para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa de suas contas a receber:

	31/12/2018	31/12/2017
		Reapresentado (i)
Ipiranga	442.486	350.594
Ultragaz	61.975	83.627
Oxiteno	12.371	10.755
Extrafarma	5.858	5.623
Ultracargo	2.089	2.179
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>524.779</u>	<u>452.778</u>

(i) Vide nota explicativa nº 2.y.

Para maiores informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide notas explicativas nº 5.a e 5.b.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Risco de liquidez

As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade e suas controladas examinam, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de “*joint ventures*”, ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

A Sociedade e suas controladas acreditam possuir capital de giro e fontes de financiamentos suficientes para atender às suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamento totaliza R\$ 2.869 milhões (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 15.a). Adicionalmente, o plano de investimentos para 2019 totaliza R\$ 1.762 milhões. Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade e suas controladas possuíam R\$ 6.792,1 milhões em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 4).

A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros em 2018 da Sociedade e suas controladas, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos do balanço patrimonial.

Passivos financeiros	Total	em milhões de Reais			
		Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos ⁽¹⁾⁽²⁾	19.323,8	2.869,0	4.089,7	7.820,3	4.544,8
Instrumentos de proteção ⁽³⁾	388,3	55,2	172,9	147,7	12,5
Fornecedores	2.731,7	2.731,7	-	-	-

⁽¹⁾ Para calcular os juros estimados sobre financiamentos utiliza-se algumas premissas macroeconômicas, incluindo, na média para o período: (i) CDI de 6,39% em 2018, 7,38% de 2019 a 2021, 8,52% de 2022 a 2023, 9,49% de 2024 a 2033 (ii) taxa de câmbio do Real frente ao dólar de R\$ 3,87 em 2018, R\$ 3,92 em 2019, R\$ 4,06 em 2020, R\$ 4,27 em 2021, R\$ 4,53 em 2022, R\$ 4,81 em 2023, R\$ 5,12 em 2024, R\$ 5,44 em 2025, R\$ 5,77 em 2026 e R\$ 6,13 em 2027 (iii) TJLP de 7,03% (iv) IGP-M de 8,12% em 2018, 4,14% em 2019 e 3,90% de 2020 a 2033 e (v) IPCA de 4,01% (fonte: B3, Boletim Focus e instituições financeiras).

⁽²⁾ Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até os respectivos pagamentos.

⁽³⁾ Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e Pré x IPCA, cotados na B3 em 28 de dezembro de 2018, e na curva futura de LIBOR (ICE – *IntercontinentalExchange*) em 31 de dezembro de 2018.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação.

f. Gestão de capital

A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e *benchmarks*. Os indicadores-chave relacionados ao objetivo de gestão da estrutura de capital são o custo médio ponderado do capital, endividamento líquido / LAJIDA, índice de cobertura de juros e relação dívida / patrimônio líquido. O endividamento líquido é formado pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 4) e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures (vide nota explicativa nº 15). A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos.

g. Seleção e utilização de instrumentos financeiros

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, *swaps*, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

Conforme mencionado na seção a. Gestão de riscos e instrumentos financeiros – Governança desta nota explicativa, o Comitê monitora mensalmente a aderência aos parâmetros de risco estabelecidos pela Política, através de um mapa de acompanhamento de riscos, incluindo a utilização de instrumentos de proteção. Em adição, a auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política.

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas:

	Vencimento	Valor de referência (nocial)¹		Valor justo		Valor a receber	Valor a pagar
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	
				R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões	R\$ milhões
<u>Instrumentos de proteção</u>							
<i>Designados como hedge accounting</i>							
a – Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos							
Ativos em dólares norte-americanos (LIBOR)	jul/2021 a nov/2023	US\$ 150,0	US\$ 240,0	577,5	788,6	577,5	-
Ativos em dólares norte-americanos (Pré)		US\$ 245,0	US\$ 203,6	973,7	665,6	973,7	-
Passivo em taxa de juros CDI		US\$ (395,0)	US\$ (443,6)	(1.515,8)	(1.568,6)	-	1.515,8
Resultado acumulado		-	-	35,4	(114,4)	1.551,2	1.515,8
b – Swaps de juros em Reais							
Ativo em taxa de juros pré-fixada + IPCA	abr/2024 a dez/2025	R\$ 806,1	R\$ 566,1	859,1	583,3	859,1	-
Passivo em taxa de juros CDI		R\$ (806,1)	R\$ (566,1)	(823,5)	(586,6)	-	823,5
Resultado acumulado		-	-	35,6	(3,3)	859,1	823,5
c – Opções							
<i>Zero Cost Collar</i> (reais x dólares norte-americanos)	jan/2019 a dez/2019	US\$ 149,4	-	0,3	-	0,3	-
Resultado acumulado		US\$ 149,4	-	0,3	-	0,3	-
<i>Não designados como hedge accounting</i>							
d – Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos							
Ativos em dólares norte-americanos (LIBOR)		US\$ 60,0	US\$ 60,0	234,1	195,7	234,1	-
Ativos em dólares norte-americanos (Pré)	jan/2019 a out/2026	US\$ 856,8	US\$ 753,0	731,6	157,5	731,6	-
Passivo em taxa de juros CDI		US\$ (916,8)	US\$ (813,0)	(689,7)	(308,8)	-	689,7
Resultado acumulado		-	-	276,0	44,4	965,7	689,7
e – Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos + CUPOM							
Ativo em taxa de juros CDI	jan/2019 a abr/2019	US\$ 8,9	US\$ 9,1	33,9	29,9	33,9	-
Passivo em dólares norte-americanos (Pré)		US\$ (8,9)	US\$ (9,1)	(33,9)	(29,8)	-	33,9
Resultado acumulado		-	-	-	0,1	33,9	33,9
Resultado acumulado total bruto				347,3	(73,2)	3.410,2	3.062,9
Imposto de renda				(27,9)	(4,7)	(27,9)	-
Resultado acumulado total líquido				319,4	(77,9)	3.382,3	3.062,9
Resultado acumulado positivo (vide nota explicativa nº 4)				363,3	85,8	2.296,3	1.932,9
Resultado acumulado negativo (vide nota explicativa nº 15)				(43,9)	(163,7)	1.086,0	1.130,0

¹ Em milhões. Moeda conforme indicado.

Todas as operações acima foram devidamente registradas na CETIP S.A.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Estão descritos abaixo os instrumentos de proteção existentes em 31 de dezembro de 2018, de acordo com sua categoria, risco e estratégia de atuação:

a e d - Proteção à exposição cambial de passivos em moeda estrangeira - O objetivo destes contratos é (i) compensar o efeito da variação cambial de dívidas (ii) compensar compromissos firmes em dólares norte-americanos, transformando-os em dívidas ou compromissos firmes em Reais indexados ao CDI (iii) transformar uma aplicação financeira indexada ao CDI dada em garantia de empréstimo em dólar, em aplicação financeira indexada ao dólar. Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade e suas controladas possuíam contratos de *swap* em aberto que totalizavam US\$ 1.311,8 milhões de principal com posição passiva, na média a 75,5% do CDI, sendo US\$ 368,8 milhões, com posição ativa a US\$ + 2,43% a.a., US\$ 210,0 milhões com posição ativa a US\$ + LIBOR + 1,29% a.a. e US\$ 733,0 milhões em *swap* de juros com posição ativa a US\$ + 5,65% a.a. Deste total, US\$ 395,0 milhões referem-se aos instrumentos de *hedge* de valor justo de dívida da Ipiranga (vide notas explicativas nº 15.c e h. Contabilidade de proteção abaixo).

b - Proteção à taxa de juros fixa + IPCA em empréstimo nacional – O objetivo deste contrato é transformar a taxa de juros de debênture emitida em Reais de fixa + IPCA para flutuante. Em 31 de dezembro de 2018 este contrato de *swap* totalizava R\$ 806,1 milhões de valor nominal, correspondente ao valor de principal da dívida objeto e tinha uma posição ativa em 4,57% a.a. + IPCA e passiva a 95,8% do CDI.

c - Proteção à exposição cambial do faturamento em moeda estrangeira – o objetivo deste contrato consiste na proteção da receita de vendas futuras altamente prováveis das controladas Oxiteno Nordeste, Oxiteno S.A., Oleoquímica e EMCA, denominadas em dólar, com relação aos impactos resultantes exclusivamente de variações na taxa de câmbio R\$/US\$, usando instrumentos derivativos (opções) por meio de uma estrutura de *zero cost collar*, que consiste na compra de uma opção de venda (“*put*”) e na venda de uma opção de compra (“*call*”), contratados com a mesma contraparte e com prêmio líquido zero. Em 31 de dezembro de 2018 o valor do principal das operações de *zero cost collars* era de US\$ 149,4 milhões contratadas no intervalo de R\$/US\$ 3,6 e R\$/US\$ 4,6.

e - Proteção à exposição cambial operacional - O objetivo destes contratos é igualar, no prazo do ciclo operacional, a taxa de câmbio do faturamento das controladas Oleoquímica, Oxiteno S.A. e Oxiteno Nordeste à taxa de câmbio do custo de suas principais matérias-primas. Em 31 de dezembro de 2018, estes contratos de *swap* totalizavam US\$ 8,9 milhões e tinham na média uma posição ativa a 32,9% do CDI e passiva a US\$ + 0,0% a.a.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h. Contabilidade de proteção (hedge accounting)

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos e não derivativos como parte de sua estratégia de contabilidade de proteção e verificam, ao longo de toda a duração do *hedge*, a sua eficácia, bem como suas alterações de valor justo.

h.1 Hedge de valor justo

A Sociedade e suas controladas designam como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros e câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais e dólares norte-americanos.

Os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de valor justo são:

Em milhões, exceto % do CDI	31/12/2018	31/12/2017
Valor nocional – US\$	395,0	320,0
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	149,2	(143,4)
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	(28,5)	16,5
Resultado financeiro da dívida – R\$	(215,9)	(4,1)
Custo médio efetivo - % do CDI	104,4	102,7

Para maiores informações, vide nota explicativa nº 15.c.1.

Os instrumentos de proteção de taxa de juros designados como *hedge* de valor justo são:

Em milhões, exceto % do CDI	31/12/2018	31/12/2017
Valor nocional – R\$	806,1	566,1
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	25,8	(3,3)
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	(13,3)	19,1
Resultado financeiro da dívida – R\$	(50,2)	(18,5)
Custo médio efetivo - % do CDI	95,8	95,2

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h.2 Hedge de fluxo de caixa

A Sociedade e suas controladas designam, como *hedge* de fluxo de caixa de compromisso firme e transações altamente prováveis, instrumentos financeiros derivativos para proteção dos “compromissos firmes” e instrumentos financeiros não derivativos para proteção das “transações futuras altamente prováveis”, para proteção contra variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade não possuía instrumentos de proteção de taxa de câmbio de compromissos firmes designados como *hedge* de fluxo de caixa em aberto (US\$ 115,0 milhões em 31 de dezembro de 2017). Para os instrumentos de proteção de taxa de câmbio liquidados em 2018, foi reconhecida no resultado em 2018 uma receita de R\$ 10,7 milhões (uma despesa de R\$ 45,4 milhões em 31 de dezembro de 2017), sendo transferido todo resultado não realizado de “Outros resultados abrangentes” para o resultado em 31 de dezembro de 2018 (ganho de R\$ 5,3 milhões em 31 de dezembro de 2017), líquido de IRPJ e CSLL diferidos.

Em 31 de dezembro de 2018, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, referente às notas no mercado externo, totalizavam US\$ 570,0 milhões (US\$ 570,0 milhões em 31 de dezembro de 2017), sendo reconhecida uma perda não realizada em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 243,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 (perda de R\$ 30,5 milhões em 31 de dezembro de 2017), líquida de IRPJ e CSLL diferidos.

Em 31 de dezembro de 2018, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (*zero cost collar*), totalizavam US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos.

h.3 Hedge de investimentos líquidos em entidades no exterior

A Sociedade e suas controladas designam, como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, as notas no mercado externo, utilizados para proteção dos investimentos realizados nas entidades no exterior, para compensar variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo das notas no mercado externo designadas como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, referentes à parte dos investimentos realizados em entidades que possuem moeda funcional diferente do Real, totalizavam US\$ 96,0 milhões (US\$ 113,0 milhões em 31 de dezembro de 2017), sendo reconhecida uma perda em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 45,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 (perda de R\$ 6,2 milhões em 31 de dezembro de 2017), líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Os efeitos da variação cambial dos investimentos e das notas no mercado externo se compensaram no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

i. Ganhos (perdas) de instrumentos de proteção

As tabelas abaixo sumarizam os valores dos ganhos (perdas) que afetaram o patrimônio líquido e a demonstração de resultado da Sociedade e suas controladas:

	R\$ milhões	
	31/12/2018	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	181,5	-
b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	(3,8)	0,2
c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	12,5	-
d - Instrumento financeiro não derivativo (iv)	(134,0)	(289,6)
Total	<u>56,2</u>	<u>(289,4)</u>

	R\$ milhões	
	31/12/2017	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii)	(72,1)	5,3
b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	3,2	-
c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	15,9	-
d - Instrumento financeiro não derivativo (iv)	(104,2)	(36,7)
Total	<u>(157,2)</u>	<u>(31,4)</u>

- (i) não considera o efeito da variação cambial nos *swaps* cambiais ativos em dólares norte-americanos, quando tal efeito é compensado no resultado do objeto protegido (dívida/compromissos firmes);
(ii) considera o efeito da designação dos *hedges* cambiais;
(iii) considera o efeito da designação dos *hedges* de juros em Reais; e
(iv) considera o resultado das notas no mercado externo.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

j. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, estão demonstrados a seguir:

Categoria	Nota explicativa	31/12/2018		31/12/2017		
		Valor contábil	Valor justo	Reapresentado (i) Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Custo amortizado	4.a	205.482	205.482	147.926	147.926
	Mens. ao valor justo por outros resultados					
Títulos de renda fixa em moeda nacional	abrangentes	4.a	3.722.308	3.722.308	4.821.605	4.821.605
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.a	11.161	11.161	32.473	32.473
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	2.462.018	2.462.018	1.076.849	1.076.849
	Mens. ao valor justo outros resultados					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	abrangentes	4.b	2.208	2.208	2.720	2.720
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. pelo custo amortizado	4.b	73.089	73.089	73.471	73.471
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por outros resultados					
	abrangentes	4.b	154.811	154.811	129.131	129.131
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	363.329	363.329	85.753	85.753
Total			<u>6.994.406</u>	<u>6.994.406</u>	<u>6.369.928</u>	<u>6.369.928</u>
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15.a	1.567.374	1.567.374	1.047.809	1.047.809
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	15.a	6.889.310	6.840.079	6.740.872	6.761.907
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	15.a	5.826.242	5.770.979	5.035.247	5.037.072
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15.a	833.213	833.213	554.402	554.402
Arrendamento mercantil financeiro	Mens. pelo custo amortizado	15.a	46.066	46.066	48.515	48.515
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15.a	43.944	43.944	163.749	163.749
Bônus de subscrição - indenização	Mens. ao valor justo por meio do resultado	24	123.095	123.095	171.459	171.459
Total			<u>15.329.244</u>	<u>15.224.750</u>	<u>13.762.053</u>	<u>13.784.913</u>

(i) Vide nota explicativa nº 2.y.

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e a Sociedade calcula seu valor justo por meio de metodologias comumente utilizadas para marcação a mercado.
- Os saldos contábeis de contas a receber e fornecedores são próximos aos seus valores justos.
- Os saldos de bônus de subscrição - indenização foram mensurados utilizando-se o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) na data-base das demonstrações financeiras, ajustado pelo *dividend yield*, uma vez que seu exercício é possível somente a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. A quantidade de ações dos bônus de subscrição - indenização também é ajustada conforme a variação dos montantes de provisões e passivos contingentes para riscos tributários, cíveis e trabalhistas relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014 (vide nota explicativa nº 24).
- Para cálculo do valor justo das notas no mercado externo da Ultrapar International foi utilizado o preço observado desses títulos em mercado ativo (vide nota explicativa nº 15.b).

O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção e financiamentos foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado em 31 de dezembro de 2018 e de 2017. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade e suas controladas podem utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os instrumentos financeiros foram classificados como ativos ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, aplicações financeiras classificadas como mensuradas a valor justo por meio do resultado e aplicações financeiras classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa nº 4.b), (ii) financiamentos mensurados ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 15.a); (iii) garantias de clientes que possuem *vendor* (vide nota explicativa nº 15.k), que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e (iv) bônus de subscrição - indenização, que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 24). Caixa, bancos e contas a receber de clientes estão classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

j.1 Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

(a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

(b) Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e

(c) Nível 3 - *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos financeiros e passivos financeiros mensurados a valor justo da Sociedade e de suas controladas:

	Categoria	Nota explicativa	31/12/2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Custo amortizado	4.a	205.482	205.482	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.a	3.722.308	-	3.722.308	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.a	11.161	11.161	-	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	2.462.018	2.462.018	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	2.208	-	2.208	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. pelo custo amortizado	4.b	73.089	-	73.089	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	154.811	1.666	153.145	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	363.329	-	363.329	-
Total			6.994.406	2.680.327	4.314.079	-
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15.a	1.567.374	-	1.567.374	-
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	15.a	6.840.079	2.841.436	3.998.643	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	15.a	5.770.979	-	5.770.979	-
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15.a	833.213	-	833.213	-
Arrendamento mercantil	Mens. pelo custo amortizado	15.a	46.066	-	46.066	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15.a	43.944	-	43.944	-
Bônus de subscrição – indenização ⁽¹⁾	Mens. ao valor justo por meio do resultado	24	123.095	-	123.095	-
Total			15.224.750	2.841.436	12.383.314	-

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

	Categoria	Nota explicativa	31/12/2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Custo amortizado	4.a	147.926	147.926	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.a	4.821.605	-	4.821.605	-
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.a	32.473	32.473	-	-
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	1.076.849	1.076.849	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	2.720	-	2.720	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. pelo custo amortizado	4.b	73.471	-	73.471	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	129.131	40.556	88.575	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	<u>85.753</u>	<u>-</u>	<u>85.753</u>	<u>-</u>
Total			<u>6.369.928</u>	<u>1.297.804</u>	<u>5.072.124</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15.a	1.047.809	-	1.047.809	-
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	15.a	6.761.907	2.523.643	4.238.264	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	15.a	5.037.072	-	5.037.072	-
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15.a	554.402	-	554.402	-
Arrendamento mercantil	Mens. pelo custo amortizado	15.a	48.515	-	48.515	-
Instrumentos de proteção cambial e de juros	Mens. ao valor justo por meio do resultado	15.a	163.749	-	163.749	-
Bônus de subscrição – indenização ⁽¹⁾	Mens. ao valor justo por meio do resultado	24	<u>171.459</u>	<u>-</u>	<u>171.459</u>	<u>-</u>
Total			<u>13.784.913</u>	<u>2.523.643</u>	<u>11.261.270</u>	<u>-</u>

⁽¹⁾ Refere-se aos bônus de subscrição emitidos na aquisição da Extrafarma.

As contas a receber de clientes e os fornecedores são classificados como nível 2.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

k. Análise de sensibilidade de instrumentos financeiros derivativos

A Sociedade e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade, conforme exigida pela Instrução CVM nº 475/08, para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial em dezembro de 2018 e 2017, a administração adotou como cenário provável as taxas de câmbio Real/dólar norte-americano para o vencimento de cada derivativo, utilizando os contratos futuros de dólar norte-americano, cotados na B3 em 28 de dezembro de 2018. Como referência, a taxa de câmbio para o último vencimento de instrumentos de proteção cambial é de R\$ 5,86 (R\$ 5,83 em 31 de dezembro de 2017) no cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma apreciação ou depreciação adicional de 25% e 50% do Real em relação ao cenário provável, respeitando o risco ao qual o objeto protegido está exposto.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram substituídas as taxas de câmbio e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos principais instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações da taxa de câmbio nos diferentes cenários:

31/12/2018	<u>Risco</u>	<u>Cenário I Provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos				
(1) Swaps dólar norte-americano/Real		372.022	1.039.669	1.707.316
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano	Apreciação do dólar	(372.019)	(1.039.661)	(1.707.303)
(1)+(2)	Efeito líquido	<u>3</u>	<u>8</u>	<u>13</u>
Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos				
(3) Swaps Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	(65)	8.545	17.154
(4) Margem bruta da Oxiteno		65	(8.545)	(17.154)
(3)+(4)	Efeito líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Opções				
(5) Opções Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	-	97.938	244.572
(6) Margem bruta da Oxiteno		7.641	(138.993)	(285.627)
(5)+(6)	Efeito líquido	<u>7.641</u>	<u>(41.055)</u>	<u>(41.055)</u>

Notas Explicativas*(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)*

31/12/2017	<u>Risco</u>	<u>Cenário I Provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos				
(1) Swaps dólar norte-americano/Real	Apreciação do dólar	198.138	690.432	1.182.726
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano		<u>(198.130)</u>	<u>(690.415)</u>	<u>(1.182.700)</u>
(1)+(2)	Efeito líquido	<u><u>8</u></u>	<u><u>17</u></u>	<u><u>26</u></u>
Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos				
(3) Swaps Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	(97)	7.486	15.069
(4) Margem bruta da Oxiteno		<u>97</u>	<u>(7.486)</u>	<u>(15.069)</u>
(3)+(4)	Efeito líquido	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à taxa de juros em Reais em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Sociedade utilizou a curva futura do contrato DI x Pré da B3 em 28 de dezembro de 2018 para os vencimentos de cada *swap* e de cada dívida (objeto de proteção), para fins de definição do cenário provável. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa de taxa pré-fixada do cenário provável.

Com base nos três cenários de taxas de juros em Reais, a Sociedade estimou os valores de suas dívidas e dos instrumentos de proteção conforme o risco que está sendo protegido (variações nas taxas de juros pré-fixadas em Reais), levando-os a valor futuro pelas taxas contratadas e trazendo-os a valor presente pelas taxas de juros dos cenários projetados. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

31/12/2018	<u>Risco</u>	<u>Cenário I Provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swap de taxa de juros (em Reais) – Debêntures - CRA				
(1) Swap taxa fixa - CDI	Redução da taxa pré-fixada	(311.993)	(254.409)	(188.047)
(2) Dívida a taxa fixa		<u>311.993</u>	<u>254.409</u>	<u>188.047</u>
(1) + (2)	Efeito líquido	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>
31/12/2017				
Swap de taxa de juros (em Reais) – Debêntures - CRA				
(1) Swap taxa fixa - CDI	Redução da taxa pré-fixada	13.691	95.292	192.204
(2) Dívida a taxa fixa		<u>(13.691)</u>	<u>(95.292)</u>	<u>(192.204)</u>
(1) + (2)	Efeito líquido	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

34 Compromissos (Consolidado)

a. Contratos

a.1. A controlada Tequimar possui contratos com a CODEBA e com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu e Suape, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

Porto	Movimentação mínima em toneladas por ano	Vencimento
Aratu	397.000	2031
Aratu	900.000	2022
Suape	250.000	2027
Suape	400.000	2029

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 31 de dezembro de 2018, essas tarifas eram de R\$ 6,99 e R\$ 2,54 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente. A controlada tem cumprido os limites mínimos de movimentação de carga desde o início dos contratos.

a.2. A controlada Oxiteno Nordeste possui contrato de fornecimento com a Braskem S.A., que estabelece consumo anual mínimo de eteno e regula condições de fornecimento de eteno até 2021. A cláusula de compromisso mínimo de compra prevê em 2018 um consumo anual mínimo de 205 mil toneladas. No caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa baseada no preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. Conforme condições e tolerâncias contratuais, não existem pendências materiais no que se refere aos limites mínimos de compra do contrato.

a.3. A controlada Oxiteno S.A. possui contrato de fornecimento de eteno com a Braskem S.A., com vencimento em 2023, que prevê e regula as condições do fornecimento de eteno à Oxiteno tendo como base o mercado internacional deste produto. A quantidade mínima de compra é de 44.100 toneladas de eteno anuais. Em caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa baseada no preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. Conforme condições e tolerâncias contratuais, não existem pendências materiais no que se refere aos limites mínimos de compra do contrato.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Cobertura de seguros

A Sociedade contrata apólices de seguro, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta, incluindo lucros cessantes, perdas e danos causados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, queda de aeronave e danos elétricos, entre outros, garantindo as plantas industriais, bases de distribuição e filiais de todas as controladas. Os valores máximos indenizáveis, com base na análise de risco de determinados locais, são assim demonstrados:

Valor máximo indenizável (*)

Oxiteno	US\$ 1.142 (equivalentes a R\$ 4.425 em 31/12/2018) (*)
Ipiranga	R\$ 1.032
Ultracargo	R\$ 949
Ultragaz	R\$ 266
Extrafarma	R\$ 160

(*) em milhões. Conforme condições das apólices.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Sociedade e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US\$ 400 milhões (equivalentes a R\$ 1.550 milhões em 31 de dezembro de 2018), cobrindo os prejuízos que eventualmente possam ser causados a terceiros decorrentes de acidentes relacionados às operações comerciais e industriais e/ou à distribuição e comercialização de produtos e serviços.

São mantidas apólices de responsabilidade civil de diretores e administradores para indenizar os membros do conselho de administração, conselho fiscal, diretores e executivos da Ultrapar e de suas controladas ("Segurados") no valor total de US\$ 80 milhões (equivalentes a R\$ 310 milhões em 31 de dezembro de 2018), que cobrem qualquer dos Segurados pelas responsabilidades resultantes de atos danosos, incluindo qualquer ato, omissão ou qualquer reclamação, contra os mesmos apenas em razão de sua função, salvo se o ato, omissão ou a reclamação for consequência de negligência ou dolo.

São contratados, também, seguros nas modalidades de vida e acidentes pessoais, saúde, transportes nacionais e internacionais, entre outros.

As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores independentes de seguros, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas.

Notas Explicativas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Contratos de arrendamento mercantil operacional

As controladas Cia. Ultragaz, Bahiana, Tequimar, Serma e Oxiteno S.A. mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados ao uso de equipamentos de informática. Esses contratos têm prazos de 36 a 48 meses. As controladas têm a opção de comprar os ativos por um preço equivalente ao valor justo na data da opção e a administração não possui a intenção de exercê-la. As controladas Cia. Ultragaz e Bahiana possuem contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos veículos utilizados nas suas frotas. Esses contratos têm prazos de 24 a 60 meses e não existe a opção de compra desses veículos. Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos, totalizam aproximadamente:

	<u>até 1 ano</u>	<u>de 1 a 5 anos</u>	<u>acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
31/12/2018	30.941	55.545	-	86.486

As controladas IPP, Extrafarma e Cia. Ultragaz mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos imóveis dos postos de serviços, farmácias e pontos de venda, respectivamente. Os desembolsos e recebimentos futuros (contraprestações), decorrentes desses contratos, totalizam aproximadamente:

		<u>até 1 ano</u>	<u>de 1 a 5 anos</u>	<u>acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
31/12/2018	a pagar	220.988	686.108	547.412	1.454.508
	a receber	(84.332)	(240.756)	(253.997)	(579.085)

O total de arrendamento mercantil operacional, reconhecido como despesa (líquido da receita) em 2018, foi R\$ 189.008 (R\$ 160.465 em 2017).

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

As demonstrações de resultado, do resultado abrangente, do fluxo de caixa, do valor adicionado e das mutações do patrimônio líquido, relativas ao exercício de 2016, da Controladora e do Consolidado, estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis vigentes à época, portanto não foram alteradas pela adoção do IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos financeiros e do IFRS 15 (CPC 47) – Reconhecimento de receita.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Ultrapar Participações S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ultrapar Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ultrapar Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do valor recuperável de ágio sobre combinações de negócios - Individuais e Consolidadas (Notas explicativas 2. (t) Redução ao valor recuperável e 14 Ativos Intangíveis)

A aquisição das operações da Imifarma Produtos Farmacêuticos S.A. (Extrafarma) resultou em reconhecimento de ágio, cujo valor recuperável deve ser avaliado anualmente. A avaliação da necessidade ou não de registro de redução ao valor recuperável é suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados pelo Conselho de Administração que são baseadas em metodologias e premissas que envolvem julgamento tais como: taxa de desconto e taxa de crescimento, receitas de vendas, custos, margem bruta e novos investimentos.

O processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura das unidades geradoras de caixa para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos envolve complexidade, julgamento e incerteza e, eventuais alterações nas premissas utilizadas no referido cálculo podem impactar as demonstrações financeiras consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Portanto, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, a implementação e a efetividade do controle interno de projeções financeiras relativo a identificação e mensuração do valor recuperável das unidades geradoras de caixa onde o ágio está alocado.

Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a metodologia usada pela Companhia e as premissas utilizadas no cálculo dos fluxos de caixa descontados, incluindo taxas de crescimento e de desconto, comparamos com informações históricas e testamos a precisão aritmética das fórmulas utilizadas nos modelos de fluxo de caixa descontado. Avaliamos a análise de sensibilidade das premissas significativas e comparamos os orçamentos aprovados para o exercício anterior com os valores reais apurados de forma a verificar a habilidade da Companhia em projetar resultados futuros. Adicionalmente, comparamos o valor recuperável apurado com base nos fluxos de caixa descontados, por unidade geradora de caixa, com o valor contábil das respectivas unidades geradoras de caixa e avaliamos as divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos que o valor do ágio sobre combinação de negócios e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Divulgação dos impactos do novo pronunciamento contábil CPC 06 (R2) e IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (Nota explicativa 2.y – Individuais e Consolidadas)

O pronunciamento contábil revisado CPC 06 (R2) e IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil, introduz requerimentos contábeis complexos servindo de base para mensuração do registro de direito de uso de um ativo assim como do passivo de arrendamento, especialmente com relação a determinação da taxa de desconto de cada contrato de arrendamento, bem como a divulgação de aspectos relacionados a transição da norma e seu impacto contábil que entrará em vigor a partir de 1 de janeiro de 2019.

A Companhia e suas controladas mantêm compromissos relevantes decorrentes de contratos de arrendamentos operacionais de terrenos, imóveis e lojas no Brasil, além de concessões portuárias e escritórios como sedes administrativas e efetuou a divulgação dos potenciais impactos decorrentes da transição do novo pronunciamento dentre outras informações requeridas por essas normas.

Devido à complexidade e julgamentos envolvidos na determinação das taxas de desconto dos contratos de arrendamento e relevância dos impactos dessa taxa na mensuração do passivo de arrendamento, assim como a relevância das divulgações dos efeitos da adoção inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16, esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Analisamos o processo da Companhia para captura das informações necessárias para divulgação do potencial impacto do novo pronunciamento. Com o auxílio de especialistas internos em finanças corporativas, avaliamos as premissas utilizadas na determinação das taxas de desconto e análise de sensibilidade sobre o modelo adotado pela Companhia e suas controladas. Avaliamos os julgamentos aplicados pela Companhia e suas controladas para as demais premissas utilizadas como prazo de arrendamento e valores contratuais. Realizamos a conciliação com os registros auxiliares e efetuamos testes documentais sobre a base de dados utilizada para suportar os valores divulgados.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos aceitável a divulgação dos potenciais impactos da nova norma no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações individual e consolidada do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da Ultrapar Participações S.A. ("Companhia"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, declara que examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras (controladora e consolidado) referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Com base nos exames efetuados e considerando o relatório, sem ressalvas, apresentado pelos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, datado de 20 de fevereiro de 2019, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos, bem como a proposta da destinação de lucro líquido do exercício, incluindo a distribuição de dividendos, estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada oportunamente, dentro do prazo legal.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2019.

Flavio César Maia Luz

Geraldo Toffanello

William Bezerra Cavalcanti Filho

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM nº 480/09, os Diretores da Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar"), abaixo assinados, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes relativo às demonstrações financeiras da Ultrapar referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Ultrapar referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2019.

Frederico Pinheiro Fleury Curado - Diretor Presidente

André Pires de Oliveira Dias - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

João Benjamin Parolin - Diretor

Marcelo Pereira Malta de Araújo - Diretor

Rodrigo de Almeida Pizzinatto – Diretor

Ricardo Isaac Catran - Diretor

Tabajara Bertelli Costa - Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM nº 480/09, os Diretores da Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar"), abaixo assinados, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes relativo às demonstrações financeiras da Ultrapar referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Ultrapar referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2019.

Frederico Pinheiro Fleury Curado - Diretor Presidente

André Pires de Oliveira Dias - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

João Benjamin Parolin - Diretor

Marcelo Pereira Malta de Araújo - Diretor

Rodrigo de Almeida Pizzinatto – Diretor

Ricardo Isaac Catran - Diretor

Tabajara Bertelli Costa - Diretor